



# PGE AC

---

## Prova Comentada

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 24/05/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a Procuradoria-Geral do Estado do Acre. Assim que divulgados o caderno de provas, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**. Destaca-se que os comentários foram produzidos de acordo com o **gabarito extraoficial** divulgado pelo nosso time de professores do Estratégia Carreiras Jurídicas.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores não identificou, até o momento, questões passíveis de recursos.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **PGE-AC** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/83418984-516d-42e9-a916-82a94b557c39>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3b20b00f-726f-44f6-b2c0-4784d89a6814>



**Estratégia Carreira Jurídica – YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

*Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.*

# PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE

## PROVA COMENTADA

**QUESTÃO 01.** Em ação ajuizada em face do Estado Alfa, o demandante argumentou que o Art. X da Constituição da República deveria receber um sentido substancialmente distinto daquele que vinha sendo adotado, o que decorria das vicissitudes detectadas no ambiente sociopolítico e das especificidades do problema concreto. Ao ver do demandante, em razão dessas vicissitudes, o processo de resolução das conflitualidades intrínsecas detectadas no curso do processo de interpretação, em especial nos planos linguístico e axiológico, culminaria com a individualização do significado que apregoava. O Procurador do Estado Alfa, ao elaborar a contestação, observou corretamente que a linha argumentativa do demandante

a) é compatível com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, mas é refratária à declaração de nulidade sem redução de texto.

b) é incompatível com a interpretação constitucional, que se desenvolve no plano deontológico, não devendo considerar influxos de ordem axiológica.

c) aproxima os momentos de criação e de aplicação da norma constitucional, além de se distanciar dos alicerces estruturais da jurisprudência dos conceitos.

d) deturpa a funcionalidade das conflitualidades intrínsecas, que devem ser solucionadas para assegurar a concordância prática entre normas constitucionais.

e) é incompatível com a lógica do razoável, que nega a racionalidade da mutação constitucional sob o argumento de comprometer a previsibilidade e a segurança jurídica.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da interpretação constitucional, especialmente da mutação constitucional e da superação da jurisprudência dos conceitos. O enunciado descreve uma interpretação influenciada por mudanças sociopolíticas e por elementos axiológicos, aproximando os momentos de criação e aplicação da norma constitucional. Essa perspectiva corresponde à moderna hermenêutica constitucional, que reconhece a concretização da Constituição a partir da realidade social, conforme leciona Konrad Hesse.

A alternativa A está incorreta, pois a linha argumentativa do demandante é compatível tanto com a teoria da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, de Peter Häberle, quanto com técnicas de controle de constitucionalidade, como a declaração de nulidade sem redução de texto. Não há incompatibilidade entre interpretação evolutiva e essas técnicas decisórias adotadas pelo STF.

A alternativa B está incorreta, pois a interpretação constitucional contemporânea não se limita ao plano deontológico, sendo fortemente influenciada por valores constitucionais. A própria Constituição evidencia conteúdo axiológico ao prever, no art. 1º, III, da Constituição da República:

*“A República Federativa do Brasil [...] tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana”.*

A alternativa C está correta, pois a tese apresentada aproxima os momentos de criação e aplicação da norma constitucional, característica típica das teorias concretistas e da mutação constitucional. Além disso, afasta-se da jurisprudência dos conceitos, corrente formalista que defendia a extração lógica e mecânica das soluções jurídicas a partir dos conceitos normativos. O STF reconhece a mutação constitucional em julgados como a ADI nº 4277 e a ADPF nº 132.

A alternativa D está incorreta, pois o enunciado não trata de harmonização entre normas constitucionais em conflito, hipótese relacionada ao princípio da concordância prática. A questão aborda, na verdade, o processo interpretativo e a redefinição do sentido da norma constitucional diante de mudanças sociais e axiológicas.

A alternativa E está incorreta, pois a lógica do razoável não rejeita a mutação constitucional. Ao contrário, admite interpretações compatíveis com a realidade social e com a evolução da sociedade. A mutação constitucional é reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência do STF como mecanismo legítimo de atualização interpretativa da Constituição.

**QUESTÃO 02. A Assembleia Legislativa do Estado Alfa, a partir de proposição legislativa de iniciativa parlamentar, foi instada a analisar a possibilidade de ser editada lei estadual dispoendo sobre o transporte de animais de assistência emocional nas cabines das aeronaves, em voos operados no âmbito do respectivo ente federativo. Ao se manifestar, a Comissão de Constituição e Justiça observou, corretamente, que a proposição legislativa**

**a) afronta competência legislativa privativa da União, mas outro ente federativo pode ser autorizado a exercê-la.**

**b) afronta competência legislativa privativa da União, insuscetível de ser exercida por outro ente federativo.**

**c) está enquadrada na competência legislativa comum entre os entes federativos, não sendo de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.**

**d) está enquadrada na competência legislativa concorrente, sendo que a legislação estadual não pode oferecer proteção inferior à norma nacional.**

**e) somente é considerada constitucional caso a origem e o destino do voo estejam situados no território de Alfa, além de a proteção se ajustar à Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da repartição de competências legislativas em matéria de proteção às pessoas com deficiência e transporte de animais de assistência emocional em aeronaves. O STF,

no julgamento da ADI nº 7754, reconheceu que a matéria se insere na competência legislativa concorrente, especialmente nos temas de proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção do consumidor, nos termos do art. 24, XIV e VIII, da Constituição da República.

A alternativa A está incorreta, pois a matéria não se insere em competência legislativa privativa da União. Embora a União possua competência privativa para legislar sobre “direito aeronáutico”, nos termos do art. 22, I, da Constituição, o STF entendeu, na ADI 7754, que a norma estadual possui predominante conteúdo protetivo voltado às pessoas com deficiência e aos consumidores, inserindo-se na competência concorrente. Além disso, a delegação prevista no parágrafo único do art. 22 depende de lei complementar federal, o que não é discutido na questão.

A alternativa B está incorreta, pois a competência não é privativa e insuscetível de exercício por outro ente federativo. Na ADI 7754, o STF afastou a alegação de invasão da competência privativa da União em matéria aeronáutica, reconhecendo a constitucionalidade da atuação legislativa estadual para ampliar a proteção às pessoas com deficiência.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição não prevê competência legislativa comum, mas sim competência material comum no art. 23 da Constituição da República. No caso, trata-se de competência legislativa concorrente, prevista no art. 24 da Constituição. Ademais, a questão não envolve matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

A alternativa D está correta, pois a matéria se enquadra na competência legislativa concorrente, especialmente em relação à “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” e à “responsabilidade por dano ao consumidor”, nos termos do art. 24, VIII e XIV, da Constituição da República. O STF, na ADI nº 7754, assentou que os estados podem editar normas ampliando a proteção às pessoas com deficiência, desde que não ofereçam proteção inferior à legislação nacional.

A alternativa E está incorreta, pois o STF não condicionou a constitucionalidade da norma ao fato de origem e destino do voo estarem situados exclusivamente no território estadual. Além disso, embora a proteção às pessoas com deficiência deva observar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada com status constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, essa não foi a condicionante fixada pelo STF na ADI 7754.

**QUESTÃO 03. O Governador do Estado Alfa decidiu deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto a Lei nº X (LEX), do Estado Sigma, que afetou a circulação econômica de certos bens produzidos no território de Alfa. Ao ver desse agente, a LEX contraria certo preceito da Emenda Constitucional nº Y (ECY), emenda esta editada em momento posterior. Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.**

**a) O Governador do Estado Alfa tem capacidade postulatória para subscrever a petição inicial e os recursos que venham a ser interpostos.**

**b) O Estado Alfa somente pode atuar na ação ajuizada pelo respectivo Chefe do Poder Executivo, manejando os recursos cabíveis, caso se habilite como amicus curiae.**

**c) O Governador do Estado Alfa deve demonstrar a pertinência temática na única ação cabível, mas não pode subscrever sozinho a petição inicial e os recursos que venham a ser interpostos.**

**d) O Governador do Estado Alfa tem legitimidade para ajuizar a ação cabível, mas carece de capacidade postulatória para a interposição de recursos, o que recai sobre a Procuradoria-Geral do Estado.**

**e) O Governador do Estado Alfa tem legitimidade e capacidade postulatória para ajuizar a ação cabível, mas isto não afasta a legitimidade do Estado Alfa para manejar recursos, considerando os interesses envolvidos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da legitimidade ativa e da capacidade postulatória no controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Nos termos do art. 103, V, da Constituição da República, o Governador de Estado possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade. Além disso, o STF reconhece que os legitimados do art. 103 possuem capacidade postulatória especial para subscrever petições iniciais e recursos sem necessidade de advogado, conforme decidido na Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5267.

A alternativa A está correta, pois o Governador do Estado possui legitimidade ativa para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do art. 103, V, da Constituição da República:

*“Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: [...] V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal”.*

Além disso, o STF reconhece sua capacidade postulatória para subscrever a petição inicial e os recursos, independentemente de representação por advogado, conforme entendimento firmado na Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5267.

A alternativa B está incorreta, pois o Estado não precisa atuar como amicus curiae para participar da ação proposta por seu Governador. Além disso, a legitimidade ativa é atribuída diretamente ao Governador, e não ao Estado-membro enquanto pessoa jurídica de direito público interno.

A alternativa C está incorreta, pois, embora o Governador de Estado seja legitimado especial e deva demonstrar pertinência temática, ele possui capacidade postulatória para subscrever sozinho a petição inicial e os recursos no controle concentrado de constitucionalidade, conforme jurisprudência do STF.

A alternativa D está incorreta, pois a capacidade postulatória do Governador não se limita ao ajuizamento da ação. O STF entende que ela também alcança a interposição de recursos, não sendo atribuição exclusiva da Procuradoria-Geral do Estado.

A alternativa E está incorreta, pois o STF entende que a legitimidade para atuar no processo de controle concentrado pertence aos legitimados constitucionais do art. 103 da Constituição, não havendo legitimidade autônoma do Estado-membro para interpor recursos paralelamente ao Governador na defesa de interesses institucionais envolvidos na ação.

**QUESTÃO 04. A Lei nº X (LEX), do Estado Delta, dispôs sobre a prorrogação das permissões de transporte alternativo intermunicipal, caso não fosse realizada licitação até o seu término, de modo a assegurar a continuidade do serviço público. Por entender que esse diploma normativo era dissonante da Constituição**

da República, um legitimado deflagrou o Controle Concentrado de Constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Delta (TJED). Na situação descrita, é correto afirmar que

- a) a LEX incursionou em temática afeta à livre iniciativa, que não tem a natureza de serviço público.
- b) a LEX deve ser considerada constitucional caso a permissão a ser prorrogada tenha sido antecedida de licitação.
- c) o acórdão do TJED, caso transite em julgado, obstará a análise da temática, pelo Supremo Tribunal Federal, utilizando o mesmo paradigma de confronto.
- d) o TJED somente pode utilizar, como paradigma de confronto, norma da Constituição da República, caso esta última tenha sido reproduzida pela Constituição do Estado Delta.
- e) o TJED pode conferir efeitos prospectivos a eventual declaração de inconstitucionalidade pelo voto da maioria de dois terços dos integrantes do respectivo colegiado.

### Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão tratou do controle concentrado de constitucionalidade perante os Tribunais de Justiça, especialmente da possibilidade de modulação temporal dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade e da disciplina constitucional das permissões de serviço público de transporte intermunicipal. O STF enfrentou temática semelhante na ADI nº 7241.

A alternativa A está incorreta, pois o transporte intermunicipal possui natureza de serviço público, submetendo-se ao regime jurídico próprio previsto na Constituição da República. O art. 175 da Constituição dispõe:

*“Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.*

Assim, não se trata de mera atividade econômica regida exclusivamente pela livre iniciativa.

A alternativa B está incorreta, pois a simples existência de licitação prévia não autoriza a prorrogação automática e indefinida da permissão de serviço público. O STF, na ADI nº 7241, reafirmou que a exigência constitucional de licitação para concessão e permissão de serviços públicos impede prorrogações sucessivas que afastem a necessidade de novo certame.

A alternativa C está incorreta, pois o trânsito em julgado de decisão do Tribunal de Justiça em controle concentrado estadual não impede a posterior análise da matéria pelo STF utilizando o mesmo paradigma constitucional federal. O Supremo possui competência para exercer o controle concentrado em face da Constituição da República, nos termos do art. 102, I, “a”, da Constituição.

A alternativa D está incorreta, pois o Tribunal de Justiça somente pode utilizar normas da Constituição da República como paradigma de confronto quando elas forem de reprodução obrigatória pela Constituição estadual. Esse entendimento decorre da jurisprudência consolidada do STF sobre controle concentrado estadual. Contudo, a assertiva está incorreta porque afirma que essa utilização seria “somente” possível

nessa hipótese, desconsiderando situações em que a própria Constituição estadual reproduz expressamente normas federais de observância obrigatória.

A alternativa E está correta, pois o Tribunal de Justiça pode modular os efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade em controle concentrado. Por simetria com o art. 27 da Lei nº 9.868/1999, admite-se a modulação temporal dos efeitos da decisão pelo voto qualificado de dois terços dos membros do colegiado. O referido dispositivo prevê:

*“Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado”.*

O STF admite a aplicação desse entendimento pelos Tribunais de Justiça no exercício do controle concentrado estadual.

**QUESTÃO 05. A Procuradoria-Geral do Estado Delta recebeu três ofícios, devidamente instruídos, do Tribunal de Contas desse ente federativo. Nesses ofícios, o Tribunal de Contas informava que: I. realizou imputação de débito a agente público estadual, que atuara como ordenador de despesa, pela prática de ato doloso de apropriação de recursos públicos. II. aplicou multa ao Prefeito do Município Sigma, em razão de danos dolosamente causados ao erário municipal. III. aplicou multa a agente público do Município Teta, por não ter colaborado na inspeção realizada pelos auditores de controle externo. Como os ofícios estavam relacionados à cobrança dos valores decorrentes das decisões do Tribunal de Contas pelo Estado Delta, o Procurador do Estado designado para o caso concluiu, corretamente, que a legitimidade para a cobrança,**

**a) em relação aos valores decorrentes do ocorrido em I, II e III, é do Estado Delta.**

**b) apenas em relação aos valores decorrentes do ocorrido em I, é do Estado Delta.**

**c) apenas em relação aos valores decorrentes do ocorrido em I e III, é do Estado Delta.**

**d) apenas em relação aos valores decorrentes do ocorrido em II e III, é do Estado Delta.**

**e) em relação aos valores decorrentes do ocorrido em I, II e III, não é do Estado Delta.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da legitimidade para a execução de decisões condenatórias proferidas pelos Tribunais de Contas, especialmente em relação à cobrança de débito e multas aplicadas a agentes públicos. O STF consolidou entendimento sobre a matéria no Tema 642 da Repercussão Geral e na ADPF nº 1011.

A alternativa A está incorreta, pois o Estado Delta não possui legitimidade para cobrar todos os valores mencionados. O STF entende que a legitimidade para execução depende do ente prejudicado e da natureza da sanção aplicada. Assim, nem todas as condenações podem ser executadas pelo Estado.

A alternativa B está incorreta, pois o Estado Delta possui legitimidade não apenas em relação ao item I, mas também em relação ao item III. No item I, houve imputação de débito decorrente de dano ao erário estadual causado por ordenador de despesa estadual. Já no item III, a multa aplicada decorre do exercício do poder sancionatório do Tribunal de Contas estadual, revertendo ao próprio Estado.

A alternativa C está correta, pois o Estado Delta possui legitimidade para cobrar os valores decorrentes dos itens I e III. No item I, a imputação de débito decorre de dano causado ao erário estadual, sendo o Estado o titular do crédito. No item III, a multa aplicada ao agente público municipal por descumprimento do dever de colaboração com o Tribunal de Contas estadual também pode ser executada pelo Estado, conforme entendimento do STF na ADPF nº 1011. Por outro lado, no item II, a multa foi aplicada em razão de dano ao erário municipal, razão pela qual a legitimidade para a cobrança é do Município Sigma, conforme fixado no Tema 642 da Repercussão Geral.

A alternativa D está incorreta, pois o Estado Delta não possui legitimidade para cobrar os valores do item II. Como a multa decorre de dano causado ao erário municipal, a legitimidade executória pertence ao Município prejudicado, e não ao Estado.

A alternativa E está incorreta, pois o Estado Delta possui legitimidade para cobrar os valores relacionados aos itens I e III. Apenas em relação ao item II a legitimidade executória pertence ao Município Sigma, conforme entendimento consolidado do STF.

**QUESTÃO 06. Em um fórum de discussões, representantes das Assembleias Legislativas estaduais iniciaram um debate quanto à conveniência de ser alterada a sistemática afeta à proteção de alguns direitos fundamentais consagrados em normas de eficácia limitada e princípio programático. Logo após o término das discussões, com a correlata elaboração de uma proposta de Emenda Constitucional, foi constatado que duas, das cinco regiões do país, foram atingidas por calamidades de grandes proporções, o que ameaçava a estabilidade da paz social. Em relação à apresentação da proposta de Emenda Constitucional, considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar que**

**a) afronta limites materiais de reforma constitucional.**

**b) afronta limites circunstanciais de reforma constitucional.**

**c) deve ser apresentada por, no mínimo, um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.**

**d) deve ser submetida à apreciação de um legitimado à deflagração do processo de reforma constitucional, já que as Assembleias Legislativas carecem de legitimidade.**

**e) não afronta qualquer limite de reforma constitucional, e deve ser aprovada, no âmbito de cada Assembleia Legislativa, à luz do total necessário, pela maioria relativa dos seus membros.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou dos limites ao poder de reforma da Constituição e da legitimidade para apresentação de proposta de emenda constitucional, nos termos do art. 60 da Constituição da República. O enunciado menciona normas de eficácia limitada e princípio programático, que não

integram, necessariamente, o núcleo das cláusulas pétreas, além de situação de calamidade pública, hipótese que não configura limitação circunstancial ao poder de reforma.

A alternativa A está incorreta, pois a simples alteração da sistemática de proteção de direitos fundamentais previstos em normas programáticas não implica, necessariamente, afronta às cláusulas pétreas. O art. 60, §4º, IV, da Constituição veda proposta “tendente a abolir os direitos e garantias individuais”, mas o enunciado não indica supressão ou abolição desses direitos.

A alternativa B está incorreta, pois não houve afronta aos limites circunstanciais de reforma constitucional. O art. 60, §1º, da Constituição dispõe:

*“A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio”.*

A calamidade pública, por si só, não impede a tramitação de proposta de emenda constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 60, III, da Constituição exige a manifestação de “mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação”. O dispositivo prevê:

*“A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: [...] III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros”.*

Assim, não basta um terço das Assembleias Legislativas.

A alternativa D está incorreta, pois as Assembleias Legislativas possuem legitimidade para deflagrar o processo de reforma constitucional, nos termos do art. 60, III, da Constituição da República. Portanto, não há necessidade de submissão da proposta a outro legitimado.

A alternativa E está correta, pois a situação narrada não afronta limites materiais nem circunstanciais ao poder de reforma. Além disso, a proposta pode ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, devendo cada uma delas aprová-la pela maioria relativa de seus membros, conforme prevê expressamente o art. 60, III, da Constituição da República.

**QUESTÃO 07. Inácio, ao completar 18 (dezoito) anos de idade, decidiu iniciar sua trajetória profissional em um país do Oriente Médio, objetivo que, ao seu ver, seria facilitado com a renúncia ou perda da nacionalidade brasileira, única que possuía, inclusive para fins de obtenção da nacionalidade do país em que pretendia fixar residência. Ao consultar um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido a Inácio que**

**a) a nacionalidade brasileira é irrenunciável.**

**b) a renúncia pretendida somente é admitida para os brasileiros naturalizados, não para os natos.**

**c) a perda da nacionalidade brasileira é efeito necessário da aquisição voluntária de outra nacionalidade.**

**d) a perda da nacionalidade brasileira somente pode ser requerida caso Inácio adquira outra nacionalidade.**

**e) a renúncia pretendida é admitida, desde que seja apresentado o respectivo pedido à autoridade competente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da perda da nacionalidade brasileira, disciplinada no art. 12, §4º, da Constituição da República. Após a Emenda Constitucional nº 131/2023, passou a ser admitida a perda da nacionalidade brasileira mediante pedido expresso do interessado, desde que ele possua outra nacionalidade, evitando-se a condição de apatridia.

A alternativa A está incorreta, pois a nacionalidade brasileira não é irrenunciável. O art. 12, §4º, II, da Constituição da República prevê expressamente a possibilidade de perda da nacionalidade mediante pedido do interessado:

*“Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: [...] II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia”.*

A alternativa B está incorreta, pois a possibilidade de perda da nacionalidade mediante pedido expresso não se restringe aos brasileiros naturalizados. A Constituição admite essa hipótese também em relação aos brasileiros natos, desde que observados os requisitos constitucionais.

A alternativa C está incorreta, pois a aquisição voluntária de outra nacionalidade não mais gera automaticamente a perda da nacionalidade brasileira. Após a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 131/2023, a perda depende de pedido expresso do interessado ou das demais hipóteses constitucionais específicas.

A alternativa D está correta, pois o art. 12, §4º, II, da Constituição condiciona a perda da nacionalidade brasileira ao fato de o indivíduo possuir outra nacionalidade, justamente para evitar situações de apatridia. Assim, Inácio somente poderá requerer a perda da nacionalidade brasileira caso adquira outra nacionalidade.

A alternativa E está incorreta, pois o simples pedido à autoridade competente não é suficiente para a perda da nacionalidade. A Constituição exige, além do pedido expresso, que a medida não resulte em apatridia, razão pela qual o interessado deve possuir outra nacionalidade.

**QUESTÃO 08. A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado Gama, com estrita observância da sistemática vigente, ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra atos praticados por determinado Ministro de Estado, os quais, alegadamente, vinham impondo, nos últimos anos, a redução sistemática da arrecadação do Tesouro Estadual. Por ocasião de sua manifestação, a Advocacia-Geral da União requereu a designação de audiência de conciliação. A Mesa da Assembleia Legislativa observou, corretamente, que**

**a) como é vedada a desistência da ADPF, a conciliação é incabível.**

**b) a celebração de acordo é admitida, tendo como antecedente lógico a extinção da ADPF.**

**c) a conciliação é admitida e produzirá eficácia vinculante e efeitos erga omnes após a sua homologação pelo Supremo Tribunal Federal.**

**d) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, os métodos autocompositivos são incompatíveis com a jurisdição constitucional.**

**e) é possível a celebração de acordo e a correlata homologação pelo Supremo Tribunal Federal, o que não obsta que o Tribunal realize sua missão constitucional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da possibilidade de utilização de métodos autocompositivos no âmbito da jurisdição constitucional, especialmente em sede de ADPF. O STF admite a celebração de acordos e a realização de audiências de conciliação em processos objetivos, sem que isso afaste sua função de guarda da Constituição, conforme reconhecido na ADPF nº 984 e na ADPF nº 165.

A alternativa A está incorreta, pois a vedação à desistência da ADPF não impede a adoção de métodos consensuais. O art. 5º, §1º, da Lei nº 9.882/1999 dispõe:

*“Não será admitida desistência da arguição”.*

Contudo, o STF entende que a possibilidade de conciliação e celebração de acordos é compatível com os processos objetivos de controle de constitucionalidade.

A alternativa B está incorreta, pois a celebração de acordo não pressupõe a extinção da ADPF. O STF pode homologar soluções consensuais sem abdicar do exercício da jurisdição constitucional, mantendo a possibilidade de fiscalização do cumprimento do acordo e da proteção da ordem constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois a homologação de acordo em ADPF não transforma automaticamente a conciliação em decisão dotada de eficácia vinculante e efeitos erga omnes nos moldes típicos das decisões de mérito em controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa D está incorreta, pois o STF reconhece a compatibilidade entre métodos autocompositivos e jurisdição constitucional, inclusive em matérias envolvendo interesses públicos e constitucionais relevantes. A indisponibilidade do interesse público não impede, por si só, a construção consensual de soluções institucionais.

A alternativa E está correta, pois o STF admite a celebração de acordos e sua homologação em ADPF, sem prejuízo do exercício de sua missão constitucional de guarda da Constituição. Esse entendimento foi reafirmado na ADPF nº 984 e na ADPF nº 165, em que a Corte reconheceu a possibilidade de soluções consensuais no âmbito da jurisdição constitucional.

**QUESTÃO 09. O Estado Alfa está em litígio com uma autarquia federal, tendo o processo tramitado no âmbito de uma Vara Federal da seção judiciária correspondente ao referido ente federativo. Após sentença desfavorável a Alfa, foi interposto recurso de apelação ao respectivo Tribunal Regional Federal,**

que manteve a sentença. Nesse acórdão, foi dada interpretação à legislação federal que se mostrava dissonante do Tema nº X, objeto de decisão pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Por essa razão, a Procuradoria-Geral do Estado cogitava ingressar com reclamação em razão da afronta ao referido Tema. Sobre a situação descrita, é correto afirmar que

- a) a reclamação somente é cabível após o manejo dos recursos cabíveis, inclusive a Tribunal Superior.
- b) a reclamação é cabível, de modo a resguardar a autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal.
- c) a reclamação, considerando a natureza da matéria, deve ser direcionada ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) a reclamação somente é cabível após o esgotamento dos recursos no âmbito do Tribunal Regional Federal.
- e) a Vara Federal era incompetente para processar e julgar originariamente a causa envolvendo Alfa e a autarquia federal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou do cabimento da reclamação constitucional para garantir a observância de precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Nos termos do art. 988, §5º, II, do CPC, a reclamação somente é admissível após o esgotamento das instâncias ordinárias.

A alternativa A está incorreta, pois não é necessário o esgotamento de todos os recursos cabíveis, inclusive aos Tribunais Superiores. O art. 988, §5º, II, do CPC exige apenas o esgotamento das instâncias ordinárias:

*“É inadmissível a reclamação: [...] II - proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida [...] quando não esgotadas as instâncias ordinárias”.*

A alternativa B está incorreta, pois, embora a reclamação possa ser utilizada para preservar a autoridade das decisões do STF, ela não é imediatamente cabível na hipótese narrada. É necessário o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, conforme entendimento do STF no Agravo Regimental na Reclamação nº 39305.

A alternativa C está incorreta, pois a reclamação voltada à preservação da autoridade de decisão proferida em tema de repercussão geral deve ser direcionada ao Supremo Tribunal Federal, e não ao Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa D está correta, pois a reclamação somente é cabível após o esgotamento dos recursos no âmbito do Tribunal Regional Federal, isto é, após o encerramento das instâncias ordinárias. Esse entendimento decorre do art. 988, §5º, II, do CPC e foi reafirmado pelo STF no Agravo Regimental na Reclamação nº 39305.

A alternativa E está incorreta, pois a Vara Federal era competente para processar e julgar a causa. Nos termos do art. 109, I, da Constituição da República, compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que autarquia federal figure como parte:

*“Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”.*

**QUESTÃO 10.** João obteve provimento jurisdicional favorável em detrimento do Estado Alfa, tendo transitado em julgado. Por ter mais de 60 (sessenta) anos de idade e o respectivo débito ter natureza alimentícia, João imaginava que teria direito a algum tratamento diferenciado no pagamento desse crédito. Na situação descrita, é correto afirmar que o crédito de João

a) deve ser objeto de requisição de pequeno valor, independente do seu valor.

b) é considerado superpreferencial, caso João já tivesse 60 (sessenta) anos de idade por ocasião da expedição do precatório.

c) somente deve ser considerado superpreferencial, em relação aos demais créditos de natureza alimentícia, quando João completar 80 (oitenta) anos de idade.

d) deve ser objeto de requisição de pequeno valor até o triplo do limite fixado em lei para essa espécie de requisição, sendo pago, o que sobejar, consoante a ordem de preferência dos precatórios alimentícios.

e) deve ser pago por precatório e possui preferência, juntamente com débitos da mesma natureza afetos a pessoa com doença grave ou com deficiência, até o triplo do limite das requisições de pequeno valor.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do regime constitucional de pagamento de precatórios e da chamada “superpreferência” conferida aos créditos alimentares titularizados por idosos, pessoas com deficiência ou portadoras de doença grave. A matéria está disciplinada no art. 100, §2º, da Constituição da República e foi analisada pelo STF no Tema 1156 da Repercussão Geral.

A alternativa A está incorreta, pois nem todo crédito alimentar titularizado por idoso deve ser pago por requisição de pequeno valor (RPV). O regime de RPV depende do montante do débito e dos limites legais fixados pelo ente federativo. Os créditos superiores ao limite legal continuam sujeitos ao regime de precatórios.

A alternativa B está incorreta, pois a superpreferência não depende de o credor já possuir 60 anos na data da expedição do precatório. O STF, no Tema 1156 da Repercussão Geral, firmou entendimento de que a idade pode ser considerada mesmo após a expedição do precatório, desde que preenchido o requisito etário antes do pagamento.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição estabelece a idade mínima de 60 anos, e não 80 anos, para a incidência da superpreferência. O art. 100, §2º, da Constituição prevê:

*“Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares [...] tenham idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos [...] serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos”.*

A alternativa D está incorreta, pois o crédito não será convertido em requisição de pequeno valor até o triplo do limite legal. O que existe é preferência de pagamento até esse limite, permanecendo o restante submetido à ordem cronológica dos precatórios alimentares.

A alternativa E está correta, pois o art. 100, §2º, da Constituição da República prevê que os créditos alimentares titularizados por idosos, pessoas com deficiência ou portadoras de doença grave possuem preferência especial de pagamento até o triplo do valor fixado para as requisições de pequeno valor. O dispositivo dispõe:

*“Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares [...] tenham idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo”.*

**QUESTÃO 11. O Estado Alfa, após ampla mobilização dos profissionais da área de educação, editou a Lei nº X (LEX), assegurando aos professores da educação básica, das redes públicas estadual e municipais de ensino, o direito à meia entrada em casas de diversões e praças desportivas. Esse diploma normativo, no entanto, foi duramente criticado pelas empresas do setor, o que resultou na sua submissão, por um legitimado, ao controle concentrado de constitucionalidade. Na situação descrita, em relação à alegada presença de vício de inconstitucionalidade na LEX, assinale a afirmativa correta.**

- a) Não há vício de inconstitucionalidade formal ou material na LEX.
- b) Há vício de inconstitucionalidade material, em razão da afronta à livre iniciativa.
- c) Há apenas vício de inconstitucionalidade formal, considerando que Alfa não tem competência para legislar sobre a matéria.
- d) Há vício de inconstitucionalidade material, considerando a afronta à isonomia, em razão da não contemplação dos professores da rede pública federal e da rede privada.
- e) Há apenas vício de inconstitucionalidade material, considerando a afronta à isonomia, apenas em razão da não contemplação dos professores da rede pública federal.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da constitucionalidade de lei estadual que assegura meia-entrada a professores da educação básica das redes públicas estadual e municipal. O STF enfrentou matéria semelhante na ADI nº 3753, reconhecendo a constitucionalidade da norma e a inexistência de vício formal ou material.

A alternativa A está correta, pois não há vício de inconstitucionalidade formal ou material na LEX. O STF, na ADI nº 3753, entendeu que a norma estadual que concede meia-entrada a professores busca valorizar a educação e promover o acesso à cultura e ao lazer, em consonância com os arts. 6º, 23, V, 205 e 215 da Constituição da República. Além disso, a matéria se insere na competência concorrente dos estados para legislar sobre educação e consumo.

A alternativa B está incorreta, pois o STF entendeu que a concessão do benefício não configura afronta desproporcional à livre iniciativa. A ordem econômica prevista no art. 170 da Constituição deve ser harmonizada com os valores sociais e os direitos fundamentais, especialmente os relacionados à educação e ao acesso à cultura.

A alternativa C está incorreta, pois o Estado possui competência para legislar sobre a matéria. A Constituição prevê competência concorrente em temas relacionados à educação e ao consumo, nos termos do art. 24, V e IX, da Constituição da República.

A alternativa D está incorreta, pois não há afronta à isonomia pela ausência de extensão do benefício aos professores da rede pública federal e da rede privada. O STF reconhece que o legislador pode realizar distinções legítimas quando houver fundamento razoável e finalidade constitucional adequada, como a valorização específica dos profissionais vinculados às redes públicas estadual e municipal.

A alternativa E está incorreta, pois também não há violação ao princípio da isonomia em razão da não inclusão dos professores da rede pública federal. O legislador estadual possui margem de conformação para definir o alcance subjetivo da política pública instituída, desde que observados critérios razoáveis e compatíveis com a Constituição.

**QUESTÃO 12. O Governador do Estado Alfa recebeu uma comitiva de políticos de oposição ao Prefeito do Município Sigma, ente federativo situado no território de Alfa, que solicitou a decretação da intervenção estadual em Sigma. De acordo com a comitiva, o Prefeito editou decreto vedando o pagamento da dívida pública decorrente de obras de infraestrutura, a ser amortizada em prazo superior a 12 (doze) meses, o que não permitiria que o órgão competente promovesse os pagamentos devidos, embora houvesse plena disponibilidade de caixa, situação que já perdura por três anos. Nos considerandos do decreto, o Prefeito Municipal argumentou com a necessidade de ser assegurada disponibilidade de caixa para fazer face à implementação futura de direitos prestacionais de interesse da coletividade. Ao submeter o caso à Procuradoria-Geral do Estado Alfa, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que**

**a) a decretação da intervenção estadual somente é admitida caso seja suspenso o pagamento da dívida flutuante, o que não é o caso.**

**b) a gestão financeira é projeção direta da autonomia municipal, de modo que a situação descrita não pode ensejar a decretação da intervenção.**

**c) a decretação da intervenção estadual é possível, em razão do não pagamento da dívida fundada, o que pode ser feito de ofício pelo Governador do Estado Alfa.**

**d) a decretação da intervenção estadual pressupõe o provimento, pelo Tribunal de Justiça, de ação direta interventiva, de iniciativa privativa do Ministério Público.**

**e) a intervenção estadual é possível e o respectivo decreto pode limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, caso essa medida baste para restabelecer a normalidade, o que pressupõe aprovação pela Assembleia Legislativa.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da intervenção estadual nos municípios, especialmente da hipótese prevista no art. 35, I, da Constituição da República, relacionada à suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, sem motivo de força maior. Dispõe o art. 35, I, da Constituição:

*“O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”.*

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição não exige a suspensão do pagamento da dívida flutuante para autorizar a intervenção estadual. O art. 35, I, da Constituição da República refere-se expressamente à “dívida fundada”, e não à dívida flutuante:

*“O Estado não intervirá em seus Municípios [...] exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”.*

A alternativa B está incorreta, pois a autonomia municipal não possui caráter absoluto. A própria Constituição prevê hipóteses excepcionais de intervenção estadual nos municípios, entre elas a inadimplência da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, nos termos do art. 35, I, da Constituição da República.

A alternativa C está correta, pois a dívida decorrente de obras de infraestrutura, amortizável em prazo superior a doze meses, possui natureza de dívida fundada. Como o Município deixou de efetuar o pagamento por três anos consecutivos, apesar da existência de disponibilidade de caixa e sem demonstração de motivo de força maior, é possível a decretação de intervenção estadual pelo Governador, conforme autoriza o art. 35, I, da Constituição da República:

*“O Estado não intervirá em seus Municípios [...] exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”.*

A alternativa D está incorreta, pois a ação direta interventiva perante o Tribunal de Justiça é exigida nas hipóteses do art. 35, IV, da Constituição da República, segundo o qual a intervenção ocorrerá quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial. Não é essa a hipótese narrada pela questão.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 36, § 3º, da Constituição dispõe que

*“Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade”.*

Como a situação narrada envolve a hipótese do art. 35, I, da Constituição, essa disciplina específica não se aplica ao caso.

**QUESTÃO 13. João, político com décadas de atuação e que não estava exercendo nenhuma função pública, forneceu entrevista a uma conhecida empresa jornalística. Na entrevista, João afirmou, de modo cabal, que o Governador do Estado Delta praticara crime, afirmação que rapidamente se revelou falsa, em razão das datas indicadas e dos terceiros que teriam participado da conduta, alguns já falecidos, o que levou o**

ofendido a cogitar responsabilizar civilmente os envolvidos. Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

a) A liberdade de informação obsta que a empresa jornalística seja responsabilizada pela entrevista concedida por João.

b) A empresa jornalística somente pode ser responsabilizada caso não assegure o direito de resposta ao Governador do Estado.

c) A empresa jornalística caso não se trate de entrevista ao vivo, somente pode ser responsabilizada na hipótese de comprovada má-fé.

d) A empresa jornalística é responsável pelos conteúdos que publica, ainda que veiculados em entrevistas ao vivo, logo, pode ser responsabilizada.

e) O conflito existente entre as liberdades de expressão e de informação, com o direito à honra do Governador do Estado, personagem público, deve ser resolvido em prol daquelas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da responsabilidade civil de empresas jornalísticas pela divulgação de entrevistas contendo imputações falsas, à luz da liberdade de expressão, da liberdade de informação e da proteção à honra. O STF enfrentou a matéria no Tema 995 da Repercussão Geral, fixando parâmetros para responsabilização da imprensa em entrevistas concedidas por terceiros.

A alternativa A está incorreta, pois a liberdade de informação não impede, de forma absoluta, a responsabilização da empresa jornalística. O STF reconhece que a liberdade de imprensa deve coexistir com a proteção aos direitos da personalidade, especialmente honra, imagem e dignidade. O art. 5º, X, da Constituição da República dispõe:

*“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.*

A alternativa B está incorreta, pois o direito de resposta não é requisito exclusivo para responsabilização civil da empresa jornalística. O art. 5º, V, da Constituição assegura:

*“É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.*

Todavia, a responsabilização pode ocorrer independentemente da concessão ou não de resposta, desde que presentes os requisitos definidos pelo STF.

A alternativa C está correta, pois o STF, no Tema 995 da Repercussão Geral, firmou entendimento de que a empresa jornalística, quando não se tratar de entrevista ao vivo, somente pode ser responsabilizada se comprovada má-fé, caracterizada pelo conhecimento prévio da falsidade da imputação ou evidente negligência na apuração da veracidade dos fatos antes da divulgação.

A alternativa D está incorreta, pois o STF distinguiu as entrevistas ao vivo das previamente gravadas ou editadas. Em entrevistas ao vivo, a responsabilização da empresa jornalística é excepcional, justamente pela impossibilidade de controle prévio integral sobre as declarações do entrevistado.

A alternativa E está incorreta, pois não há prevalência automática das liberdades de expressão e de informação sobre o direito à honra, ainda que a vítima seja figura pública. O STF adota a técnica de ponderação entre direitos fundamentais, analisando as circunstâncias concretas do caso. O fato de o Governador ser personagem público amplia o escrutínio social, mas não elimina sua proteção constitucional à honra e à imagem.

**QUESTÃO 14. O Governador do Estado Alfa constituiu comissão com o objetivo de rever a sistemática previdenciária em que estavam enquadrados os servidores públicos estaduais.**

**Ao fim dos trabalhos, a Comissão apresentou as proposições a seguir.**

**I. Disciplina em lei ordinária estadual das regras de cálculo dos proventos de aposentadoria.**

**II. Disciplina em lei complementar estadual de idade e tempo de contribuição diferenciados para os ocupantes do cargo de agente socioeducativo.**

**III. Determinação de que as entidades gestoras do regime próprio de previdência social, disciplinadas em lei complementar e vinculadas a cada estrutura de poder ou instituição autônoma, devem manter páginas de acesso na internet, informadas pelos princípios da transparência e da plena acessibilidade.**

**A Procuradoria-Geral do Estado foi instada a analisar a conformidade constitucional dessas proposições, tendo concluído corretamente que:**

**a) todas são constitucionais.**

**b) apenas a proposição I é constitucional.**

**c) apenas a proposição III é constitucional.**

**d) apenas as proposições I e II são constitucionais.**

**e) apenas as proposições II e III são constitucionais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, pois apenas as proposições I e II são constitucionais. A questão exige conhecimento do regime constitucional previdenciário dos servidores públicos após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, especialmente quanto à disciplina normativa dos regimes próprios de previdência social e às hipóteses de aposentadoria especial.

A proposição I é constitucional. Após a Reforma da Previdência promovida pela EC nº 103/2019, a Constituição passou a prever expressamente que as regras de cálculo dos proventos de aposentadoria serão

disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, não havendo exigência de lei complementar para essa finalidade.

*“CF, art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

(...)

*§ 3º: As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.”*

A proposição II também é constitucional. A Constituição autoriza a fixação de idade e tempo de contribuição diferenciados, mediante lei complementar do ente federativo, para determinadas categorias submetidas a condições especiais, entre elas os agentes socioeducativos.

*“CF, art. 40, § 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do **caput** do art. 51, o inciso XIII do **caput** do art. 52 e os incisos I a IV do **caput** do art. 144.”*

A proposição III é *inconstitucional*. O texto constitucional determina que cada ente federativo possua apenas um regime próprio de previdência social e uma única entidade gestora desse regime. Assim, é vedada a criação de entidades gestoras distintas vinculadas separadamente a cada Poder ou instituição autônoma, ainda que todas observem princípios de transparência e acessibilidade.

*“CF, art. 40, § 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. “*

Portanto, apenas as proposições I e II são constitucionais, razão pela qual a alternativa correta é a letra **D**.

**QUESTÃO 15. Analise a seguinte situação hipotética: o ex-Secretário de determinada pasta do Poder Executivo do Estado do Acre foi acusado pelo Ministério Público de, no exercício funcional, ter praticado ato doloso de improbidade administrativa, que caracteriza enriquecimento ilícito. Esse ato, ao ver do ex-Secretário, teria sido praticado em atendimento do interesse público. Ao tomar conhecimento do ajuizamento da ação, o ex-Secretário compareceu à Procuradoria-Geral do Estado desejando que fosse defendido na referida ação, ocasião em que lhe foi corretamente informado que**

**a) como o vínculo do outrora Secretário com o Estado do Acre foi dissolvido, não é possível que a Procuradoria-Geral do Estado venha a defendê-lo.**

**b) o ato alegadamente praticado o foi em detrimento do Estado do Acre, logo, a defesa não pode ser realizada pela Procuradoria-Geral do Estado.**

**c) a defesa do ex-Secretário somente pode ser assumida pela Procuradoria-Geral do Estado se houver autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.**

**d) a defesa do ex-Secretário pode ser assumida pela Procuradoria-Geral do Estado, desde que ele arque com todas as despesas da defesa, haja, ou não, condenação.**

**e) a defesa do ex-Secretário pode ser assumida pela Procuradoria-Geral do Estado, caso o ato praticado não tenha contrariado orientação prévia desta última estrutura.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da possibilidade de a Procuradoria-Geral do Estado prestar representação judicial a agentes públicos e ex-agentes públicos em ações relacionadas ao exercício de suas funções. A matéria foi analisada pelo STF na ADI nº 7042, que reconheceu a constitucionalidade desse modelo de representação institucional, desde que observados os limites legais estabelecidos.

A alternativa A está incorreta, pois o fato de o agente não mais ocupar o cargo não impede, por si só, a atuação da Procuradoria-Geral do Estado. O art. 1º, §5º, da Lei Complementar estadual nº 45/1994 do Acre prevê expressamente a possibilidade de representação de ex-agentes públicos:

*“A Procuradoria-Geral do Estado poderá representar judicialmente os agentes públicos, ativos ou inativos, e os ex-agentes públicos, quanto aos atos praticados no exercício regular de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público”.*

A alternativa B está incorreta, pois a mera acusação de improbidade administrativa não impede automaticamente a defesa institucional. A legislação estadual admite a representação judicial desde que o ato tenha sido praticado no exercício regular das atribuições e no interesse público, conforme dispõe o art. 1º, §5º, da LC estadual nº 45/1994.

A alternativa C está incorreta, pois a Lei Complementar estadual nº 45/1994 não exige autorização expressa do Governador para que a Procuradoria-Geral do Estado realize a defesa do agente ou ex-agente público. Os requisitos legais decorrem diretamente da própria norma.

A alternativa D está incorreta, pois a legislação não estabelece que o agente deva arcar previamente com todas as despesas da defesa, independentemente do resultado da ação. A atuação da Procuradoria-Geral do Estado decorre de autorização legal fundada na proteção institucional da atuação funcional legítima.

A alternativa E está correta, pois o art. 1º, §5º, da Lei Complementar estadual nº 45/1994 do Acre dispõe:

*“A Procuradoria-Geral do Estado poderá representar judicialmente os agentes públicos, ativos ou inativos, e os ex-agentes públicos, quanto aos atos praticados no exercício regular de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público”.*

Já o §6º estabelece limite expresso a essa atuação:

*“Não será admitida a representação judicial quando o ato praticado contrariar orientação jurídica previamente firmada pela Procuradoria-Geral do Estado”.*

O STF, na ADI nº 7042, reconheceu a constitucionalidade desse modelo de representação institucional.

**QUESTÃO 16.** Nos termos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considera-se pré-qualificação permanente o procedimento, anterior à licitação, destinado a identificar fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; e bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da Administração Pública. De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir. I. A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes. II. A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão restringir a participação em suas licitações a fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em regulamento. III. A pré-qualificação terá validade de dois anos, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo. Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da pré-qualificação permanente prevista na Lei nº 13.303/2016, mecanismo utilizado pelas empresas públicas e sociedades de economia mista para identificação prévia de fornecedores e bens aptos à futura contratação.

A afirmativa I está correta, pois o art. 64, § 2º, da Lei nº 13.303/2016 dispõe expressamente:

*“A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes”.*

Assim, a pré-qualificação pode abranger apenas parte ou a integralidade dos requisitos exigidos.

A afirmativa II está correta, pois o art. 64, § 4º, da Lei nº 13.303/2016 prevê:

*“A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão restringir a participação em suas licitações a fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em regulamento”.*

Portanto, a restrição é admitida pela própria lei.

A afirmativa III está incorreta, pois o prazo indicado está errado. O art. 64, § 5º, da Lei nº 13.303/2016 estabelece:

*“A pré-qualificação terá validade de 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo”.*

Logo, a lei prevê validade máxima de um ano, e não de dois anos.

Dessa forma, está correto o que se afirma apenas nas assertivas I e II.

**QUESTÃO 17. Nos termos da legislação de regência, a Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Acre é composta, dentre outros órgãos, pela Governadoria do Estado e pelas Secretarias de Estado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 419/2022, os serviços lotéricos constituem área de competência da Secretaria de Estado da (de)**

**a) Administração.**

**b) Planejamento.**

**c) Casa Civil.**

**d) Governo.**

**e) Fazenda.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e da distribuição de competências entre as Secretarias de Estado, conforme a Lei Complementar Estadual nº 419/2022.

A alternativa A está incorreta, pois a Secretaria de Estado de Administração não possui competência relacionada aos serviços lotéricos. Sua atuação está voltada predominantemente à gestão administrativa, patrimonial e de pessoal da Administração Pública estadual.

A alternativa B está incorreta, pois a Secretaria de Estado de Planejamento possui atribuições relacionadas ao planejamento governamental, orçamento e acompanhamento de políticas públicas, não abrangendo os serviços lotéricos.

A alternativa C está incorreta, pois a Casa Civil exerce funções de assessoramento direto ao Governador e coordenação institucional, sem competência específica sobre serviços lotéricos.

A alternativa D está incorreta, pois a Secretaria de Estado de Governo atua na articulação política e institucional do Poder Executivo, não sendo responsável pelos serviços lotéricos.

A alternativa E está correta, pois o art. 22, V, da Lei Complementar Estadual nº 419/2022 estabelece competir à Secretaria de Estado da Fazenda a gestão dos serviços lotéricos estaduais. O dispositivo prevê:

“Art. 22. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda: [...] V - administrar os serviços lotéricos do Estado”.

**QUESTÃO 18.** A Administração Pública, por meio de denúncia, tomou conhecimento de que a sociedade empresária Alfa está detendo informações a que tem acesso em razão do seu vínculo com o Poder Público, deixando de observar as disposições estabelecidas na Lei nº 12.527/2011. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que a sociedade empresária Alfa estará sujeita, em tese e entre outras, às sanções de

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a penalidade e rescisão do vínculo com o poder público.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a penalidade e advertência.

c) rescisão do vínculo com o poder público e suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a quatro anos.

d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a quatro anos e multa.

e) rescisão do vínculo com o poder público e multa.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou das sanções aplicáveis às pessoas físicas ou entidades privadas que detenham informações em virtude de vínculo com o Poder Público e deixem de observar as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

A alternativa A está incorreta, pois a Lei nº 12.527/2011 não prevê a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nesse caso específico. O art. 33 da lei estabelece sanções próprias para as entidades privadas que descumprirem suas disposições.

A alternativa B está incorreta, pois também não há previsão de advertência ou declaração de inidoneidade no art. 33 da Lei nº 12.527/2011. As sanções legais são distintas das previstas na legislação geral de licitações e contratos administrativos.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo indicado está errado. A Lei nº 12.527/2011 não prevê suspensão temporária de participar de licitação por prazo de até quatro anos.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 33 da Lei nº 12.527/2011 não estabelece sanção de suspensão temporária de licitar e contratar por até quatro anos. Essa penalidade pertence a outros regimes sancionatórios administrativos.

A alternativa E está correta, pois o art. 33 da Lei nº 12.527/2011 dispõe:

*“A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo com o poder público; IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade”.*

Assim, entre as alternativas apresentadas, a única que reproduz corretamente sanções previstas no dispositivo é a letra E.

**QUESTÃO 19. Nos termos da legislação de regência, o controlador, dentre outras atribuições, deverá indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais. De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir. I. A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador. II. As atividades do encarregado consistem, dentre outras, em aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências, além de orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais. III. A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados. Está correto o que se afirma em**

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da figura do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (“Data Protection Officer – DPO”) prevista na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), especialmente das disposições do art. 41 da lei.

A afirmativa I está correta, pois o art. 41, § 1º, da Lei nº 13.709/2018 dispõe:

*“A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador”.*

Assim, a divulgação pública das informações do encarregado é exigência legal expressa.

A afirmativa II está correta, pois o art. 41, § 2º, da Lei nº 13.709/2018 estabelece que as atividades do encarregado consistem em:

*“I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; [...] IV - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais”.*

Logo, a assertiva reproduz corretamente as atribuições legais.

A afirmativa III está correta, pois o art. 41, §3º, da Lei nº 13.709/2018 prevê:

*“A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados”.*

Portanto, a ANPD possui competência normativa complementar sobre a matéria.

Dessa forma, estão corretas as afirmativas I, II e III.

**QUESTÃO 20.** Nos termos da Lei Complementar nº 95/1998, a lei será estruturada em três partes básicas, quais sejam: I. parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas; II. parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada; e III. parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias e, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber. Nesse cenário, considerando as disposições da referida legislação, é certo que as disposições normativas serão redigidas com clareza, observadas, para essa finalidade, as normas abaixo elencadas, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Uso das palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando.

b) Construção das orações na ordem direta, vedado o emprego de preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis.

c) Busca da uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente.

d) Uso dos recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico.

e) Uso de frases curtas e concisas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou das regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/1998, especialmente das normas voltadas à redação clara, precisa e ordenada dos textos normativos.

A alternativa A está correta, pois reproduz o art. 11, I, “a”, da Lei Complementar nº 95/1998, segundo o qual as disposições normativas devem observar:

*“As palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando”.*

A alternativa B está incorreta, sendo o gabarito da questão, pois diverge do texto legal ao afirmar ser “vedado o emprego de preciosismo”. O art. 11, I, “c”, da Lei Complementar nº 95/1998 dispõe:

*“Construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis”.*

Assim, a lei determina apenas que tais recursos sejam evitados, e não absolutamente vedados.

A alternativa C está correta, pois reproduz o art. 11, I, “d”, da Lei Complementar nº 95/1998:

*“Buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente”.*

A alternativa D está correta, pois corresponde ao art. 11, I, “f”, da Lei Complementar nº 95/1998, que prevê:

*“Usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico”.*

A alternativa E está correta, pois está em consonância com o art. 11, I, “b”, da Lei Complementar nº 95/1998, segundo o qual deve-se “usar frases curtas e concisas”.

**QUESTÃO 21.** Haverá, em cada agência reguladora, um ouvidor, que atuará sem subordinação hierárquica e exercerá suas atribuições sem acumulação com outras funções. Registre-se que, dentre outras, é atribuição do Ouvidor zelar pela qualidade e pela tempestividade dos serviços prestados pela agência. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.848/2019, analise as afirmativas a seguir. I. O Ouvidor terá mandato de quatro anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar. II. É vedado ao Ouvidor ter participação, direta ou indireta, em empresa sob regulação da respectiva agência reguladora. III. Os relatórios do Ouvidor terão caráter impositivo, cabendo ao conselho diretor ou à diretoria colegiada deliberar, em grau recursal, a respeito dos temas relacionados ao setor de atuação da agência reguladora. Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou das atribuições, garantias e vedações aplicáveis ao Ouvidor das agências reguladoras, conforme disciplinado na Lei nº 13.848/2019.

A afirmativa I está incorreta, pois o prazo do mandato do Ouvidor não é de quatro anos. O art. 22, § 5º, da Lei nº 13.848/2019 dispõe:

*“O Ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução”.*

Assim, a assertiva erra ao indicar mandato de quatro anos.

A afirmativa II está correta, pois o art. 23, § 2º, da Lei nº 13.848/2019 prevê expressamente:

*“É vedado ao Ouvidor ter participação, direta ou indireta, em empresa sob regulação da respectiva agência reguladora”.*

Trata-se de regra voltada à preservação da independência e da imparcialidade do cargo.

A afirmativa III está incorreta, pois os relatórios do Ouvidor não possuem caráter impositivo. O art. 23, § 1º, da Lei nº 13.848/2019 dispõe:

*“Os relatórios do Ouvidor não terão caráter impositivo, cabendo ao conselho diretor ou à diretoria colegiada manifestar-se no prazo de até vinte dias úteis sobre as medidas adotadas”.*

Logo, a assertiva contraria expressamente o texto legal.

Dessa forma, está correta apenas a afirmativa II.

**QUESTÃO 22. A Administração Pública publicou edital visando à celebração de parceria com as entidades privadas qualificadas, na forma da lei, como Organizações da Sociedade Civil. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que o edital do chamamento público especificará, entre outros, os seguintes tópicos:**

**a) as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e para idosos, de acordo com as características do objeto da parceria, e a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria.**

**b) o valor previsto para a realização do objeto, limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas.**

**c) a vedação à interposição de recurso administrativo, sem prejuízo do pedido de reconsideração e a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria.**

**d) a vedação à interposição de recurso administrativo, sem prejuízo do pedido de reconsideração, e o objeto da parceria.**

**e) o valor previsto para a realização do objeto, limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e o objeto da parceria.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou dos requisitos do edital de chamamento público para celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014.

A alternativa A está correta, pois o art. 24, I, da Lei nº 13.019/2014 dispõe que o edital deverá conter, entre outros elementos:

*“A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria” e “as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria”.*

Assim, a alternativa reproduz corretamente exigências legais do edital.

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 13.019/2014 não estabelece limite de R\$100.000,00 para o valor previsto da parceria. Além disso, embora o edital deva indicar datas, prazos e condições, o limite financeiro mencionado não possui previsão legal.

A alternativa C está incorreta, pois a legislação não prevê vedação à interposição de recurso administrativo. Ao contrário, o procedimento deve observar o contraditório e a ampla possibilidade de impugnação administrativa dos atos praticados.

A alternativa D está incorreta, pelos mesmos motivos da alternativa anterior. Não existe previsão legal de vedação à interposição de recurso administrativo no chamamento público regido pela Lei nº 13.019/2014.

A alternativa E está incorreta, pois a lei não fixa teto de R\$100.000,00 para o valor da parceria. Embora o objeto da parceria deva constar do edital, o limite financeiro indicado na alternativa não encontra amparo legal.

**QUESTÃO 23. O Governador do Estado do Acre solicitou à Procuradoria-Geral do Estado a confecção de parecer versando, entre outros assuntos, sobre os atributos dos atos administrativos. Registre-se que o ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de Direito Público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que, como regra geral, os atos administrativos fazem jus aos atributos da**

**a) autoexecutoriedade, não gozando de presunção relativa de legitimidade e de veracidade, tampouco de imperatividade.**

**b) presunção absoluta de legitimidade e de veracidade, e da imperatividade, não gozando de autoexecutoriedade.**

**c) imperatividade e da autoexecutoriedade, não gozando de presunção relativa de legitimidade e de veracidade.**

**d) presunção relativa de legitimidade e de veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.**

**e) presunção absoluta de legitimidade e de veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou dos atributos dos atos administrativos, entendidos como características jurídicas que decorrem do regime jurídico de Direito Público e conferem prerrogativas à atuação da Administração Pública. Segundo a doutrina majoritária, os atos administrativos possuem, em regra, presunção relativa de legitimidade e veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.

A alternativa A está incorreta, pois os atos administrativos gozam, em regra, de presunção relativa de legitimidade e veracidade. Esse atributo significa que os atos administrativos presumem-se editados em conformidade com a lei e com os fatos alegados, até prova em contrário. Além disso, muitos atos administrativos possuem imperatividade, isto é, aptidão para impor obrigações independentemente da concordância do administrado.

A alternativa B está incorreta, pois a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos é relativa (*juris tantum*), e não absoluta. Isso significa que o ato pode ser contestado judicial ou administrativamente pelo interessado.

A alternativa C está incorreta, pois os atos administrativos também gozam, em regra, de presunção relativa de legitimidade e veracidade, atributo reconhecido amplamente pela doutrina administrativista, ao lado da imperatividade e da autoexecutoriedade.

A alternativa D está correta, pois os atos administrativos possuem, como regra geral, os atributos da presunção relativa de legitimidade e veracidade, da imperatividade e da autoexecutoriedade. A presunção relativa decorre da presunção de conformidade do ato com a ordem jurídica; a imperatividade traduz a imposição unilateral de obrigações; e a autoexecutoriedade permite, em determinadas hipóteses previstas em lei ou diante de urgência, a execução direta do ato pela Administração sem necessidade de autorização judicial prévia.

A alternativa E está incorreta, pois a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos não é absoluta, mas relativa. Por isso, admite prova em sentido contrário e controle judicial ou administrativo de legalidade.

**QUESTÃO 24. No dia 26 de março de 2026, Mário, servidor público no Município Alfa, AC, colidiu com o veículo automotor oficial que conduzia, no automóvel de João, causando danos materiais significativos. Registre-se que o evento danoso decorreu de conduta imprudente perpetrada pelo agente público, no exercício das funções públicas. Em assim sendo, João pretende ingressar com ação indenizatória em face do Município Alfa, AC. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto nº 20.910/1932 e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a prescrição da pretensão de João ocorrerá no ano de**

a) 2027.

b) 2029.

c) 2031.

d) 2033.

e) 2036.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do prazo prescricional aplicável às ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública. O tema é disciplinado pelo Decreto nº 20.910/1932 e pela jurisprudência consolidada do STJ.

A alternativa A está incorreta, pois não se aplica prazo prescricional de um ano às ações indenizatórias contra a Fazenda Pública. O prazo previsto no ordenamento jurídico é superior.

A alternativa B está incorreta, pois o prazo prescricional não é de três anos. Embora o Código Civil preveja prescrição trienal para reparação civil entre particulares, o STJ entende que, nas ações propostas contra a Fazenda Pública, prevalece o prazo especial previsto no Decreto nº 20.910/1932.

A alternativa C está correta, pois o art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 dispõe:

*“As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”.*

Como o fato ocorreu em 26 de março de 2026, a pretensão prescreverá em 26 de março de 2031.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo prescricional não é de sete anos. O prazo quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/1932 é o aplicável às pretensões indenizatórias contra a Fazenda Pública.

A alternativa E está incorreta, pois não se aplica prazo prescricional de dez anos às ações indenizatórias ajuizadas contra entes públicos. O STJ possui entendimento consolidado no sentido de que prevalece o prazo especial de cinco anos previsto no Decreto nº 20.910/1932.

**QUESTÃO 25. A organização e o funcionamento dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Acre serão regulados por meio de decreto de estruturas organizacionais, que, nos termos e limites da Constituição, definirá suas respectivas estruturas organizacionais, observadas a estrutura básica e as áreas de competências definidas na Lei Complementar Estadual nº 419/2022. Nesse cenário, considerando as disposições da referida lei complementar, os órgãos abaixo elencados integram a Governadoria, à exceção de um. Assinale-o.**

a) Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

b) Secretaria de Estado de Comunicação.

c) Secretaria de Estado da Casa Civil.

d) Controladoria-Geral do Estado.

e) Casa Militar.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da estrutura organizacional da Governadoria do Estado do Acre, conforme disciplinada pela Lei Complementar Estadual nº 419/2022. O art. 2º da referida lei dispõe:

*“Integram a Governadoria do Estado: I - Gabinete do Governador; II - Gabinete da Vice-Governadora; III - Casa Civil; IV - Casa Militar; V - Controladoria-Geral do Estado; VI - Procuradoria-Geral do Estado; VII - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil”.*

A alternativa A está incorreta, pois a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil integra expressamente a Governadoria do Estado, conforme prevê o art. 2º, VII, da Lei Complementar Estadual nº 419/2022:

*“Integram a Governadoria do Estado: [...] VII - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil”.*

A alternativa B está correta, pois a Secretaria de Estado de Comunicação não consta entre os órgãos que integram a Governadoria do Estado no art. 2º da LC estadual nº 419/2022. Embora integre a Administração Direta estadual, não compõe a estrutura específica da Governadoria.

A alternativa C está incorreta, pois a Casa Civil integra expressamente a Governadoria do Estado, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar Estadual nº 419/2022:

*“Integram a Governadoria do Estado: [...] III - Casa Civil”.*

A alternativa D está incorreta, pois a Controladoria-Geral do Estado integra a Governadoria, conforme prevê o art. 2º, V, da Lei Complementar Estadual nº 419/2022:

*“Integram a Governadoria do Estado: [...] V - Controladoria-Geral do Estado”.*

A alternativa E está incorreta, pois a Casa Militar também integra a Governadoria do Estado, conforme expressamente previsto no art. 2º, IV, da Lei Complementar Estadual nº 419/2022:

*“Integram a Governadoria do Estado: [...] IV - Casa Militar”.*

**QUESTÃO 26. A previsão de matriz de risco, quando for o caso, está elencada na Lei nº 14.133/2021 como cláusula necessária dos contratos administrativos. A aludida norma determina que o edital deverá obrigatoriamente contemplar tal cláusula entre contratante e contratado, quando a contratação se referir a**

**a) serviços comuns de engenharia, em que utilizada a modalidade pregão.**

**b) contratos de eficiência, que devem utilizar como critério de julgamento o de maior retorno econômico.**

**c) obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada.**

**d) serviços não contínuos ou contratados por escopo, em que há o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado.**

**e) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de notória especialização, independentemente do regime de execução.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da matriz de risco nos contratos administrativos disciplinados pela Lei nº 14.133/2021. A matriz de risco consiste em cláusula contratual que define a repartição objetiva de responsabilidades entre contratante e contratado quanto a eventos supervenientes capazes de impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não determina obrigatoriamente a previsão de matriz de risco para todos os serviços comuns de engenharia contratados por pregão.

A alternativa B está incorreta, pois, embora os contratos de eficiência utilizem o critério de julgamento de maior retorno econômico, a lei não estabelece obrigatoriedade genérica de matriz de risco apenas em razão dessa modalidade contratual.

A alternativa C está correta, pois o art. 22, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe:

*“O edital deverá obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado nas contratações integradas e semi-integradas e nos contratos de grande vulto”.*

Assim, a previsão é obrigatória nas obras e serviços de grande vulto e nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.

A alternativa D está incorreta, pois os serviços não contínuos ou contratados por escopo não exigem, obrigatoriamente, cláusula de matriz de risco. A obrigatoriedade decorre das hipóteses expressamente previstas em lei.

A alternativa E está incorreta, pois os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual não estão submetidos, por si só, à obrigatoriedade de previsão de matriz de risco, independentemente do regime de execução.

**QUESTÃO 27. No exercício de suas atribuições, um Procurador do Estado do Acre foi questionado acerca das peculiaridades e exigências da cessão de uso de bens imóveis do respectivo ente federativo, à luz da Lei Estadual nº 3.885/2021. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.**

**a) A publicação do extrato do termo de cessão não pode ser considerada condição de validade e de eficácia.**

**b) A duração da cessão de uso não pode ser inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 10 (dez) anos.**

**c) O cessionário deve ser órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer esfera.**

**d) O termo de cessão deve prever a responsabilização do cedente pela manutenção do imóvel e suas edificações.**

**e) O objeto da cessão não pode corresponder à fração de bem imóvel público estadual, devendo abranger a sua totalidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da cessão de uso de bens imóveis públicos estaduais disciplinada pela Lei Estadual nº 3.885/2021, especialmente das exigências previstas no art. 12 da norma.

A alternativa A está incorreta, pois a publicação do extrato do termo de cessão constitui requisito relevante para a eficácia do ato administrativo, em observância ao princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República.

A alternativa B está incorreta, pois a Lei Estadual nº 3.885/2021 não estabelece prazo mínimo de cinco anos nem prazo máximo de dez anos para a cessão de uso de imóveis públicos estaduais.

A alternativa C está correta, pois o art. 12 da Lei Estadual nº 3.885/2021 prevê que a cessão de uso poderá ocorrer em favor de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer esfera federativa. O dispositivo dispõe:

*“Art. 12. A cessão de uso de bem imóvel público estadual poderá ocorrer em favor de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer esfera”.*

A alternativa D está incorreta, pois a responsabilidade pela manutenção do imóvel normalmente recai sobre o cessionário, e não sobre o cedente, salvo disposição específica em sentido diverso no instrumento de cessão.

A alternativa E está incorreta, pois a legislação não exige que a cessão abranja necessariamente a integralidade do imóvel público, sendo possível a cessão de fração do bem, desde que atendido o interesse público.

**QUESTÃO 28. A Lei nº 13.655/2018 introduziu na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42 - LINDB) relevantes disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, que têm acentuado destaque em matéria de controle da Administração Pública. À luz do mencionado Diploma Legal, assinale a afirmativa correta.**

**a) Considerando que a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas, a norma em comento autoriza expressamente a revogação de ato administrativo editado pelo Executivo por meio de controle judicial.**

**b) A determinação quanto à impossibilidade de decisão com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão restringe-se às esferas administrativa e controladora, sendo admitida em âmbito judicial a mencionada atuação que é vedada para as referidas esferas.**

c) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações vigentes no momento do exercício do controle, de modo que a incompatibilidade de situações plenamente constituídas com nova orientação, devem levar à anulação de tais atos.

d) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

e) As situações contenciosas na aplicação do direito público, em que já há o ajuizamento de uma demanda, inviabilizam a celebração de compromissos da Administração Pública com os interessados, tendo em conta o princípio da indisponibilidade do interesse público, mas as irregularidades em âmbito administrativo devem ensejar a utilização de instrumentos consensuais, após a realização de consulta pública e presentes razões de relevante interesse geral.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou das alterações promovidas pela Lei nº 13.655/2018 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente das regras voltadas à segurança jurídica, consensualidade e eficiência na aplicação do direito público.

A alternativa A está incorreta, pois a LINDB não autoriza expressamente o Poder Judiciário a revogar atos administrativos. A revogação decorre de juízo de conveniência e oportunidade da própria Administração Pública, enquanto o controle judicial incide sobre a legalidade do ato. O art. 20 da LINDB apenas exige motivação qualificada nas decisões administrativas, controladoras e judiciais.

A alternativa B está incorreta, pois a exigência de consideração das consequências práticas da decisão também se aplica à esfera judicial. O art. 20 da Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB) dispõe:

*“Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.*

A alternativa C está incorreta, pois a LINDB prestigia a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima. O art. 24 da Decreto-Lei nº 4.657/1942 prevê:

*“A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato [...] levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas”.*

Assim, a mudança posterior de entendimento não autoriza automaticamente a anulação de atos já consolidados.

A alternativa D está correta, pois reproduz corretamente o art. 23 da Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB):

*“A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever*

*regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais”.*

A alternativa E está incorreta, pois a LINDB admite expressamente a celebração de compromissos administrativos inclusive em situações contenciosas. O art. 26 da Decreto-Lei nº 4.657/1942 prevê:

*“Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá [...] celebrar compromisso com os interessados”.*

Portanto, o ajuizamento de demanda não impede, por si só, a utilização de instrumentos consensuais.

**QUESTÃO 29. O Decreto Estadual nº 11.406/2024 delimitou alguns conceitos importantes para efeitos de tal norma, que versa sobre as transferências de recursos do Estado do Acre, entre os quais, o seguinte: "instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros com dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado e tenha como partícipes, órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como os serviços sociais autônomos, visando à execução de programas, projetos, atividades ou eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação." Assinale a opção que indica corretamente o instrumento objeto de tal conceito.**

a) Convênio.

b) Consórcio Público.

c) Termo de cooperação.

d) Contrato de programa.

e) Contrato Administrativo.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou dos conceitos previstos no Decreto Estadual nº 11.406/2024, especialmente da definição de convênio no âmbito das transferências de recursos estaduais.

A alternativa A está correta, pois o art. 1º, § 1º, I, do Decreto Estadual nº 11.406/2024 define convênio como:

*“Instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros com dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado e tenha como partícipes órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como os serviços sociais autônomos, visando à execução de programas, projetos, atividades ou eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação”.*

A alternativa B está incorreta, pois o consórcio público é pessoa jurídica formada por entes federativos para gestão associada de serviços públicos, nos termos da Lei nº 11.107/2005, não correspondendo ao conceito apresentado na questão.

A alternativa C está incorreta, pois o termo de cooperação possui disciplina específica e não se confunde com o instrumento voltado à transferência de recursos financeiros entre partícipes em regime de mútua cooperação descrito no decreto.

A alternativa D está incorreta, pois o contrato de programa é instrumento utilizado principalmente na gestão associada de serviços públicos entre entes federativos e entidades da administração indireta, não correspondendo ao conceito trazido pelo decreto estadual.

A alternativa E está incorreta, pois o contrato administrativo pressupõe interesses contrapostos entre Administração e contratado, além de remuneração pela prestação pactuada, diferentemente do convênio, que se caracteriza pela conjugação de esforços e interesses recíprocos.

**QUESTÃO 30. Considerando a Lei nº 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, e as alterações nela promovidas pela Lei nº 13.465/2017, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a afirmativa correta.**

a) O título de domínio ou o termo de concessão de direito real de uso deverá conter, cláusulas que determinem, pelo prazo de 20 (vinte) anos, sob condição resolutiva, a inalienabilidade do imóvel, não sendo exigível, contudo, cláusula que determine a manutenção da função agrária, por meio da cultura efetiva.

b) As áreas tradicionalmente ocupadas por população indígena, bem como as áreas de florestas públicas, de unidades de conservação ou que sejam objeto de processo administrativo voltado à criação de unidades de conservação, são passíveis de alienação ou concessão de direito real de uso, nos termos da norma em comento.

c) As pessoas naturais ou jurídicas podem ser beneficiadas mais de uma vez pela alienação ou concessão de direito real de uso previstos nas normas em análise, desde que preenchidos os requisitos para tanto, notadamente porque não há exigência no sentido de que o beneficiado não seja proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional.

d) A interpretação da norma em testilha, que permite a regularização fundiária das terras públicas ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de forma a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos, deve ser admitida, por se revelar em consonância com as determinações constitucionais.

e) A dispensa de vistoria prévia, em relação à regularização dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais, deve ser interpretada no sentido de que tal medida de desburocratização do procedimento seja somada à utilização de todos os meios eficazes de fiscalização do meio ambiente, como forma de tutela à biodiversidade e inclusão social dos pequenos proprietários que exercem cultura efetiva na área.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei nº 11.952/2009.

A alternativa A está incorreta. O prazo é de 10 anos. De acordo com o artigo 15, I, da Lei 11.952/2009:

*“Art. 15. O título de domínio ou, no caso previsto no § 4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverá conter, entre outras, cláusulas que determinem, pelo prazo de dez anos, sob condição resolutiva, além da inalienabilidade do imóvel: I - a manutenção da destinação agrária, por meio de prática de cultura efetiva;”*

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 4º, III, da Lei 11.952/2009:

*“Art. 4º Não serão passíveis de alienação ou concessão de direito real de uso, nos termos desta Lei, as ocupações que recaiam sobre áreas: III - de florestas públicas, nos termos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, de unidades de conservação ou que sejam objeto de processo administrativo voltado à criação de unidades de conservação, conforme regulamento;”*

A alternativa C está incorreta. Isso é vedado. De acordo com o artigo 1º, parágrafo único, da Lei 11.952/2009:

*“Art. 1º. (...) Parágrafo único. Fica vedado beneficiar, nos termos desta Lei, pessoa natural ou jurídica com a regularização de mais de uma área ocupada.”*

A alternativa D está incorreta. O STF, no bojo da ADI 4269, deu interpretação conforme ao art. 4º, § 2º da Lei para dizer que é inconstitucional qualquer interpretação que permita a regularização fundiária das terras ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de forma a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos. Em outras palavras, os quilombolas e outras comunidades tradicionais não podem perder suas terras em caso de regularização fundiária. Vejamos o dispositivo:

*“Art. 4º (...) § 2º As terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se-lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei.”*

A alternativa E está correta. O STF, no bojo da ADI 4269, deu interpretação conforme ao art. 13 da Lei para afastar quaisquer interpretações que concluam pela desnecessidade de fiscalização dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais. Vejamos o dispositivo:

*“Art. 13. Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.”*

Por fim, transcreve-se a decisão:

*“O Plenário conheceu em parte de ação direta de inconstitucionalidade e, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido para aplicar a técnica da interpretação conforme à Constituição, sem redução de texto: a) ao § 2º (1) do art. 4º da Lei 11.952/2009, a fim de afastar qualquer entendimento que permita a regularização fundiária das terras públicas ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de forma a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos; e b) ao art. 13 (2) do mesmo diploma, a fim de afastar quaisquer interpretações que concluam pela desnecessidade de fiscalização dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais, devendo o ente federal utilizar-se de todos os meios referidos em suas informações para assegurar a devida proteção ambiental e a concretização dos propósitos da norma, para somente então ser possível a dispensa da vistoria prévia, como*

*condição para a inclusão da propriedade no programa de regularização fundiária de imóveis rurais de domínio público na Amazônia Legal.” (STF. Plenário. ADI 4269/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 18/10/2017).*

**QUESTÃO 31.** O Estado do Acre pretende realizar um contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública seja a usuária direta, que abarque a execução de obras, mas que não envolva a cobrança de tarifas de usuários, por meio de uma parceria público-privada. Diante dessa situação hipotética, com base na Lei nº 11.079/2004, assinale a afirmativa correta.

a) A modalidade de parceria público-privada adequada nas circunstâncias pretendidas pelo Estado é designada de concessão patrocinada.

b) A formalização de parceria público-privada que não envolva a cobrança de tarifas de usuários pelos respectivos serviços públicos é proibida.

c) O Poder Público poderá realizar a parceria público-privada pretendida, ainda que o valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e o respectivo prazo seja inferior a cinco anos.

d) A celebração de tal parceria público-privada é vedada caso tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

e) A concessão administrativa é a modalidade de parceria público-privada cabível para a hipótese em análise, devendo a celebração do contrato ser precedida de licitação na modalidade leilão.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou das parcerias público-privadas disciplinadas pela Lei nº 11.079/2004, especialmente das hipóteses de vedação à celebração de contratos dessa natureza.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão patrocinada pressupõe cobrança de tarifa dos usuários, complementada por contraprestação pecuniária do Poder Público. O art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.079/2004 dispõe:

*“Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado”.*

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 11.079/2004 admite parceria público-privada sem cobrança de tarifa dos usuários. Trata-se da concessão administrativa, prevista no art. 2º, § 2º, da lei:

*“Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”.*

A alternativa C está incorreta, pois o art. 2º, §4º, I e II, da Lei nº 11.079/2004 veda a celebração de PPP “cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)” e “cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos”.

A alternativa D está correta, pois o art. 2º, § 4º, III, da Lei nº 11.079/2004 dispõe expressamente:

*“É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: [...] III - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública”.*

Assim, a assertiva reproduz corretamente a vedação legal.

A alternativa E está incorreta, pois, embora a hipótese narrada corresponda à concessão administrativa, a licitação para celebração de PPP deve ocorrer na modalidade concorrência, e não leilão. O art. 10 da Lei nº 11.079/2004 prevê que a contratação será precedida de licitação na modalidade concorrência.

**QUESTÃO 32. Acerca do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas, tendo em vista as disposições constitucionais acerca do tema, bem como as normas correlatas da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), assinale a afirmativa correta.**

**a) A suspensão cautelar de procedimento licitatório não pode ser determinada pelo Tribunal de Contas, diante da vedação expressa constante da Lei de Licitações e Contratos.**

**b) O Tribunal de Contas tem a competência de assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.**

**c) A alteração da ordem cronológica de pagamentos para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas categorias previstas na Lei de Licitações e Contratos, não precisa ser comunicada ao Tribunal de Contas.**

**d) O assessoramento jurídico está elencado juntamente com os Tribunais de Contas na segunda linha de defesa prevista na Lei de Licitações e Contratos, no âmbito das práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.**

**e) A verificação de qualquer irregularidade em contrato administrativo pelo Tribunal de Contas importará na edição do ato de sustação do contrato, que é de sua atribuição originária, mediante posterior comunicação à respectiva Casa Legislativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou das competências constitucionais dos Tribunais de Contas e das disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre controle externo das licitações e contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta, pois o Tribunal de Contas pode determinar cautelarmente a suspensão de procedimento licitatório diante de indícios de ilegalidade e risco de dano ao erário. Não há vedação expressa na Lei nº 14.133/2021 quanto a essa atuação cautelar.

A alternativa B está correta, pois o art. 71, IX, da Constituição da República dispõe que compete ao Tribunal de Contas:

*“Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade”.*

Trata-se de típica competência de controle externo atribuída constitucionalmente às Cortes de Contas.

A alternativa C está incorreta, pois a alteração da ordem cronológica de pagamentos deve ser motivada e comunicada ao órgão de controle competente. O art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 prevê mecanismos de transparência e fiscalização relacionados à ordem cronológica de pagamentos.

A alternativa D está incorreta, pois os Tribunais de Contas integram a terceira linha de defesa prevista na Lei nº 14.133/2021, e não a segunda. O art. 169 da lei estabelece que a segunda linha de defesa é composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

A alternativa E está incorreta, pois a sustação de contratos administrativos não é atribuição originária definitiva do Tribunal de Contas. O art. 71, § 1º, da Constituição da República dispõe:

*“No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis”.*

O Tribunal de Contas comunica a irregularidade ao Poder Legislativo, que decidirá sobre a sustação.

**QUESTÃO 33. A sociedade empresária Beta praticou determinada conduta que simultaneamente caracteriza ato lesivo à Administração Pública Estadual, nos termos do disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, na forma da Lei nº 8.429/1992, com a alteração promovida pela Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa). Na qualidade de procuradora do Estado do Acre, Rafaela deve elaborar um parecer acerca das peculiaridades da respectiva responsabilização, incluindo a possibilidade de aplicação das penalidades previstas em cada uma das normas se dar de forma concomitante. Considerando a orientação do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, assinale a alternativa correta a constar do parecer a ser elaborado por Rafaela.**

**a) A sociedade empresária Beta poderá responder simultaneamente em âmbito judicial, tanto com base na Lei de Improbidade Administrativa, como na Lei Anticorrupção, mas as sanções idênticas aplicadas deverão ser compensadas na fase de cumprimento de sentença.**

**b) A formalização de acordo de leniência com a sociedade empresária Beta, que exime a pessoa jurídica da reparação do dano ocasionado ao erário, impede o ajuizamento de ação de improbidade por qualquer dos legitimados pelos mesmos fatos, tendo em conta o princípio da segurança jurídica.**

**c) A responsabilização concomitante da sociedade empresária Beta na esfera dos atos lesivos à Administração e dos atos de improbidade não é viável, na medida em que essa última esfera absorve a primeira, por apresentar as penalidades mais graves.**

**d) A Lei Anticorrupção prevê a responsabilização objetiva das sociedades que pratiquem atos lesivos à Administração Pública, de modo que, nesses casos, a responsabilização da sociedade Beta por ato de improbidade que causa prejuízo ao erário pelos mesmos fatos também é objetiva.**

**e) Os atos de improbidade que também sejam tipificados como atos lesivos à Administração Pública serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, na esfera administrativa observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei de Anticorrupção, que aplicará à sociedade empresária Beta as penalidades previstas em ambas as normas.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da possibilidade de responsabilização simultânea da pessoa jurídica com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), bem como da compatibilização das sanções aplicáveis. O Superior Tribunal de Justiça enfrentou a matéria no Recurso Especial nº 2.107.398/RJ.

A alternativa A está correta, pois o STJ entende ser possível a responsabilização simultânea da pessoa jurídica com fundamento na Lei Anticorrupção e na Lei de Improbidade Administrativa pelos mesmos fatos. Contudo, para evitar bis in idem, as sanções de mesma natureza eventualmente impostas devem ser compensadas na fase de cumprimento da decisão. Esse entendimento foi firmado no Recurso Especial nº 2.107.398/RJ.

A alternativa B está incorreta, pois o acordo de leniência não afasta automaticamente a obrigação de reparação integral do dano ao erário nem impede, por si só, o ajuizamento de ação de improbidade administrativa. O art. 16, §3º, da Lei nº 12.846/2013 dispõe:

*“O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado”.*

A alternativa C está incorreta, pois o STJ admite a responsabilização concomitante nas duas esferas normativas. Não há absorção da responsabilização prevista na Lei Anticorrupção pela Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa D está incorreta, pois a responsabilização objetiva prevista na Lei Anticorrupção não se transfere automaticamente para a improbidade administrativa. A Lei nº 8.429/1992, após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, exige dolo para caracterização do ato de improbidade administrativa, conforme art. 1º, §2º:

*“Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei”.*

A alternativa E está incorreta, pois a Lei Anticorrupção e a Lei de Improbidade Administrativa possuem regimes processuais distintos. Não há previsão legal de apuração conjunta obrigatória, nos mesmos autos administrativos, com aplicação simultânea das sanções de ambas as leis pela autoridade administrativa da Lei Anticorrupção.

**QUESTÃO 34.** Em 2005, um Estado da Federação esbulhou determinado imóvel, de propriedade de Maria, conferindo-lhe finalidade que apresenta natureza de utilidade pública, de forma definitiva e irreversível. Anos depois, Maria ajuizou ação, sob o fundamento de perda da propriedade em decorrência da desapropriação indireta. Assinale a opção que indica corretamente a orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a ser alegada pelo procurador(a) do Estado responsável por elaborar a respectiva contestação, com relação à preliminar de prescrição da pretensão veiculada por Maria.

**a) A pretensão atinente à desapropriação indireta prescreve no prazo de 5 (cinco) anos, na medida em que é aplicável a previsão constante da legislação de desapropriação (Decreto-Lei nº 3.365/41) para a limitação administrativa e demais modalidades de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada.**

b) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha atribuído natureza de utilidade pública ao imóvel, é de 10 (dez) anos, diante de norma específica do Código Civil acerca da usucapião extraordinária em que o possuidor realiza obras e serviços de caráter produtivo no bem.

c) O esbulho narrado caracteriza conduta ilícita do Estado que ensejou a desapropriação indireta, a importar em sua responsabilidade civil, de modo que o prazo aplicável em tais situações é de 3 (três) anos, tal como previsto no Código Civil, por se tratar de demanda indenizatória ajuizada em face do Poder Público.

d) A conduta estatal é equiparada à usucapião ordinária do imóvel em questão, motivo pelo qual há de ser observado o prazo de 15 (quinze) anos, previsto no Código Civil para tais demandas de natureza real, independentemente da realização de obras no local ou de ter sido atribuída finalidade de utilidade pública ou de interesse social ao bem.

e) As previsões relacionadas à usucapião devem ser aplicadas nas demandas que versam sobre desapropriação indireta, razão pela qual o prazo prescricional para o ajuizamento da respectiva pretensão é de 20 (vinte) anos, consoante entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, com base nas disposições atualmente constantes do Código Civil.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do prazo prescricional aplicável à ação de desapropriação indireta, hipótese em que o Poder Público se apropria irregularmente de imóvel particular e lhe atribui destinação pública. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento sobre a matéria no Tema 850 dos Recursos Repetitivos, julgado no Recurso Especial nº 1.757.352/SC.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo prescricional de cinco anos previsto no Decreto-Lei nº 3.365/1941 aplica-se às ações relativas à limitação administrativa e outras intervenções restritivas na propriedade, não às hipóteses de desapropriação indireta com perda definitiva da propriedade.

A alternativa B está correta, pois o STJ, no Tema 850 dos Recursos Repetitivos, fixou o entendimento de que o prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta é de dez anos quando o Poder Público conferir ao imóvel destinação de utilidade pública ou interesse social, realizando obras ou serviços de caráter produtivo. O fundamento decorre da aplicação analógica do art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil, segundo o qual:

*“O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.*

A alternativa C está incorreta, pois o prazo trienal do art. 206, § 3º, V, do Código Civil, aplicável às pretensões de reparação civil, não rege a desapropriação indireta. O STJ entende que a pretensão possui natureza real e guarda relação com os prazos aquisitivos da usucapião.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa confunde usucapião ordinária com extraordinária. Além disso, o STJ afastou a aplicação automática do prazo de quinze anos quando houver destinação pública do imóvel acompanhada de obras ou serviços de caráter produtivo.

A alternativa E está incorreta, pois a antiga Súmula 119 do STJ, que previa prazo prescricional de vinte anos para desapropriação indireta, foi superada após a entrada em vigor do Código Civil de 2002 e do entendimento firmado no Tema 850 dos Recursos Repetitivos.

**QUESTÃO 35.** Em decorrência de evento climático que assolou determinada localidade, o Município afetado decretou calamidade pública e promoveu a contratação direta da sociedade empresária Alfa para a prestação de serviços comuns, os quais se revelavam imprescindíveis para enfrentar a situação, sendo certo que o contrato alcançou o prazo de onze meses. Considerando que existem outras pessoas jurídicas aptas a realizar os mencionados serviços, um questionamento foi submetido à análise da assessoria jurídica: se era necessário realizar uma nova licitação ou se seria possível recontratar a sociedade empresária Alfa, notadamente porque o Poder Público estava bastante satisfeito com as atividades por ela realizadas. Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021 e da orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A situação narrada corresponde a uma contratação direta por inexigibilidade de licitação, de modo que não há qualquer impedimento para a recontratação da sociedade empresária Alfa em decorrência da anterior contratação direta realizada.

b) A vedação legal à recontratação da sociedade empresária Alfa em situações de dispensa de licitação, tais como a ora analisada, é inconstitucional, diante da violação aos princípios da eficiência e da economicidade, bem como do princípio da isonomia.

c) A sociedade empresária Alfa pode participar de licitação substitutiva à dispensa de licitação relacionada aos serviços em questão, mas não poderá ser recontratada diretamente, em razão do mesmo evento climático, quando extrapolado o prazo máximo previsto em lei.

d) A primeira contratação direta da sociedade empresária Alfa com a Administração Pública faz com que tal pessoa jurídica fique impedida de participar de licitação que tenha por objeto a continuidade dos serviços que por ela foram prestados, sendo inviável, portanto, a sua recontratação.

e) O prazo máximo para a contratação direta da sociedade empresária Alfa, em hipóteses como a analisada, é de 180 (cento e oitenta) dias, de modo que não poderia ter alcançado o prazo de 11 (onze) meses, restando caracterizada ilegalidade que inviabiliza a sua recontratação e a sua participação em licitação substitutiva.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da contratação direta por dispensa de licitação em situações emergenciais ou de calamidade pública, bem como da vedação à recontratação direta sucessiva do mesmo contratado com fundamento no mesmo evento emergencial, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da orientação firmada pelo STF na ADI nº 6.890/DF.

A alternativa A está incorreta, pois a hipótese narrada é de dispensa de licitação, e não de inexigibilidade. O art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 prevê dispensa para casos de emergência ou calamidade pública. Além disso, a lei estabelece limitações à recontratação direta fundada no mesmo evento emergencial.

A alternativa B está incorreta, pois o STF, na ADI nº 6.890/DF, reconheceu a constitucionalidade das restrições impostas pela Lei nº 14.133/2021 à reconstrução direta sucessiva em hipóteses emergenciais, justamente para preservar a competitividade e evitar perpetuação indevida da dispensa de licitação.

A alternativa C está correta, pois o art. 75, VIII, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe:

*“É vedada a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso pelo mesmo evento emergencial”.*

Assim, a sociedade empresária Alfa poderá participar de eventual licitação destinada à continuidade dos serviços, mas não poderá ser novamente contratada diretamente com fundamento no mesmo evento climático. O STF confirmou a constitucionalidade dessa vedação na ADI nº 6.890/DF.

A alternativa D está incorreta, pois a contratação emergencial anterior não impede a empresa de participar de futura licitação relativa à continuidade dos serviços. A vedação legal recai apenas sobre nova contratação direta fundada no mesmo evento emergencial.

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não fixa prazo máximo de 180 dias para contratos emergenciais. O art. 75, VIII, da lei admite contratação “por até 1 (um) ano”. Assim, o prazo de onze meses não caracteriza ilegalidade. Além disso, eventual irregularidade não impediria automaticamente a participação da empresa em futura licitação.

**Questão 36. Ricardo é engenheiro civil e trabalha simultaneamente em três cidades distintas: em Rio Branco, onde possui um apartamento próprio, no qual permanece durante a semana; em Manaus onde mantém uma residência alugada, utilizada quinzenalmente para acompanhamento de obras e desempenho de suas atividades profissionais no local; e em Cuiabá onde presta consultorias mensais, hospedando-se sempre no mesmo flat por períodos curtos. Além disso, Ricardo foi aprovado em concurso público para cargo efetivo de engenheiro em autarquia estadual sediada em Rio Branco, passando a exercer suas funções permanentemente nessa cidade. Paralelamente, ele mantém um contrato de prestação de serviços com uma empresa em Manaus, que foi rescindido unilateralmente. A empresa ajuizou ação judicial em Manaus, alegando que Ricardo teria domicílio exclusivo em Rio Branco, em razão do exercício de cargo público efetivo e permanente. Considerando a situação hipotética e as regras de domicílio do Código Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) O domicílio de Ricardo é exclusivamente em Rio Branco, em razão do exercício de cargo público efetivo e permanente.**

**b) Ricardo possui apenas um domicílio civil, que deve ser identificado pelo critério da residência com ânimo definitivo, afastando-se a possibilidade de pluralidade de domicílios.**

**c) Ricardo não está correto, pois possui múltiplos domicílios, podendo ser demandado em qualquer deles, a depender da causa, inclusive em Cuiabá para relações concernentes à sua profissão.**

**d) O domicílio de Ricardo, para fins da ação proposta em Manaus, deve ser considerado Cuiabá, por ser o local onde mantém relações econômicas mais relevantes.**

e) Ricardo não possui domicílio certo, devendo ser considerado domiciliado no local em que for encontrado, em razão da pluralidade de residências.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o domicílio.

A alternativa A está **incorreta**. O fato de Ricardo exercer cargo público em Rio Branco torna-se apenas mais uma hipótese de domicílio, mas não domicílio exclusivo como afirma a alternativa. O art. 71 do CC/02 assegura que:

*“Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.”*

A alternativa B está **incorreta**. O Código Civil admite a pluralidade de domicílios, especialmente quando a pessoa tem diversas residências ou exerce profissão em locais distintos, conforme já mencionamos na alternativa A, previsão expressa no art. 71 do CC/02.

A alternativa C está **correta**. Ricardo possui múltiplos domicílios, e o local onde exerce sua profissão (Manaus, para o contrato) é considerado seu domicílio para os atos a ela relacionados, conforme o Art. 72, parágrafo único, do CC/02, vejamos:

*“É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.*

*parágrafo único. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.”*

A alternativa D está **incorreta**. O domicílio para a ação é de fato, Manaus. por ser o local onde o contrato de prestação de serviços foi firmado e onde a profissão foi exercida em relação a esse contrato por Ricardo, conforme art. 72 do CC/02 que mencionamos na alternativa C.

A alternativa E está **incorreta**. Porque Ricardo possui domicílio certo, mas em múltiplos locais, em conformidade com as regras estabelecidas nos mencionados arts. 71 e 72 do CC/02. A Situação da alternativa é seria quando a pessoa natural não tenha domicílio habitual:

*“Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada”* (CC/02, art. 73)

**Questão 37 - Helena, pessoa idosa e sem herdeiros necessários, realizou contrato de doação de um imóvel urbano em favor de sua sobrinha Laura. No instrumento, Helena estabeleceu que Laura deveria manter o imóvel sempre aberto para atividades culturais gratuitas à comunidade local, constando expressamente e em cláusula destacada que, caso Laura deixasse de cumprir tal encargo, o imóvel retornaria automaticamente ao patrimônio de Helena. Após a celebração do negócio, Laura passou a usar o imóvel exclusivamente para fins comerciais, cobrando ingressos elevados e impedindo o acesso gratuito. Diante disso, Helena ajuizou ação buscando a reversão do bem, enquanto Laura alegou que o imóvel era de sua titularidade e que ela poderia usá-lo da forma que entendesse, independentemente da previsão do**

contrato de doação. Considerando exclusivamente as regras sobre encargo no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) O encargo imposto por Helena suspende automaticamente a aquisição do direito por Laura, razão pela qual a propriedade do imóvel jamais foi transferida.

b) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo se expressamente qualificado como condição suspensiva, sendo válida a cláusula de reversão como condição resolutiva.

c) O descumprimento do encargo torna o negócio jurídico automaticamente inexistente, independentemente de previsão expressa no instrumento.

d) O encargo imposto, por restringir o uso do bem, é ilícito e deve ser considerado nulo, mas não afeta a validade do negócio jurídico principal.

e) O encargo, por sua natureza, impede o exercício do direito enquanto não for cumprido, equiparando-se sempre à condição suspensiva.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Encargo.

A alternativa A está incorreta. O encargo não suspende a aquisição do direito, salvo se expressamente qualificado como condição suspensiva, conforme dispõe o art. 136 do Código Civil.

*“O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.”*

A alternativa B está correta. Essa alternativa por sua vez, está condizente com o disposto no art. 136 do CC/02, portanto, nosso gabarito. Vejamos:

*“O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.”*

A alternativa C está incorreta. O descumprimento do encargo não torna o negócio jurídico automaticamente inexistente, mas pode ensejar sua revogação, conforme o Art. 555 do Código Civil:

*“A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo”.*

A alternativa D está incorreta. Porque o encargo, se lícito e possível, é válido e não afeta a validade do negócio jurídico principal, conforme o já citado art. 136 do CC/02.

A alternativa E está incorreta. O encargo não impede o exercício do direito enquanto não for cumprido, e não se equipara sempre à condição suspensiva. Como dito, o art. 136 do CC/88 deixa claro que o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, como regra.

**Questão 38 - Mariana, empresária do setor têxtil, outorgou poderes de representação a seu gerente Paulo para negociar contratos de fornecimento em nome de sua sociedade empresária. Na sequência, Paulo celebrou contrato com a sociedade empresária Alfa Ltda., da qual é sócio minoritário e sem poderes de representação, assumindo obrigações além daquelas usualmente praticadas pela sociedade empresária de Mariana, e causando prejuízos consideráveis. Diante desse cenário e após apurar que Alfa Ltda. tinha pleno conhecimento da participação societária de Paulo e das condições atípicas do contrato, Mariana pretende invalidar o negócio jurídico celebrado. Sobre a hipótese apresentada, considerando exclusivamente as regras de representação no Código Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) O negócio jurídico é válido, pois a manifestação de vontade do representante, ainda que em benefício próprio, desde que nos limites dos poderes conferidos, vincula o representado.**

**b) O negócio jurídico é nulo, por violação ao dever de lealdade do representante, independentemente do conhecimento da outra parte.**

**c) O negócio jurídico é válido, pois os poderes de representação permitem ao representante contratar com pessoa jurídica da qual seja sócio, sem qualquer restrição legal.**

**d) O negócio jurídico é ineficaz em relação a Mariana, pois Paulo excedeu os poderes de representação, independentemente de qualquer outro elemento.**

**e) O negócio jurídico é anulável, pois foi celebrado em conflito de interesses, sendo relevante que tal circunstância fosse ou devesse ser do conhecimento da Alfa Ltda.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre conflito de interesses na representação

A alternativa A está incorreta. A manifestação de vontade do representante em benefício próprio, se em conflito de interesses com o representado e conhecido pela outra parte, o negócio jurídico é anulável, conforme dispõe o art. 117 do CC/02, vejamos:

*“Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.”* (Art. 117 do Código Civil)

A alternativa B está incorreta. Porque o negócio jurídico não é nulo e sim, anulável como já mencionado na alternativa A, com base no art. 119 do CC/02:

*“É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.”*

A situação descrita configura conflito de interesses, que leva à anulabilidade, e não à nulidade, sendo relevante o conhecimento da outra parte,

A alternativa C está incorreta. Os poderes de representação não permitem ao representante contratar com pessoa jurídica da qual seja sócio sem restrição, especialmente se houver conflito de interesses e conhecimento da outra parte, conforme o já mencionado art. 117 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. O negócio jurídico não é ineficaz apenas por Paulo ter excedido os poderes de representação. A situação descrita envolve conflito de interesses, que leva à anulabilidade, e não à ineficácia, sendo o conhecimento da outra parte um elemento crucial, conforme o Art. 117 do Código Civil.

*“Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.”* (Art. 117 do Código Civil)

A alternativa E está correta. O negócio jurídico é anulável, pois foi celebrado em conflito de interesses, sendo relevante que tal circunstância fosse ou devesse ser do conhecimento da Alfa Ltda, conforme dispõe o art. 119 do Código Civil:

*“É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.”*

**Questão 39 - A sociedade empresária Delta celebrou contrato de fornecimento contínuo de insumos com a sociedade empresária Ômega. O contrato, redigido por Ômega, previa cláusula segundo a qual "eventuais ajustes de preço poderão ser realizados conforme condições de mercado." Durante a execução contratual, por mais de dois anos, Ômega realizou reajustes apenas com base em índices setoriais previamente aceitos por ambas as partes, sempre mediante comunicação prévia e negociação com Delta. Entretanto, em determinado momento, alegando alteração abrupta do mercado, Ômega promoveu reajuste unilateral significativo, sem prévia negociação, sustentando que a cláusula contratual lhe conferia liberdade para tanto. Delta contestou o reajuste, alegando violação à boa-fé objetiva e aos usos contratuais consolidados entre as partes, requerendo a interpretação da cláusula de modo a exigir prévia negociação. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.**

**a) A cláusula deve ser interpretada exclusivamente conforme sua literalidade, sendo irrelevante o comportamento posterior das partes.**

**b) A cláusula deve ser interpretada em favor de Ômega, por ser a parte economicamente mais forte na relação contratual.**

**c) A interpretação deve privilegiar a intenção subjetiva de Ômega no momento da redação do contrato, ainda que contrária aos usos do mercado.**

**d) A cláusula deve ser interpretada conforme o comportamento das partes após a celebração do contrato, podendo restringir o sentido literal inicialmente atribuído.**

**e) A cláusula, por tratar de vantagem econômica, deve ser interpretada extensivamente em favor de quem a redigiu.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da interpretação dos negócios jurídicos.

A alternativa A está incorreta. A interpretação dos negócios jurídicos não se limita à literalidade, devendo considerar o comportamento posterior das partes, e a boa fé, conforme estabelece o art. 113, § 1º, I, do Código Civil:

*“Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 1º A interpretação do negócio jurídico deve-lhe atribuir o sentido que:*

*I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio;”*

A alternativa B está incorreta. A interpretação não deve privilegiar a parte economicamente mais forte, mas sim a boa-fé e o equilíbrio contratual, conforme o Art. 113 do Código Civil já mencionado na alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A interpretação não deve privilegiar a intenção subjetiva de uma das partes em detrimento dos usos do mercado e do comportamento posterior das partes, conforme o Art. 113 do Código Civil já mencionado. .

A alternativa D está correta. A cláusula deve ser interpretada conforme o comportamento das partes após a celebração do contrato, podendo restringir o sentido literal inicialmente atribuído, em observância à boa-fé objetiva, conforme o Art. 113, § 1º, I, do Código Civil.

*“Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 1º A interpretação do negócio jurídico deve-lhe atribuir o sentido que:*

*I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio;”*

Já o art. 114 do mesmo diploma assevera que:

*“Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente”.*

A alternativa E está incorreta. Porque a interpretação de cláusulas que conferem vantagem econômica não deve ser extensiva em favor de quem a redigiu, especialmente em contratos de adesão ou quando há desequilíbrio, e deve observar a boa-fé, conforme o art. 113 do Código Civil.

**Questão 40 - A sociedade empresária Beta celebrou contrato com a sociedade empresária Gama para o fornecimento de equipamentos industriais específicos e com prazo certo de entrega em 10 de março. Os equipamentos eram necessários para o cumprimento de outro contrato previamente firmado entre Beta com terceiro. A sociedade empresária Gama não realizou a entrega na data ajustada e Beta, para evitar a resolução de seu contrato com o terceiro, adquiriu, em caráter emergencial, equipamentos equivalentes de outro fornecedor. No dia 15 de março, um incêndio imprevisível destruiu os equipamentos que estavam em poder de Gama que, imediatamente, notificou Beta, informando sobre o ocorrido e requerendo prazo adicional para a entrega. Em resposta, Beta alegou que, em razão do inadimplemento de Gama, não tinha mais interesse na prestação e exigiu perdas e danos. Gama alegou caso fortuito para se eximir da responsabilidade. Sobre o caso narrado, à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) Gama não responde pela impossibilidade da prestação, pois o caso fortuito afasta a responsabilidade, ainda que estivesse em mora.**

**b) Gama não estava em mora, pois seria necessária interpelação para constituí-la em mora.**

**c) Gama responde pela impossibilidade da prestação, pois a mora já estava configurada quando ocorreu o caso fortuito.**

**d) Beta não poderia recusar a prestação, pois a inutilidade não foi juridicamente caracterizada.**

**e) A responsabilidade de Gama depende da comprovação de culpa pelo incêndio.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da mora e do caso fortuito ou força maior.

A alternativa A está incorreta. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, ainda que decorrente de caso fortuito ou força maior, salvo se provar que o dano ocorreria ainda que a obrigação fosse cumprida em tempo, conforme previsto no art. 399 do Código Civil, vejamos:

*“O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.”*

A alternativa B está incorreta. Porque a sociedade empresária Gama já estava em mora, pois o contrato previa prazo certo para a entrega (10 de março), caracterizando mora *ex re*, que independe de interpelação, conforme o Art. 397 do CC/02:

*“O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.”*

A alternativa C está correta. Gama responde pela impossibilidade da prestação, pois a mora já estava configurada (pelo prazo certo de entrega) quando ocorreu o caso fortuito (incêndio), conforme o Art. 399 do CC/02:

*“O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.”*

A alternativa D está incorreta. Beta poderia recusar a prestação, pois o inadimplemento de Gama por não entregar na data estipulada e a necessidade de adquirir equipamentos de outro fornecedor para cumprir seu próprio contrato com terceiro demonstram a inutilidade da prestação tardia para Beta, caracterizando a resolução do contrato, conforme o art. 395, parágrafo único, do Código Civil:

*“Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos.”*

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade de Gama, no caso de mora, independe da comprovação de culpa pelo incêndio. Estando em mora, o devedor responde pelo caso fortuito, salvo as exceções do já mencionado, art. 399 do CC/02.

**Questão 41 - A sociedade empresária LogTrans Ltda., especializada no transporte rodoviário de cargas perigosas, subcontratou a sociedade empresária ViaFrete ME para realizar, em seu nome e sob sua supervisão operacional, o transporte de produtos químicos inflamáveis destinados a um cliente industrial. Durante a operação, o motorista contratado pela ViaFrete ME, ao executar manobra em área urbana, provocou acidente que resultou na explosão da carga, causando danos materiais a imóveis vizinhos e ferimentos em transeuntes. A perícia apurou que o acidente decorreu de falha no sistema de freios do veículo, revisado há três semanas por oficina credenciada pela própria LogTrans Ltda. O motorista seguiu todos os protocolos exigidos e não agiu com culpa. Os prejudicados ajuizaram ação indenizatória exclusivamente contra a LogTrans Ltda., que, em sua defesa, alegou: I. ausência de vínculo empregatício com o motorista; II. que a responsabilidade deveria recair sobre a ViaFrete ME, executora direta do transporte; III. que a falha mecânica, por ser imprevisível e inevitável, configuraria caso fortuito apto a afastar o nexo causal. Considerando exclusivamente as regras do Código Civil sobre responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) A LogTrans Ltda. não responde pelos danos, pois o acidente decorreu de falha mecânica imprevisível, configurando caso fortuito que rompe o nexo causal independentemente do regime de responsabilidade adotado.**

**b) A responsabilidade da LogTrans Ltda. é subjetiva, devendo os autores demonstrar culpa *in eligendo* ou culpa *in vigilando* em relação à ViaFrete ME ou ao motorista, sob pena de improcedência do pedido.**

**c) A LogTrans Ltda. responde subsidiariamente pelos danos, cabendo aos lesados acionar primeiramente a ViaFrete ME e, somente em caso de insolvência desta, voltar-se contra a subcontratante.**

**d) A subcontratação da ViaFrete ME transfere integralmente a responsabilidade pelos danos à empresa executora, eximindo a LogTrans Ltda. por não ter sido a operadora direta do transporte.**

**e) A LogTrans Ltda. responde objetivamente pelos danos, pois a falha no veículo revisado por oficina por ela credenciada constitui fortuito interno, insuficiente para romper o nexo causal no regime da responsabilidade pelo risco da atividade.**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilidade civil objetiva.

A alternativa A está incorreta. Pois a falha mecânica em veículo revisado por oficina credenciada pela própria LogTrans Ltda. é evento intrínseco ao risco do transporte de cargas perigosas, e conforme dispõe o art. 927, parágrafo único, do CC/02:

*"Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."*

A alternativa B está incorreta. A atividade de transporte de cargas perigosas atrai a responsabilidade objetiva, que dispensa a demonstração de culpa *in eligendo* ou *in vigilando*, nos termos do dispositivo já transcrito na alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade da LogTrans Ltda. não é subsidiária. Como supervisora operacional e credenciadora da oficina que revisou o veículo, ela integra diretamente a cadeia causal dos

danos, respondendo de forma direta e objetiva pelos prejuízos causados, pelo mesmo fundamento legal apontado anteriormente.

A alternativa D está incorreta. A subcontratação não transfere integralmente a responsabilidade à empresa executora. A LogTrans Ltda., ao supervisionar operacionalmente o transporte e credenciar a oficina de manutenção, mantém sua posição na cadeia de risco da atividade, nos termos do art. 927, parágrafo único, do CC/02.

A alternativa E está correta. A LogTrans Ltda. responde objetivamente pelos danos, pois o transporte rodoviário de cargas perigosas implica, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. A falha mecânica no veículo revisado por oficina por ela credenciada é fortuito interno, insuficiente para romper o nexo causal da responsabilidade objetiva.

**Questão 42 - A sociedade empresária Guiomard, Plácido, Castro & Cia Ltda. requereu sua recuperação judicial e o pedido teve seu processamento deferido. Sobre o caso hipotético, considerando que na relação de credores anexada à petição inicial foram arrolados créditos tributários em favor da Fazenda Pública do Estado do Acre, assinale a afirmativa correta.**

**a) A devedora poderá, até o término do prazo para apresentação de objeção ao plano de recuperação judicial, apresentar à Fazenda Pública do Estado do Acre proposta de transação relativa a créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, desde que já estejam constituídos na data do pedido de recuperação.**

**b) A decisão de deferimento do processamento acarreta a suspensão da prescrição relativa às obrigações tributárias da devedora até o encerramento da recuperação judicial.**

**c) A substituição dos atos de constrição sobre bens de capital essenciais à manutenção da empresa, até o encerramento da recuperação judicial, é admitida, sendo competente para tal decisão o Juízo da recuperação judicial, embora o deferimento do processamento não impeça atos de constrição sobre bens da devedora.**

**d) O Juiz determinará a intimação eletrônica da Fazenda Pública do Estado do Acre para que, no prazo de trinta dias, apresente diretamente ao administrador judicial a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa.**

**e) A Fazenda Pública do Estado do Acre, em razão da não sujeição do crédito tributário aos efeitos da recuperação judicial, não poderá apresentar ao Juiz impugnação contra a relação de credores elaborada pelo administrador judicial, manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de algum crédito relacionado pela devedora.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre recuperação judicial, (Lei nº 11.101/2005 -LREF).

A alternativa A está incorreta. A proposta de transação relativa a créditos tributários não está condicionada ao prazo para apresentação de objeção ao plano de recuperação judicial e sim, da juntada aos autos do plano

aprovado da assembleia geral dos credores ou decorrido o prazo do art. 55 da lei LREF . O art. 10 -C da lei 10.522/02 estabelece que:

*“Alternativamente ao parcelamento de que trata o art. 10-A desta Lei e às demais modalidades de parcelamento instituídas por lei federal porventura aplicáveis, o empresário ou a sociedade empresária que tiver o processamento da recuperação judicial deferido poderá, até o momento referido no art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, submeter à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional proposta de transação relativa a créditos inscritos em dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, observado que (...)”.*

A alternativa B está incorreta. O deferimento do processamento da recuperação judicial não acarreta a suspensão da prescrição relativa às obrigações tributárias da devedora:

*“A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento”(CTN, art. 187).*

A própria LREF, prescreve que:

*"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:*

*I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;" (Lei nº 11.101/2005, art. 6º).*

A alternativa C está correta. A substituição dos atos de constrição sobre bens de capital essenciais à manutenção da empresa é admitida, sendo competente para tal decisão o Juízo da recuperação judicial. O deferimento do processamento não impede atos de constrição sobre bens da devedora, mas o Juízo da recuperação pode determinar a substituição desses atos quando recaírem sobre bens essenciais à atividade empresarial, conforme o art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005:

*"O disposto nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo não se aplica às execuções fiscais, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código."*

A alternativa D está incorreta. O prazo para que a Fazenda Pública apresente a relação de seus créditos inscritos em dívida ativa não apenas diretamente ao administrador judicial. O art. . 7º -A, prescreve que:

*" Na falência, após realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do art. 99 desta Lei, o juiz instaurará, de ofício, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e determinará a sua intimação eletrônica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.**" (grifos nossos).*

A alternativa E está incorreta. A não sujeição do crédito tributário aos efeitos da recuperação judicial não impede que a Fazenda Pública apresente impugnação contra a relação de credores. A Fazenda Pública tem legitimidade para impugnar créditos relacionados, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.101/2005, vejamos:

*“No prazo de 10 (dez) dias, contado da publicação da relação referida no art. 7º, § 2º, desta Lei, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público podem apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado”* (grifos nossos).

**Questão 43 - Jordão Taumaturgo pretende se registrar como empresário individual na Junta Comercial do Estado do Acre e ser enquadrado como microempresa, atuando na prestação de serviços de eletricidade e hidráulicos no município de Assis Brasil. As opções a seguir apresentam benefícios e seus consectários que se aplicarão a Jordão Taumaturgo em razão do seu enquadramento como microempresa, à exceção de uma. Assinale-a.**

**a) No caso de licitação na modalidade pregão, em razão da preferência legal de contratação para microempresas, ocorrendo o empate, se Jordão Taumaturgo for a microempresa mais bem classificada, será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.**

**b) Caso haja a extinção ("baixa") da empresa individual de Jordão Taumaturgo perante a Junta Comercial, o registro ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário.**

**c) A alienação ("trespasse") do estabelecimento de Jordão Taumaturgo será eficaz em relação a terceiros mesmo que o contrato não seja publicado na imprensa oficial do Estado do Acre, sendo mantida, porém, a obrigatoriedade de averbação do mesmo documento na Junta Comercial.**

**d) Jordão Taumaturgo poderá requerer o cancelamento do registro de protesto pelo pagamento, independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do título original protestado, se provar sua qualidade de microempresa perante o tabelionato de protestos mediante documento expedido pela Junta Comercial.**

**e) É dispensável a apresentação de certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração de Jordão Taumaturgo, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade empresarial em virtude de condenação criminal.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Aquisições Públicas de acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006.

A alternativa A está incorreta como exceção (ou seja, é um benefício que se aplica). No pregão, ocorrendo empate, a microempresa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo

máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, e não de 24 horas como afirma a alternativa de acordo com o disposto no art. 45, §2º, da LC 123/06:

*"Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*(...)§3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão".*

A alternativa B está correta. A baixa da empresa ocorre independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, conforme o art. 9º da LC 123/06.

*"O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção."*

A alternativa C está correta. A alienação do estabelecimento de microempresa dispensa a publicação na imprensa oficial, mantendo-se a obrigatoriedade de averbação na Junta Comercial, conforme o art. 71 da LC 123/06.

*" Os empresários e as sociedades de que trata esta Lei Complementar, nos termos da legislação civil, ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário."*

Já o art. 1.144 do CC/02, assevera que:

*"O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros **depois de averbado** à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial" (grifos nossos).*

A alternativa D está correta . Pois conforme dispõe o art. 73 da LC 123/06:

*"O cancelamento do protesto de qualquer título ou documento de dívida, quando o pagamento for efetuado pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte, independará do pagamento de qualquer anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original do título."*

A alternativa E está correta . A dispensa de certidão de inexistência de condenação criminal, substituída por declaração firmada sob as penas da lei, é benefício expresso para microempresas, conforme o art. 74 da LC 123/2006.

*"Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do empresário ou dos administradores, conforme o caso, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade empresarial ou liberal, em razão de condenação criminal." (art. 74 da LC nº 123/2006)*

**Questão 44 - Em relação à liquidação extrajudicial de instituições financeiras, analise as afirmativas a seguir.**

**I. A liquidação extrajudicial de instituição financeira pode ser decretada de ofício pelo Banco Central do Brasil quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, verificar o Banco Central do Brasil que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízos para os credores.**

**II. Encerrada a liquidação extrajudicial por decisão do Banco Central do Brasil diante da convação em liquidação ordinária, o prazo prescricional relativo às obrigações da instituição voltará a contar da data da publicação do ato de encerramento do regime.**

**III. Os administradores das instituições financeiras que tenham estado no exercício das funções nos 12 (doze) meses anteriores ao ato que decretar a liquidação extrajudicial ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades. Está correto o que se afirma em**

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da liquidação extrajudicial de instituições financeiras, conforme a Lei nº 6.024/1974.

O item I está **correto**. Pois conforme dispõe o art. 15, I, "b", da Lei nº 6.024/1974.

*"A liquidação extrajudicial será decretada pelo Banco Central do Brasil:*

*I - ex officio:*

*b) quando cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, verificar o Banco Central do Brasil que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízos para os credores."*

O item II está **correto**. Encerrada a liquidação extrajudicial por convação em liquidação ordinária, o prazo prescricional relativo às obrigações da instituição recomeça a correr da data da publicação do ato de encerramento do regime, nos termos do art. 19, da Lei nº 6.024/1974:

*"A liquidação extrajudicial será encerrada: I - por deliberação do Banco Central do Brasil, quando o ativo da entidade for suficiente para pagar pelo menos a totalidade das obrigações prioritárias, assim classificadas por esta Lei;*

*d) convação em liquidação ordinária.*

Já o § 2º desse mesmo dispositivo prescreve que:

*"Encerrada a liquidação extrajudicial nas hipóteses previstas no inciso I do caput deste artigo, o prazo prescricional relativo às obrigações da instituição voltará a contar da data da publicação do ato de encerramento do regime".*

O item III está correto. Os administradores que estiveram no exercício das funções nos 12 meses anteriores ao ato que decretou a liquidação extrajudicial ficam com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, conforme o art. 36 da Lei nº 6.024/1974.

*"Os administradores das instituições financeiras em intervenção, em liquidação extrajudicial ou em falência, ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades." (art. 36 da Lei nº 6.024/1974)*

Após a análise dos itens, concluímos que estão corretos: I, II e III. Portanto, a alternativa E está correta.

**Questão 45 - Sobre as características da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, assinale a afirmativa correta.**

**a) A ação para a cobrança da LAM, em razão da aplicação subsidiária da legislação cambial, é a executiva, sendo de 3 (três) anos o prazo prescricional em face do emitente, a contar da data do vencimento.**

**b) À semelhança das debêntures, trata-se de um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro e, concomitantemente, valor mobiliário para efeito de negociação por oferta pública no mercado de capitais.**

**c) A LAM pode ser emitida em razão de operação de empréstimo ou adiantamento a depositante por bancos comerciais ou bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil, embora o nomen juris esteja associado às operações de arrendamento mercantil como lastro para a emissão.**

**d) A LAM, à semelhança da cédula de crédito à exportação, é título de crédito nominativo, escritural e de livre circulação, que pode ser por cessão de crédito ou por endosso em preto.**

**e) Ainda que seja possível a emissão de LAM com a incidência de juros capitalizados sobre o valor nominal, a taxa de juros sempre será fixa, admitido o pagamento parcelado.**

**Comentários**

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), disciplinada pela Lei nº 11.882/2008.

A alternativa A está correta. O prazo prescricional de 3 anos em face do emitente, contado do vencimento. O art. 4º, da Lei nº 11.882/2008, prescreve que:

*“Aplica-se à LAM, no que não contrariar o disposto nesta Lei, a legislação cambiária”*

O art. 70 do Decreto nº 57.663/66 estabelece que:

*“Todas as ações contra o aceitante relativas a letras prescrevem em 3 (três) anos a contar do seu vencimento”.*

A alternativa B está incorreta. A LAM não pode ser considerada valor mobiliário para os efeitos da Lei nº 6.385/1976, conforme o art. 2º, §3º, da Lei nº 11.882/2008.

*“A LAM não constitui operação de empréstimo ou adiantamento, por sua aquisição em mercado primário ou secundário, nem se considera valor mobiliário para os efeitos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.”*

A alternativa C está incorreta. A LAM não pode ser emitida em razão de operações de empréstimo ou adiantamento a depositante por bancos comerciais, nos termos do dispositivo já transcrito na alternativa B.

A alternativa D está incorreta. A legislação aplicável à cédula de crédito à exportação não prevê a natureza escritural desse título. Além disso, embora a LAM seja nominativa e escritural, sua negociação ocorre eletronicamente por meio de registro em sistema autorizado pelo Banco Central, afastando o regime geral do endosso tradicional, conforme o art. 3º, §1º, da Lei nº 11.882/2008.

*“A transferência da LAM e a constituição dos direitos sobre ela somente produzirão efeitos por meio de anotação efetuada no sistema de registro e de liquidação financeira de ativos.” (art. 3º, §1º, da Lei nº 11.882/2008)*

A alternativa E está incorreta. A taxa de juros da LAM pode ser fixa ou flutuante, e não exclusivamente fixa, conforme o art. 2º, §1º, V, da Lei nº 11.882/2008.

*“V - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização.”*

**Questão 46 - A sociedade empresária Beta Serviços Gerais Ltda. ajuizou ação de resolução contratual cumulada com cobrança em face do Condomínio Zeta Solar, em razão de inadimplemento contratual.**

**Na petição inicial, requereu, incidentalmente, tutela provisória para bloqueio de valores vinculados ao contrato, pedido que foi parcialmente deferido. Posteriormente, o processo foi suspenso em razão da instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas.**

**A ré, durante a suspensão, requereu a cessação da tutela concedida e alegou que o pedido não deveria ser apreciado em razão da ausência de recolhimento de custas relativas à tutela incidental.**

**Sobre a hipótese, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

a) O pedido incidental depende do recolhimento prévio de custas, salvo se a autora for beneficiária da gratuidade de justiça.

b) A suspensão do processo implica, automaticamente, a perda de eficácia da tutela provisória anteriormente deferida.

c) A tutela provisória conserva, em regra, sua eficácia durante a suspensão do processo, podendo ser revogada a qualquer tempo por decisão fundamentada.

d) A tutela provisória, uma vez deferida, somente poderá ser revogada após o julgamento definitivo da causa.

e) A tutela provisória incidental exige custas e perde eficácia desde a origem sempre que o processo for suspenso.

### Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do regime jurídico da tutela provisória incidental no Código de Processo Civil, especialmente quanto à exigência de custas processuais, à conservação de eficácia durante a suspensão do processo e à possibilidade de revogação ou modificação da medida.

A alternativa A está incorreta. A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do recolhimento prévio de custas processuais, independentemente de a parte ser ou não beneficiária da gratuidade de justiça.

*“CPC, art. 295. A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.”*

A alternativa B está incorreta. A suspensão do processo não implica perda automática da eficácia da tutela provisória anteriormente concedida. Ao contrário, a tutela conserva sua eficácia durante o período de suspensão, salvo decisão judicial em sentido contrário.

*“CPC, art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.”*

*Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.”*

Além disso:

*“CPC, art. 314. Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.”*

A alternativa C está correta. O art. 296 do CPC estabelece expressamente que a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, inclusive durante sua suspensão, podendo, entretanto, ser revogada ou modificada a qualquer tempo mediante decisão fundamentada.

*“CPC, art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.*

*Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.”*

A alternativa D está incorreta. A tutela provisória possui natureza precária e revogável, razão pela qual pode ser modificada ou revogada a qualquer momento, independentemente do julgamento definitivo da causa.

*“CPC, art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.”*

A alternativa E está incorreta, porque reúne duas premissas incompatíveis com o CPC: não há exigência de custas para tutela provisória incidental, e a suspensão do processo não extingue automaticamente a eficácia da medida anteriormente deferida.

**Questão 47 - Em ação de indenização por danos materiais, o Juiz reconheceu a responsabilidade da ré e a condenou ao pagamento dos prejuízos suportados pelo autor.**

**Contudo, ele consignou que o valor devido dependeria de apuração técnica posterior, diante da necessidade de avaliação especializada sobre a extensão dos danos e o custo dos reparos decorrentes do descumprimento contratual.**

**A respeito da liquidação de sentença, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) Sendo ilíquida a condenação, o valor somente poderá ser definido em nova ação autônoma, vedada a liquidação no mesmo processo.**

**b) A liquidação por arbitramento será cabível quando determinada pela sentença, convencionada pelas partes ou exigida pela natureza do objeto da liquidação.**

**c) A liquidação por arbitramento depende exclusivamente de acordo entre as partes com referendo do Ministério Público.**

**d) A liquidação por arbitramento somente é admitida quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.**

**e) Proferida sentença ilíquida, apenas o credor possui legitimidade para requerer a liquidação, vedada a iniciativa do devedor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da liquidação de sentença no Código de Processo Civil, especialmente da liquidação por arbitramento, modalidade utilizada quando a definição do quantum depende de avaliação técnica especializada.

A alternativa A está incorreta. O Código de Processo Civil prevê expressamente que a sentença ilíquida será liquidada no próprio processo, a requerimento do credor ou do devedor, não havendo necessidade de ajuizamento de ação autônoma.

*“CPC, art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:*

*I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação;*

*II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.”*

A alternativa B está correta. A liquidação por arbitramento é cabível exatamente nas hipóteses previstas no art. 509, inciso I, do CPC: quando determinada pela sentença, convencionada pelas partes ou exigida pela natureza do objeto da liquidação.

*“CPC, art. 509, I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação.”*

A alternativa C está incorreta. O arbitramento não depende exclusivamente de acordo entre as partes nem de homologação do Ministério Público. Conforme já exposto, o próprio CPC prevê expressamente, no art. 509, I, as hipóteses em que o arbitramento é cabível. Assim, além de poder decorrer de acordo entre as partes, o arbitramento também pode ser determinado diretamente pela sentença ou imposto pela natureza da obrigação.

A alternativa D está incorreta. A necessidade de alegar e provar fato novo não conduz à liquidação por arbitramento, mas sim à liquidação pelo procedimento comum, conforme dispõe expressamente o art. 509, II, do CPC.

*“CPC, art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:*

*(...)*

*II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.”*

A alternativa E está incorreta. O legislador conferiu legitimidade tanto ao credor quanto ao devedor para requerer a liquidação da sentença ilíquida. A solução decorre da própria lógica cooperativa do processo contemporâneo e da necessidade de definição do conteúdo econômico da condenação.

*“CPC, art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor.”*

**Questão 48 - Fernando ajuizou ação de indenização por danos materiais em face da sociedade empresária ABCD Representações Ltda., alegando prejuízos decorrentes de descumprimento contratual. Citada, a ré apresentou contestação e promoveu denúncia da lide à seguradora Delta S.A., com fundamento em**

contrato de seguro. Regularmente citada, a seguradora apresentou defesa impugnando o pedido formulado pelo autor.

Diante dessa situação, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Se a denunciada contestar o pedido do autor, o processo prosseguirá na ação principal em litisconsórcio entre denunciante e denunciado.

b) A contestação apresentada pela denunciada impede sua permanência na demanda principal, que seguirá apenas entre autor e ré originária.

c) A denunciada poderá atuar somente na demanda regressiva, sendo-lhe vedado impugnar a pretensão deduzida pelo autor na ação principal.

d) A admissão da denúncia da lide acarreta suspensão necessária do processo principal até o julgamento da responsabilidade regressiva.

e) O pedido sendo contestado pela denunciada, ocorrerá substituição processual, passando ela a defender, em nome próprio, posição jurídica exclusiva da ré.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da denúncia da lide promovida pelo réu e dos efeitos processuais decorrentes da postura assumida pelo denunciado, nos termos do art. 128 do Código de Processo Civil.

A alternativa A está correta. Quando o denunciado contesta o pedido formulado pelo autor, forma-se litisconsórcio entre denunciante e denunciado na ação principal, prosseguindo ambos conjuntamente na defesa contra a pretensão autoral.

*“CPC, art. 128. Feita a denúncia pelo réu:*

*I - se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado;”*

A alternativa B está incorreta. A contestação apresentada pelo denunciado não o exclui da demanda principal. Ao contrário, sua intervenção faz surgir litisconsórcio processual com o denunciante. (Veja transcrição do artigo na alternativa C).

A alternativa C está incorreta. O denunciado não fica limitado à ação regressiva. O CPC expressamente autoriza sua atuação na ação principal, inclusive para impugnar diretamente o pedido formulado pelo autor.

*“CPC, art. 128. Feita a denúncia pelo réu:*

*I - se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado;*

*II - se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva;*

*III - se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o denunciante poderá prosseguir com sua defesa ou, aderindo a tal reconhecimento, pedir apenas a procedência da ação de regresso.*

*Parágrafo único. Procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.”*

A alternativa D está incorreta. A denunciação da lide não gera suspensão necessária do processo principal. A intervenção do denunciado ocorre no mesmo processo, preservando-se a unidade procedimental.

A alternativa E está incorreta. Não ocorre substituição processual. O denunciado passa a integrar a ação principal em litisconsórcio com o denunciante, sem exclusão da parte ré originária, nos termos do art. 128, I, do Código de Processo Civil.

**Questão 49 - A parte sucumbente, após o trânsito em julgado de sentença judicial, descobriu um documento já existente à época do processo originário, mas que se encontrava arquivado em órgão público e não pôde ser obtido anteriormente, apesar das diligências adotadas.**

**Segundo a parte interessada, o documento seria suficiente, por si só, para conduzir ao julgamento procedente da pretensão deduzida na demanda originária.**

**Diante dessa situação, pretende ajuizar ação rescisória. Sobre o ajuizamento da ação rescisória, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) Para a propositura da ação rescisória, deverá ser depositada caução correspondente a dez por cento do valor da causa.**

**b) O ajuizamento da ação rescisória impede, automaticamente, o cumprimento da decisão rescindenda, salvo se houver indeferimento de tutela provisória.**

**c) A descoberta posterior de documento relevante autoriza o simples reexame da decisão, sendo dispensável o ajuizamento de ação autônoma.**

**d) Caberá ação rescisória quando houver prova ignorada pelo autor ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar decisão favorável.**

**e) A ação rescisória somente será cabível se a parte demonstrar erro de fato verificável dos autos ou nulidade formal da sentença.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da ação rescisória fundada em prova nova, hipótese expressamente prevista no art. 966, inciso VII, do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. O CPC exige depósito prévio correspondente a 5% do valor da causa, e não 10%, como condição de admissibilidade da ação rescisória, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa.

*“CPC, art. 968. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319, devendo o autor:*

*(...)*

*II - depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.”*

A alternativa B está incorreta. O ajuizamento da ação rescisória não suspende automaticamente a eficácia da decisão rescindenda. A suspensão depende da concessão de tutela provisória.

*“CPC, art. 969. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.”*

A alternativa C está incorreta. A desconstituição da coisa julgada exige o ajuizamento de ação rescisória, não sendo possível simples reexame da decisão transitada em julgado.

*“CPC, art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:*

*(...)*

*VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;”*

A alternativa D está correta. O art. 966, inciso VII, do CPC admite ação rescisória quando a parte obtiver prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso anteriormente, desde que apta, por si só, a assegurar decisão favorável.

*“CPC, art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:*

*(...)*

*VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;”*

A alternativa E está incorreta porque o art. 966 do CPC prevê diversas hipóteses de cabimento da ação rescisória, não se limitando ao erro de fato ou à nulidade formal da sentença.

*“CPC, art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:*

*I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;*

*II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;*

*III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;*

*IV - ofender a coisa julgada;*

*V - violar manifestamente norma jurídica;*

*VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;*

*VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;*

*VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.”*

**Questão 50 - Guilherme ajuizou ação de resolução contratual cumulada com pedido de perdas e danos em face de Lambda TI e Computação Ltda. e de Karla, sócia garantidora da obrigação.**

**Na petição inicial, o autor consignou expressamente não ter interesse na autocomposição. Designada audiência de conciliação por meio eletrônico, Lambda apresentou petição, protocolada 15 (quinze) dias antes da data designada, informando igualmente não possuir interesse na composição consensual. Karla, contudo, permaneceu silente. Mantida a audiência, apenas o autor deixou de comparecer, sem apresentar justificativa plausível.**

**Diante dessa situação, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) A ausência de manifestação de Karla equivale à concordância tácita com o desinteresse, razão pela qual a audiência não deveria ter sido realizada.**

**b) Em razão do litisconsórcio passivo, o desinteresse na autocomposição deve ser expressamente manifestado por todos os litisconsortes.**

**c) O não comparecimento injustificado do autor à audiência conduz à extinção do processo sem resolução do mérito.**

**d) A audiência somente poderia ser dispensada se todos os réus apresentassem oposição até 5 (cinco) dias antes da data designada para sua realização.**

**e) O não comparecimento injustificado do autor à audiência sujeita-o à multa de até 2% do valor da causa, revertida em favor da parte ré.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da audiência de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil, especialmente das regras relativas ao desinteresse na autocomposição em hipóteses de litisconsórcio e das consequências do não comparecimento injustificado à audiência.

A alternativa A está incorreta. O silêncio de Karla não equivale à manifestação de desinteresse na autocomposição. O CPC exige manifestação expressa de todos os litisconsortes para dispensa da audiência.

*“CPC, art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º A audiência não será realizada:

*I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;*

(...)

*§ 6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.”*

A alternativa B está correta. Em caso de litisconsórcio, o art. 334, § 6º, do CPC exige que todos os litisconsortes manifestem expressamente desinteresse na realização da audiência de conciliação.

*“CPC, art. 334, § 6º. Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.”*

A alternativa C está incorreta. O não comparecimento injustificado do autor à audiência não conduz à extinção do processo sem resolução do mérito. A consequência legal é aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

*“CPC, art. 334, § 8º. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.”*

A alternativa D está incorreta. O prazo legal para manifestação de desinteresse do réu é de 10 dias de antecedência da audiência, e não 5 dias.

*“CPC, art. 334, §5º. O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.”*

A alternativa E está incorreta. Embora o autor esteja sujeito à multa de até 2% pelo não comparecimento injustificado, a penalidade não é revertida em favor da parte ré, mas sim da União ou do Estado.

*“CPC, art. 334, § 8º. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.”*

**Questão 51 - Em ação indenizatória, o Tribunal de Justiça negou provimento à apelação interposta pelo réu. Este, inconformado com o acórdão, interpôs recurso especial e recurso extraordinário.**

O Vice-Presidente do tribunal de origem, contudo, inadmitiu ambos os recursos, ao fundamento de ausência de demonstração adequada da violação à legislação federal e de inexistência de repercussão geral. Irresignado, o recorrente pretende impugnar a decisão denegatória, postulando o imediato encaminhamento dos autos aos tribunais superiores, independentemente de prévia intimação da parte contrária para manifestação.

Sobre o caso apresentado, com base no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) É cabível agravo contra a decisão de inadmissão, devendo a petição ser dirigida ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem.
- b) Interposto o agravo, os autos serão imediatamente remetidos ao tribunal superior competente, independentemente de prévia intimação da parte agravada para resposta.
- c) O agravo será processado diretamente no tribunal superior competente, razão pela qual a petição deve ser a ele endereçada desde a interposição.
- d) Não cabe agravo contra a decisão de inadmissão que afastar a repercussão geral, ainda que não esteja fundada em precedente vinculante aplicável ao caso.
- e) A parte deveria interpor inicialmente o recurso especial e, somente após seu desprovimento, o extraordinário, observando-se a mesma ordem quanto ao agravo.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil, cabível contra decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal de origem que inadmite REsp ou RE.

A alternativa A está correta. O CPC prevê expressamente o cabimento de agravo contra decisão de inadmissão de recurso especial ou extraordinário, devendo a petição ser dirigida ao presidente ou vice-presidente do tribunal de origem.

*“CPC, art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.*

(...)

*§ 2º A petição de agravo será dirigida ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem e independe do pagamento de custas e despesas postais (...).”*

A alternativa B está incorreta. O CPC exige prévia intimação da parte agravada para apresentação de contrarrazões antes da remessa ao tribunal superior competente.

*“CPC, art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.*

(...)

*§ 3º O agravado será intimado, de imediato, para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.*

*§ 4º Após o prazo de resposta, não havendo retratação, o agravo será remetido ao tribunal superior competente.”*

A alternativa C está incorreta. Embora o julgamento do agravo seja realizado pelo tribunal superior competente, a petição deve ser dirigida inicialmente ao presidente ou vice-presidente do tribunal de origem, nos termos do art. 1.042, §2º do Código de Processo Civil.

*“CPC, art. 1.042. § 2º A petição de agravo será dirigida ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem (...)”*

A alternativa D está incorreta. O agravo somente é incabível quando a decisão estiver fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos. A assertiva amplia indevidamente a hipótese de irrecorribilidade.

*“CPC, art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.”*

A alternativa E está incorreta. O CPC admite interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário, inclusive prevendo disciplina específica para o processamento conjunto.

*“CPC, art. 1.031. Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.*

*§ 1º Concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado.”*

**Questão 52 - A sociedade empresária XYZ celebrou contrato administrativo com determinado Município e, após o inadimplemento de valores previstos no ajuste, promoveu execução fundada em título extrajudicial para cobrança da quantia devida de quantia alto valor, com valor superior a cem milhões de reais. Regularmente citada, a Fazenda Pública municipal deixou transcorrer in albis o prazo legal para oposição de embargos. Em seguida, o ente público peticionou sustentando que a satisfação do crédito deveria ocorrer mediante penhora on-line de ativos financeiros e que eventual excesso de execução somente poderia ser discutido em ação autônoma.**

**Com base no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) Não opostos embargos pela Fazenda Pública, o pagamento do crédito exequendo ocorrerá por precatório ou requisição de pequeno valor, conforme o caso.**

**b) Decorrido o prazo para embargos sem manifestação da Fazenda Pública, o pagamento do débito será realizado, necessariamente, por penhora on-line de ativos financeiros.**

**c) A multa prevista para o não pagamento voluntário no cumprimento de sentença aplica-se integralmente à Fazenda Pública também na execução fundada em título extrajudicial.**

**d) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública somente poderá alegar, em embargos, matérias supervenientes à constituição do título executivo.**

**e) O excesso de execução deverá ser arguido pela Fazenda Pública exclusivamente por ação autônoma de conhecimento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra A. A questão trata da execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública, disciplinada pelo art. 910 do Código de Processo Civil, especialmente quanto ao regime constitucional de pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor.

A alternativa A está correta. Não sendo opostos embargos pela Fazenda Pública, ou sendo eles rejeitados definitivamente, o pagamento ocorrerá mediante expedição de precatório ou RPV, conforme o valor da condenação, observando-se o art. 100 da Constituição Federal.

*“CPC, art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.*

*§ 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.”*

A alternativa B está incorreta. A execução contra a Fazenda Pública não se submete ao regime comum de expropriação patrimonial mediante penhora on-line de ativos financeiros. O pagamento segue o regime constitucional de precatórios e RPVs.

*“CPC, art. 910, § 1º. Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor (...).”*

A alternativa C está incorreta. A multa prevista para o não pagamento voluntário, disciplinada no art. 523, §1º, do CPC, não se aplica à Fazenda Pública, especialmente nas execuções fundadas em título extrajudicial. Isso porque o regime executivo aplicável aos entes públicos possui disciplina própria, submetida às regras constitucionais do pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor (RPV), incompatíveis com a lógica coercitiva típica da execução contra particulares. A Fazenda Pública submete-se ao procedimento especial do art. 910 do CPC e ao art. 100 da Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. Nos embargos à execução, a Fazenda Pública pode alegar qualquer matéria defensiva que poderia suscitar no processo de conhecimento.

*“CPC, art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.*

(...)

*§ 2º Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.”*

A alternativa E está incorreta. O excesso de execução constitui matéria típica de embargos à execução, não exigindo ação autônoma de conhecimento.

*“CPC, art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:*

(...)

*III - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;”*

**Questão 53 - Em ação de pedido de curatela proposta por Bianca em face de seu genitor idoso, o processo prosseguiu sem qualquer intimação do Ministério Público, embora sua intervenção fosse obrigatória.**

**No curso da demanda, foi produzida prova pericial, realizada audiência de instrução e, ao final, proferida sentença de procedência. Somente após a interposição de apelação pela parte ré constatou-se a ausência de intervenção ministerial.**

**À luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) A ausência de intimação do Ministério Público acarreta nulidade automática de todo o processo, desde o ajuizamento da demanda.**

**b) A decretação da nulidade depende de prévia intimação do Ministério Público para que se pronuncie acerca da ocorrência de eventual prejuízo.**

**c) A nulidade decorrente da ausência de intervenção ministerial depende de provocação exclusiva da parte interessada e prejudicada.**

**d) Ainda que demonstrado prejuízo, a falta de intimação do Ministério Público convalesce automaticamente se não arguida oportunamente pela parte ré.**

**e) Reconhecida a ausência de intimação do Ministério Público após a sentença, caberá exclusivamente ao órgão ministerial interpor apelação, com demonstração de prejuízo à parte ré.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da nulidade decorrente da ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público, disciplinada pelos arts. 178 e 279 do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. A ausência de intimação do Ministério Público não gera nulidade automática e imediata de todos os atos processuais. O CPC exige prévia manifestação ministerial acerca da existência ou inexistência de prejuízo antes da decretação da nulidade.

*“CPC, art. 279, § 2º. A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.”*

A alternativa B está correta. O art. 279, § 2º, do CPC determina expressamente que a nulidade decorrente da falta de intervenção do Ministério Público somente pode ser decretada após sua intimação para manifestação sobre eventual prejuízo processual.

*“CPC, art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.”*

*§ 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.*

*§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.”*

A alternativa C está incorreta. A nulidade decorrente da ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado, não dependendo exclusivamente de provocação da parte interessada.

*“CPC, art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.*

*Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.”*

A alternativa D está incorreta. A ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público configura nulidade de natureza absoluta, não convalidada automaticamente pela inércia das partes.

*“CPC, art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.”*

A alternativa E está incorreta. O reconhecimento da ausência de intimação do Ministério Público após a sentença não implica que apenas o órgão ministerial possua legitimidade para interpor apelação. A parte eventualmente prejudicada também pode suscitar a nulidade processual decorrente da falta de intervenção obrigatória do Ministério Público, especialmente quando demonstrado efetivo prejuízo ao regular desenvolvimento do processo.

**Questão 54 - Uma pessoa adquiriu um imóvel urbano e, após a lavratura da escritura pública de compra e venda, providenciou o respectivo registro perante o cartório competente.**

**Meses depois, ela constatou que, em razão de erro imputado ao oficial registrador, houve averbação indevida de gravame inexistente na matrícula do bem, o que inviabilizou a contratação de financiamento bancário e ocasionou prejuízos materiais ao adquirente.**

**Diante disso, ela pretende ajuizar ação indenizatória em face do delegatário responsável pela serventia extrajudicial.**

**Sobre a hipótese narrada, considerando as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.**

**a) A ação de reparação de danos deverá ser proposta no foro do domicílio do autor, por se tratar de demanda indenizatória fundada em responsabilidade civil.**

**b) Será competente o foro da sede da serventia notarial ou de registro, por se tratar de ação reparatória decorrente de ato praticado em razão do ofício.**

**c) A competência será necessariamente do foro da capital do Estado em que situada a serventia, em razão da fiscalização exercida pelo Tribunal de Justiça local.**

**d) O autor poderá optar entre o foro de seu domicílio e o foro da sede da serventia, por se tratar de competência legal concorrente.**

**e) A competência será do foro do local em que o prejuízo econômico se concretizou ou do domicílio do alienante, à escolha do autor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da competência territorial para ação de reparação de danos decorrentes de ato praticado por serventia notarial ou registral, hipótese expressamente disciplinada pelo art. 53, III, "f", do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. Embora ações indenizatórias em geral possam admitir outros critérios de competência, o CPC estabeleceu regra específica para ações reparatórias fundadas em atos praticados por serventias notariais e registrais (Veja transcrição do artigo na alternativa B).

A alternativa B está correta. O foro competente é o da sede da serventia notarial ou registral responsável pelo ato que gerou o dano.

*"CPC, art. 53. É competente o foro:*

*(...)*

*III - do lugar:*

(...)

f) da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.”

O Superior Tribunal de Justiça consolidou esse entendimento:

“STJ. (...) Tese de julgamento: 1. O foro competente para ação de reparação de danos em razão do ofício é o da sede da serventia notarial ou do registro, conforme dispõe o art. 53, III, "f", do CPC/2015. (REsp n. 2.011.651/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 26/11/2024, DJEN de 4/12/2024.)

A alternativa C está incorreta. Não existe regra de competência vinculando necessariamente tais ações ao foro da capital do Estado em razão da fiscalização exercida pelo Tribunal de Justiça.

A alternativa D está incorreta. O CPC não prevê competência concorrente entre o foro do domicílio do autor e o da sede da serventia para essa hipótese específica.

A alternativa E está incorreta. A competência não se fixa pelo local de concretização do prejuízo econômico nem pelo domicílio do alienante, mas pela sede da serventia responsável pelo ato registral impugnado.

**Questão 55 - Eptácio ajuizou ação de obrigação de fazer em face do Estado, buscando o fornecimento de determinado medicamento.**

**Regularmente citado, o ente público apresentou contestação, arguindo preliminares processuais e impugnando o mérito do pedido. Antes da prolação do despacho saneador, o autor, por razões pessoais, requereu a desistência da ação.**

**Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre extinção do processo sem resolução do mérito, assinale a afirmativa correta.**

**a) A desistência poderá ser homologada independentemente da anuência do Estado, desde que requerida antes da sentença.**

**b) Por se tratar de demanda ajuizada contra o Estado, a desistência da ação somente seria possível com anuência expressa do Ministério Público.**

**c) A oposição do réu impede a homologação da desistência, autorizando a extinção do processo de ofício com resolução do mérito por perda superveniente do interesse processual.**

**d) Uma vez apresentada a contestação, o processo necessariamente deverá prosseguir até sentença de mérito, por envolver pretensão relacionada ao direito à saúde.**

**e) Após a apresentação da contestação, a desistência da ação depende do consentimento do réu, ainda que o pedido tenha sido formulado antes da sentença.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da desistência da ação após a apresentação de contestação, hipótese disciplinada pelo art. 485, § 4º, do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. Após o oferecimento da contestação, a desistência da ação depende do consentimento do réu, ainda que requerida antes da sentença, nos termos do art. 485, §4º do Código de Processo Civil.

*“CPC, art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:*

*(...)*

*§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.”*

A alternativa B está incorreta. O CPC não condiciona a desistência da ação à anuência do Ministério Público em razão de a demanda ter sido ajuizada contra o Estado. O requisito legal é o consentimento do réu após a contestação (Veja transcrição do artigo na alternativa A).

A alternativa C está incorreta. A oposição do réu impede a homologação automática da desistência, mas não autoriza extinção do processo com resolução do mérito por perda superveniente do interesse processual. Além disso, a jurisprudência entende que eventual recusa abusiva do réu pode ser controlada judicialmente.

A alternativa D está incorreta. O fato de a demanda envolver direito à saúde não impede a desistência da ação. Persistem aplicáveis as regras gerais do art. 485, § 4º, do CPC.

A alternativa E está correta. Após a apresentação da contestação, a desistência da ação depende do consentimento do réu, ainda que o pedido de desistência tenha sido formulado antes da sentença.

*“CPC, art. 485, § 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.”*

**Questão 56 - O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em face de Romeu, secretário municipal de conservação e obras, e da Empreiteira Verona Ltda., afirmando que determinado procedimento licitatório foi fraudulento.**

**Na petição inicial, o órgão ministerial descreveu detalhadamente os fatos e imputou a prática de atos de improbidade. Os réus apresentaram contestações autônomas. Romeu alegou ausência de dolo específico e requereu prova pericial contábil; a pessoa jurídica sustentou ilegitimidade passiva e postulou a oitiva de diversas testemunhas residentes em comarcas distintas. Em réplica, o Ministério Público insistiu na narrativa fática.**

**Diante da situação, assinale a afirmativa correta.**

**a) Após a contestação, o Juiz deverá designar audiência de saneamento e somente depois poderá decidir sobre a tipificação do ato de improbidade.**

**b) O Juiz poderá ouvir o autor, desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual.**

**c) O Juiz está integralmente vinculado à capitulação jurídica apresentada pelo Ministério Público.**

**d) A definição da tipificação do ato de improbidade somente poderá ocorrer na sentença, após encerrada toda a instrução processual.**

**e) O desmembramento do litisconsórcio depende de requerimento da parte interessada, sendo vedada sua determinação de ofício pelo magistrado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do procedimento da ação de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, especialmente acerca das providências judiciais após a apresentação da contestação e da possibilidade de desmembramento do litisconsórcio.

A alternativa A está incorreta. O procedimento da ação de improbidade não exige, necessariamente, prévia audiência de saneamento para que o magistrado avance na definição jurídica da demanda. O art. 17, § 10-B, da Lei nº 8.429/1992 prevê providências específicas logo após a contestação.

*“Lei nº 8.429/1992, art. 17, §10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz:*

*I - procederá ao julgamento conforme o estado do processo, observada a eventual inexistência manifesta do ato de improbidade;*

*II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual.”*

Além disso:

*“Lei nº 8.429/1992, art. 17, §10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu (...)”*

A alternativa B está correta. O magistrado pode ouvir o autor e desmembrar o litisconsórcio para otimizar a instrução processual, conforme previsão expressa da Lei de Improbidade Administrativa.

*“Lei nº 8.429/1992, Art. 17, §10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz:*

*(...)*

*II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual.”*

A alternativa C está incorreta. Embora o juiz não possa alterar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor, ele deve indicar com precisão a tipificação imputável ao réu, não estando absolutamente vinculado à formulação ministerial em termos puramente argumentativos.

*“Lei nº 8.429/1992, Art. 17, § 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor.”*

A alternativa D está incorreta. A tipificação do ato de improbidade não fica reservada apenas para a sentença. O art. 17, § 10-C, determina que ela seja definida após a réplica do Ministério Público.

*“Lei nº 8.429/1992, Art. 17, § 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor.”*

A alternativa E está incorreta. O desmembramento do litisconsórcio pode ser determinado pelo próprio magistrado, independentemente de requerimento das partes.

*“Lei nº 8.429/1992, Art. 17, §10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz:*

*(...)*

*II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual.”*

**Questão 57 - A Assembleia Legislativa do Estado Alfa editou lei estadual sobre concessão de benefícios fiscais em desconformidade com parâmetros constitucionais.**

O Procurador-Geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Após regular processamento, o STF, por maioria qualificada de oito ministros, julgou procedente o pedido e declarou a inconstitucionalidade integral da norma. Na mesma sessão, considerando a existência de numerosas relações jurídicas já consolidadas, fixou que os efeitos da decisão incidiriam apenas a partir do início do exercício financeiro seguinte.

Inconformado, o contribuinte que havia ajuizado ação individual para reaver valores pagos no passado, interpôs recurso ordinário constitucional contra o acórdão.

À luz da Lei nº 9.868/1999 e da jurisprudência constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) O acórdão proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade admite Recurso Ordinário Constitucional.
- b) A decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade pode ter seus efeitos modulados, desde que aprovada por dois terços dos membros do STF e fundada em segurança jurídica ou em excepcional interesse social.
- c) Ausente unanimidade no julgamento, cabem embargos infringentes para revisão da decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) A irrecorribilidade da decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade impede qualquer forma de integração do julgado, inclusive embargos de declaração.
- e) A modulação temporal é restrita à Ação Declaratória de Constitucionalidade, sendo incompatível com a Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da modulação dos efeitos da decisão em ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/1999.

A alternativa A está incorreta. Não cabe recurso ordinário constitucional contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade. O ROC tem hipóteses constitucionais próprias, não abrangendo decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa B está correta. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, o Supremo Tribunal Federal pode modular os efeitos da decisão, desde que o faça por maioria de dois terços de seus membros e com fundamento em razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.

*“Lei nº 9.868/1999, art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”*

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 9.868/1999 não prevê embargos infringentes contra decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

A alternativa D está incorreta. Embora a decisão em ADI seja irrecorrível, admitem-se embargos de declaração.

*“Lei nº 9.868/1999, art. 26. A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.”*

A alternativa E está incorreta. A modulação temporal não é restrita à ação declaratória de constitucionalidade. O art. 27 da Lei nº 9.868/1999 aplica-se também à ação direta de inconstitucionalidade.

**Questão 58 - Rita ajuizou ação de cobrança contra Alúcio, pleiteando R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), com fundamento em contrato de mútuo. Em contestação, o réu alegou falsidade do documento, fraude na assinatura e ausência de entrega dos valores.**

**Após a perícia e as demais provas, o Juízo reconheceu, expressamente, a autenticidade do contrato e a efetiva entrega da quantia como questão prejudicial, julgando parcialmente procedente o pedido para condená-lo ao pagamento de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).**

**Transitada em julgado a sentença, Alúcio ajuizou ação declaratória de nulidade contratual, reiterando a falsidade do contrato.**

**Sobre o caso hipotético, à luz do CPC e da teoria contemporânea da coisa julgada, assinale a afirmativa correta.**

**(A) Um novo processo é admissível, pois somente o dispositivo da sentença faz coisa julgada, sem alcançar fundamentação ou questões incidentais ou prejudiciais.**

**(B) A ação declaratória deve ser admitida, porque a autenticidade do contrato e a entrega dos valores são insuscetíveis de coisa julgada.**

**(C) A inadmissibilidade da demanda impõe-se, pois a decisão anterior fez coisa julgada sobre questões prejudiciais expressamente decididas no caso.**

**(D) A rediscussão da controvérsia mostra-se cabível, já que a extensão da coisa julgada às questões prejudiciais depende de pedido expresso na ação originária.**

**(E) A demanda é admissível apenas quanto à entrega dos valores, permanecendo imutável apenas a questão da assinatura, pois só ela faz coisa julgada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da ampliação objetiva da coisa julgada promovida pelo Código de Processo Civil de 2015, especialmente quanto à possibilidade de formação de coisa julgada sobre questões prejudiciais decididas expressamente no processo.

A alternativa A está incorreta. O CPC de 2015 superou a concepção tradicional segundo a qual apenas o dispositivo da sentença faria coisa julgada. Atualmente, questões prejudiciais podem também ser alcançadas pela autoridade da coisa julgada, desde que preenchidos os requisitos do art. 503, § 1º, do CPC.

*“CPC, art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.*

*§ 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se:*

A alternativa B está incorreta. A autenticidade do contrato e a entrega dos valores foram expressamente reconhecidas como questões prejudiciais necessárias ao julgamento do mérito, podendo ser alcançadas pela coisa julgada.

A alternativa C está correta. A decisão anterior apreciou expressamente questões prejudiciais indispensáveis ao julgamento da ação de cobrança, autenticidade do contrato e entrega da quantia, havendo contraditório efetivo e competência do juízo. Assim, formou-se coisa julgada também sobre essas questões, impedindo sua rediscussão em nova demanda.

*“CPC, art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.*

*§ 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se:*

*I - dessa resolução depender o julgamento do mérito;*

*II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia;*

*III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.”*

A alternativa D está incorreta. O CPC de 2015 não exige pedido expresso da parte para extensão da coisa julgada às questões prejudiciais. Basta o preenchimento dos requisitos legais do art. 503, § 1º.

A alternativa E está incorreta. Tanto a autenticidade da assinatura quanto a entrega dos valores foram questões prejudiciais expressamente decididas e essenciais ao julgamento do mérito, podendo ambas ser alcançadas pela coisa julgada.

**Questão 59 - Uma associação nacional de defesa do consumidor ajuizou ação civil pública, perante o Juízo da Capital do Estado Alfa, em face de instituição financeira de atuação nacional, visando à declaração de nulidade de cláusula inserida em contratos de empréstimo consignado, sob alegação de abusividade.**

**O pedido foi julgado improcedente por insuficiência de provas, com trânsito em julgado. Posteriormente, o Ministério Público ajuizou nova Ação Civil Pública, fundada na mesma causa de pedir e com idêntico pedido, agora instruída com novos elementos probatórios obtidos em investigação posterior, inclusive, com relatórios, pareceres técnicos e perícias especializadas.**

**À luz do regime jurídico das ações coletivas, especialmente da Lei nº 7.347/1985, assinale a afirmativa correta.**

**a) A nova ação é admissível, pois a improcedência por insuficiência de provas não faz coisa julgada erga omnes, admitindo demanda com base em prova nova.**

**b) A nova ação é inadmissível, pois a improcedência transitada em julgado, ainda que por insuficiência de provas, impede a rediscussão da controvérsia.**

**c) A nova ação somente seria admissível se proposta pela mesma associação autora da ação anterior, em razão da necessidade de identidade subjetiva.**

**d) A coisa julgada nas ações coletivas possui eficácia nacional automática, tornando irrelevante o fundamento da improcedência para fins de sua extensão.**

**e) A nova ação é inadmissível no âmbito coletivo, sendo possível apenas a propositura de ações individuais pelos consumidores lesados.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da coisa julgada nas ações coletivas e da possibilidade de repositura da ação civil pública quando a improcedência decorrer de insuficiência de provas, nos termos da Lei nº 7.347/1985 e do Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa A está correta. Nas ações coletivas, a sentença de improcedência por insuficiência de provas não produz coisa julgada material erga omnes, admitindo nova ação coletiva fundada em prova nova. Trata-se de mecanismo voltado à máxima efetividade da tutela coletiva e à adequada proteção dos direitos transindividuais, permitindo que novos elementos probatórios posteriormente obtidos viabilizem a rediscussão judicial da matéria.

*“Lei nº 7.347/1985, art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.”*

*“CDC, Art. 103, I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81.”*

A alternativa B está incorreta. A improcedência por insuficiência de provas não produz coisa julgada material apta a impedir nova ação coletiva. O próprio microsistema de tutela coletiva estabelece exceção expressa à estabilidade definitiva da decisão quando o insucesso da demanda decorre exclusivamente de deficiência probatória. Assim, sobrevivendo novas provas relevantes, admite-se a repositura da ação coletiva com idêntica causa de pedir e mesmo pedido.

A alternativa C está incorreta. A legislação coletiva não exige identidade subjetiva entre o autor da primeira ação e o legitimado que propõe a demanda posterior. Ao contrário, o art. 16 da Lei nº 7.347/1985 é expresso ao admitir que “qualquer legitimado” possa ajuizar nova ação coletiva fundada em prova nova. Em razão da natureza institucional da tutela coletiva, a legitimidade é concorrente e disjuntiva, não se vinculando a rediscussão da matéria ao mesmo substituto processual que atuou na demanda originária.

*“Lei nº 7.347/1985, Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.”*

A alternativa D está incorreta. Embora a sentença coletiva possa produzir efeitos erga omnes, a extensão da coisa julgada nas ações coletivas não opera de forma absoluta nem automática, devendo observar as limitações previstas no próprio sistema coletivo. A improcedência por insuficiência de provas constitui exceção legal expressa à formação da coisa julgada material coletiva, razão pela qual o fundamento da decisão é juridicamente relevante para definir sua estabilidade e extensão.

A alternativa E está incorreta. O sistema brasileiro de tutela coletiva não restringe a proteção dos consumidores às ações individuais quando houver improcedência coletiva por insuficiência probatória. Ao contrário, a legislação admite expressamente o ajuizamento de nova ação coletiva baseada em prova nova, justamente para preservar a efetividade da tutela transindividual e evitar que interesses coletivos sejam definitivamente prejudicados por uma instrução probatória inicialmente deficiente.

**Questão 60 - No âmbito de um Tribunal de Justiça, constatou-se a interposição de numerosos recursos extraordinários versando sobre controvérsia constitucional.**

**Diante da multiplicidade, o Vice-Presidente selecionou recursos representativos da controvérsia e determinou o sobrestamento dos processos pendentes. Uma das partes recorrentes, cujo recurso extraordinário fora interposto intempestivamente, requereu sua exclusão do sobrestamento e o imediato juízo de inadmissibilidade, o que foi indeferido.**

Posteriormente, ao receber os autos, o relator no Supremo Tribunal Federal considerou inadequados os recursos selecionados na origem e indicou outros como representativos da controvérsia.

À luz do regime dos recursos extraordinários, assinale a afirmativa correta.

a) O sobrestamento determinado no âmbito do tribunal de origem limita-se às ações coletivas, não alcançando processos individuais.

b) Compete exclusivamente ao tribunal de origem a escolha dos recursos representativos da controvérsia.

c) O sobrestamento não deve incidir sobre recurso manifestamente inadmissível, impondo-se o imediato juízo negativo de admissibilidade.

d) A decisão de sobrestamento proferida pelo tribunal de origem impede a remessa dos recursos extraordinários ao Supremo Tribunal Federal.

e) O relator no Supremo Tribunal Federal pode desconsiderar os recursos selecionados na origem e indicar outros que reputar mais adequados.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do regime dos recursos repetitivos e da sistemática de seleção de recursos representativos da controvérsia nos recursos extraordinários, nos termos dos arts. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. O sobrestamento não se limita às ações coletivas. O CPC determina a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma controvérsia constitucional.

*“CPC, art. 1.036, § 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.”*

A alternativa B está incorreta. A escolha dos recursos representativos feita pelo tribunal de origem não vincula o relator no tribunal superior.

*“CPC, art. 1.036, § 4º A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal não vinculará o relator no tribunal superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.”*

A alternativa C está incorreta. Embora o interessado possa requerer exclusão do sobrestamento de recurso intempestivo, o CPC não determina automaticamente o imediato juízo negativo de admissibilidade. Além disso, a assertiva generaliza indevidamente consequência não automática.

*“CPC, art. 1.036, § 2º O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.”*

A alternativa D está incorreta. O sobrestamento não impede a remessa dos recursos representativos ao STF. Ao contrário, os recursos selecionados devem ser encaminhados ao tribunal superior para eventual afetação.

*“CPC, art. 1.036, § 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.”*

A alternativa E está correta. O relator no Supremo Tribunal Federal pode desconsiderar os recursos selecionados pelo tribunal de origem e escolher outros mais adequados à controvérsia.

*“CPC, art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.*

(...)

*§ 4º A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal não vinculará o relator no tribunal superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.*

*§ 5º O relator em tribunal superior também poderá selecionar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento da questão de direito independentemente da iniciativa do presidente ou do vice-presidente do tribunal de origem.”*

**QUESTÃO 61. Álvaro e Bruno são empregados públicos de uma empresa pública estadual do Acre, admitidos mediante concurso público e regidos pela CLT. Em determinado mês, Álvaro precisou afastar-se de suas funções por 12 (doze) dias corridos em razão de uma enfermidade devidamente comprovada por atestado médico. Simultaneamente, Bruno solicitou e obteve o deferimento de uma licença não remunerada, com duração de um ano, para realizar um curso de especialização no exterior, sem percepção de salários ou contagem de tempo de serviço para efeitos legais durante esse período. Com base nas disposições da CLT e na teoria geral das causas de paralisação do vínculo laboral, as situações de Álvaro e Bruno configuram, respectivamente,**

**a) suspensão do contrato de trabalho e interrupção do contrato de trabalho.**

**b) interrupção do contrato de trabalho e suspensão do contrato de trabalho.**

**c) suspensão do contrato de trabalho em ambos os casos.**

**d) interrupção do contrato de trabalho em ambos os casos.**

**e) extinção do contrato de trabalho e suspensão do contrato de trabalho.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.

A alternativa B está correta. As situações de Álvaro e Bruno configuram, respectivamente, interrupção do contrato de trabalho e suspensão do contrato de trabalho. Para Álvaro houve interrupção do contrato de trabalho, na forma do art. 60, caput e § 3º, da Lei nº 8.213/91:

*“O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (...) § 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.”*

Já para Bruno houve suspensão do contrato de trabalho, pois pediu licença não remunerada, sem percepção de salários ou contagem de tempo de serviço. Logo, como o empregado não trabalhou, não houve contagem de tempo de serviço nem pagamento de salários, o contrato ficou suspenso.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 62. Ana foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica na Procuradoria-Geral do Estado do Acre, cargo este de livre nomeação e exoneração (ad nutum). Após seis meses de exercício, Ana comunicou formalmente à chefia imediata que se encontrava grávida. No mês seguinte, em razão de uma reestruturação administrativa, a Administração Pública Estadual editou um decreto exonerando Ana de suas funções. Ana, então, buscou o Poder Judiciário pleiteando a sua reintegração ou a indenização substitutiva correspondente ao período de estabilidade provisória. Com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e nas disposições constitucionais, assinale a afirmativa correta.**

**a) Ana não possui direito a qualquer estabilidade ou indenização, pois o cargo em comissão é precário e permite a dispensa a qualquer tempo, sem motivação ou ônus.**

**b) A servidora gestante, mesmo ocupante de cargo em comissão de livre exoneração, tem direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.**

**c) O direito à estabilidade provisória da gestante aplica-se exclusivamente às trabalhadoras regidas pela CLT, não alcançando servidoras sob regime administrativo.**

**d) Ana faz jus apenas ao pagamento proporcional de férias e décimo terceiro salário, sendo vedada a indenização pelo período de estabilidade em cargos de confiança.**

**e) A Administração pode exonerar a servidora gestante desde que comprove que a exoneração se deu exclusivamente por conveniência administrativa, e não em razão da gravidez.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estabilidade no Emprego.

A alternativa A está incorreta. Ana tem sim direito à estabilidade, vide comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Ana tem direito à licença maternidade e à estabilidade, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão. Foi o que decidiu o STF no Tema 542 de Repercussão geral. Vejamos:

*“Tema 542: A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.”*

A alternativa C está incorreta. O direito à estabilidade provisória da gestante se aplica independentemente do regime jurídico, vide comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Ana faz jus à estabilidade provisória e, conseqüentemente, às indenizações respectivas, vide comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Ana tem direito à estabilidade, não podendo ser exonerada, vide comentário da alternativa B.

**QUESTÃO 63. Um servidor público ocupante de cargo técnico em uma autarquia estadual sofreu assédio moral continuado por parte de seu superior hierárquico, resultando em um quadro depressivo severo. Em sede de reclamação trabalhista (visto que o regime é celetista), o autor pleiteou indenização por danos extrapatrimoniais. Ao proferir a sentença, o Magistrado reconheceu a gravidade da ofensa como sendo de natureza gravíssima, mas sentiu-se limitado pelo teto previsto no Art. 223-G, § 1º, inciso IV, da CLT, que fixa o limite máximo da indenização em 50 (cinquenta) vezes o último salário contratual do ofendido. O valor resultante, segundo o Juiz, seria insuficiente para reparar integralmente o dano sofrido diante das particularidades do caso. Sobre os parâmetros de tarifação previstos na CLT, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das ADIs 6050, 6069 e 6082, assinale a afirmativa correta.**

**a) São de observância obrigatória e vinculante, não podendo o magistrado fixar valor superior aos tetos ali estabelecidos, sob pena de nulidade da decisão.**

**b) Foram declarados integralmente inconstitucionais pelo STF, devendo o Magistrado aplicar exclusivamente os critérios do Código Civil (Art. 944).**

**c) Devem ser observados pelo julgador apenas como critérios orientativos, sendo constitucional o arbitramento de valores superiores aos limites da CLT quando as circunstâncias do caso concreto exigirem.**

**d) Aplicam-se apenas às empresas privadas, sendo vedada a utilização de qualquer tabelamento de danos morais quando o réu for a Fazenda Pública.**

**e) Impedem que o espólio ou os herdeiros do trabalhador venham a pleitear indenização em ricochete (dano moral indireto).**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Dano Moral em Direito do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. São orientativos, e não vinculantes, vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A declaração de inconstitucionalidade foi parcial, vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. É exatamente essa a inteligência da decisão do STF. O Supremo julgou parcialmente procedentes as ADIs 6.050, 6.069 e 6.082 para conferir interpretação conforme a Constituição e estabelecer o seguinte:

*“(i) as redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, ambos da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete (dano reflexo) no âmbito das relações de trabalho, a ser apreciado nos termos da legislação civil; e (ii) os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial previstos no art. 223-G, caput e § 1º, da CLT, deverão ser observados pelo julgador como orientativos de fundamentação da decisão judicial, sendo constitucional, porém, o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos dispostos nos incisos I a IV do § 1º do art. 223-G, quando consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade.” (STF. Plenário. ADI 6.050/DF, ADI 6.069/DF e ADI 6.082/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgados em 26/06/2023).*

A alternativa D está incorreta. O STF não fez tal diferenciação, vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. O STF decidiu que as redações conferidas aos art. 223-A e 223-B da CLT não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete (dano reflexo) no âmbito das relações de trabalho, vide comentário da alternativa C.

**QUESTÃO 64. A Empresa de Processamento de Dados do Estado do Acre (EPDAC), empresa pública estadual que atua em regime de livre concorrência no mercado de soluções tecnológicas, decidiu rescindir o contrato de trabalho de um de seus analistas de sistemas, admitido há dez anos mediante aprovação em concurso público. O ato de dispensa foi formalizado por escrito, comunicando a rescisão sem justa causa, porém não apresentou qualquer motivação fática ou jurídica para a decisão, fundamentando-se na premissa de que, por explorar atividade econômica em regime concorrencial, a estatal submete-se integralmente ao regime jurídico das empresas privadas (Art. 173, §1º, inciso II, da CF/88), gozando de ampla liberdade para gerir seu quadro funcional. O empregado ajuizou ação trabalhista pleiteando a nulidade da dispensa e sua reintegração, alegando a necessidade de motivação do ato e a prévia instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Diante do caso hipotético e considerando a tese jurídica fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.022 da Repercussão Geral, assinale a afirmativa correta.**

**a) A dispensa é válida, pois as empresas públicas que exploram atividade econômica não estão sujeitas ao dever de motivar a demissão de seus empregados, sob pena de violação ao princípio da livre iniciativa e da paridade com o setor privado.**

b) A dispensa é nula por ausência de motivação, uma vez que as estatais, independentemente do regime (prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica), têm o dever de motivar o ato de demissão com fundamento razoável, embora não se exija a instauração de processo administrativo.

c) A EPDAC agiu corretamente ao não motivar o ato, pois a exigência de motivação aplica-se exclusivamente às empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos em regime de monopólio.

d) O ato de dispensa é nulo por vício formal insanável, pois a demissão de empregado público concursado exige obrigatoriamente a observância do rito do processo administrativo disciplinar, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

e) A motivação da dispensa só seria obrigatória caso o empregado detivesse a estabilidade especial prevista no Art. 41 da Constituição Federal, o que não ocorre com empregados de empresas públicas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Término do Contrato de Trabalho.

A alternativa A está incorreta. A dispensa é inválida por ausência de motivação, pois as estatais, independentemente do regime, têm o dever de motivar o ato de demissão com fundamento razoável. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. De acordo com o que decidiu o STF no Tema 1022 de Repercussão Geral:

*“Tema 1022: As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.”*

A alternativa C está incorreta. A EPDAC não agiu corretamente. As estatais, independentemente do regime, têm o dever de motivar o ato de demissão com fundamento razoável. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Não se exige processo administrativo, basta a motivação formal. Vide comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. As estatais, independentemente do regime, têm o dever de motivar o ato de demissão com fundamento razoável. Vide comentário da alternativa B.

**QUESTÃO 65.** Em virtude do atraso no pagamento de gratificações previstas em lei, os médicos empregados públicos de uma Fundação Pública Estadual do Acre, regida pela CLT, decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado. A paralisação atingiu o atendimento de urgência e emergência, apesar de o sindicato ter sido notificado para manter o contingente mínimo de 30% das atividades. Diante da situação, o Governador do Estado determinou o desconto imediato dos dias de paralisação na folha de pagamento de todos os aderentes ao movimento. O sindicato impetrou Mandado de Segurança, alegando que o desconto é ilegal enquanto não houver decisão judicial transitada em julgado declarando a

abusividade da greve, e sustentando que a paralisação foi motivada por conduta ilícita do próprio Estado (atraso nas verbas). Sobre a legalidade do desconto, com base na tese fixada pelo STF no Tema 531 da Repercussão Geral, assinale a afirmativa correta.

a) O desconto é vedado em qualquer hipótese antes da declaração judicial de abusividade do movimento paredista, sob pena de violação ao direito de greve.

b) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação, pois a greve suspende o vínculo funcional, sendo o pagamento de salários sem contraprestação de trabalho configurador de dano ao erário e enriquecimento sem causa.

c) O desconto dos dias parados é facultativo e discricionário do Chefe do Executivo, não podendo ser objeto de controle judicial quanto ao mérito da conveniência administrativa.

d) O desconto é obrigatório e não admite exceções, mesmo que o movimento grevista tenha sido provocado por atraso de salários ou descumprimento culposo de obrigações pelo Poder Público.

e) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação, em virtude da suspensão do vínculo funcional, mas o desconto será incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Greve.

A alternativa A está incorreta. O desconto deve, por regra, ocorrer. Este somente é vedado se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. Vide comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. É possível o pagamento de salários se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. Vide comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. O desconto é um dever, e não uma faculdade do Chefe do Executivo. Vide comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. O desconto admite, sim, exceção, qual seja, se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. Vide comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. É exatamente o que decidiu o STF no Tema 531 de Repercussão Geral:

*“Tema 531: A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.”*

**QUESTÃO 66.** Um electricista, empregado público de uma sociedade de economia mista do Estado do Acre exploradora de energia elétrica, sofreu grave acidente enquanto realizava a manutenção de uma rede de alta tensão, atividade que desempenhava habitualmente. O inquérito interno e a perícia técnica demonstraram que o acidente ocorreu por uma falha súbita e imprevisível em um isolador, não tendo sido constatada qualquer negligência, imprudência ou imperícia da estatal na manutenção preventiva dos equipamentos ou no fornecimento de EPIs. O empregado ajuizou ação indenizatória na Justiça do Trabalho. A defesa da estatal sustentou a inexistência do dever de indenizar pela ausência de culpa (responsabilidade subjetiva), conforme prevê o Art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88. Diante do cenário exposto e da tese fixada pelo STF no Tema 932 da Repercussão Geral, assinale a opção que apresenta a solução jurídica correta.

a) A estatal não deve indenizar, pois o Art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88 exige a prova de dolo ou culpa do empregador para a condenação em acidentes de trabalho, prevalecendo a norma constitucional sobre o Código Civil.

b) A responsabilidade é subjetiva, mas opera-se a inversão do ônus da prova em favor do empregado público, cabendo à estatal demonstrar a culpa exclusiva da vítima para se eximir.

c) A responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho, quando a atividade desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, é constitucional.

d) A responsabilidade objetiva só é admitida se houver previsão expressa em lei estadual específica que regulamente a atividade de risco no âmbito do Estado do Acre.

e) A teoria do risco-proveito impede a responsabilização da estatal no caso, uma vez que o acidente decorreu de caso fortuito interno (falha do isolador), rompendo o nexo de causalidade.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Acidente de Trabalho.

A alternativa A está incorreta. A responsabilização é objetiva; logo, não exige a prova de dolo ou culpa do empregador para a condenação. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A responsabilização é objetiva, vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. De fato, pelos danos decorrentes de acidentes de trabalho, quando a atividade desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, a responsabilização do empregador será objetiva. Foi o que decidiu o STF no Tema 932 de Repercussão Geral. Vejamos:

*“Tema 932: O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil é compatível com o artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal, sendo constitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade.”*

A alternativa D está incorreta. A responsabilização é objetiva independentemente de previsão em leis estadual. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Não houve rompimento do nexo de causalidade, e a responsabilização do empregador é objetiva. Vide comentário da alternativa C.

**QUESTÃO 67. A ACREPREVIDÊNCIA, autarquia estadual incumbida da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e dotada de personalidade jurídica de direito público, figurou no polo passivo de uma reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado público de conselho profissional. Após a instrução processual, o juízo da Vara do Trabalho de Rio Branco proferiu sentença de parcial procedência, condenando a referida autarquia ao pagamento de diferenças salariais acumuladas. A sentença foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DEJT) em uma sexta-feira. Diante da necessidade de impugnar a decisão que contrariou os interesses do erário estadual, o Procurador do Estado do Acre, no exercício da representação judicial da autarquia, deve observar as normas que regem as prerrogativas processuais dos entes públicos. À luz do ordenamento jurídico vigente e da jurisprudência consolidada, assinale a opção que indica corretamente o prazo e o termo inicial para a interposição de Recurso Ordinário pela ACREPREVIDÊNCIA.**

a) O prazo para recorrer é de 8 (oito) dias úteis, com termo inicial no primeiro dia útil seguinte à publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico, nos termos da regra geral da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

b) O prazo para recorrer é de 16 (dezesesseis) dias úteis, devendo o termo inicial ser contado a partir da intimação pessoal do representante da autarquia, operada mediante remessa dos autos ou meio eletrônico equivalente.

c) O prazo para recorrer é de 15 (quinze) dias úteis, por força da aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil (CPC), independentemente da forma de intimação utilizada pelo juízo.

d) O prazo para recorrer é de 16 (dezesesseis) dias corridos, considerando que os privilégios da Fazenda Pública em juízo não afastam a regra da celeridade processual trabalhista que veda a contagem em dias úteis para entes autárquicos.

e) O prazo para recorrer é de 32 (trinta e dois) dias úteis, em observância ao princípio do quádruplo do prazo para recorrer assegurado às autarquias estaduais que não exploram atividade econômica, nos termos do Decreto-Lei nº 779/1969.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Recursos em Processo do Trabalho.

A alternativa B está correta. A CLT fixa, em seu artigo 895, inciso I, o prazo de 8 dias para a interposição de Recurso Ordinário, e o artigo 775 determine a contagem em dias úteis, sendo o prazo recursal da fazenda pública dobrado, conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto-Lei nº 779/1969. O prazo para recurso da Fazenda Pública totaliza, portanto, 16 dias úteis. Vejamos os dispositivos mencionados:

*“CLT, Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.”*

*“CLT, Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias;”*

*“Decreto-Lei nº 779/1969, Art. 1º. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;”*

Quanto ao termo inicial, a contagem para a Advocacia Pública não se inicia com a mera disponibilização da decisão no DEJT. O artigo 183, § 1º, do CPC, de aplicação subsidiária e integrativa ao processo do trabalho, estabelece que a intimação dos membros da Advocacia Pública deve ser realizada pessoalmente. Vejamos:

*“CPC, Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.”*

Assim, o prazo para recorrer é de 16 (dezesesseis) dias úteis, devendo o termo inicial ser contado a partir da intimação pessoal do representante da autarquia, operada mediante remessa dos autos ou meio eletrônico equivalente.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois trazem a contagem do prazo de forma incorreta.

**QUESTÃO 68. O Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre (SANEACRE), autarquia estadual criada para a prestação de serviços de saneamento básico, foi demandado em Juízo por um ex-prestador de serviços que alegava o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com o ente público. O valor atribuído à causa foi de 20 (vinte) salários mínimos, montante este que, em tese, autorizaria a tramitação do feito sob o procedimento sumaríssimo, dada a observância do teto de 40 salários mínimos estabelecido pela legislação trabalhista. Ao receber a contrafé, o Procurador do Estado do Acre constatou que o Juízo da Vara do Trabalho designou audiência única de instrução e julgamento para data próxima, sob o rito célere. Com base no regime jurídico processual aplicável à Fazenda Pública em Juízo, assinale a opção que descreve a medida processual e o fundamento jurídico corretos a serem adotados pela defesa.**

**a) Deve-se requerer a manutenção do rito sumaríssimo, uma vez que a celeridade processual é princípio norteador que beneficia inclusive a Administração Pública, não havendo proibição legal de submissão de autarquias a este procedimento quando o valor da causa é reduzido.**

**b) Deve-se arguir a incompetência absoluta do Juízo trabalhista para processar feitos sob o rito sumaríssimo contra entes públicos, o que acarreta a nulidade de todos os atos praticados e a extinção do processo sem resolução de mérito.**

c) Deve-se postular a conversão do rito sumaríssimo para o rito ordinário, com fundamento no Art. 852-A, parágrafo único, da CLT, que expressamente exclui as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do procedimento sumaríssimo.

d) Deve-se aceitar a tramitação sob o rito sumaríssimo, mas exigir que o Juízo conceda prazo em quádruplo para a apresentação de contestação em audiência, de modo a compatibilizar a celeridade do rito com as prerrogativas do ente público.

e) Deve-se interpor Agravo de Instrumento imediato contra a decisão que fixou o rito, alegando cerceamento de defesa, uma vez que o rito sumaríssimo impede a produção de prova pericial complexa indispensável para a Fazenda Pública.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Procedimentos em Processo do Trabalho, mais precisamente sobre o Rito Sumaríssimo.

A alternativa A está incorreta. O rito sumaríssimo deve ser convertido em rito ordinário, pois uma das partes é a Administração Pública autárquica, o que impede aplicação do rito sumaríssimo. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Não se fala em incompetência absoluta. O que irá ocorrer é o que o rito sumaríssimo deve ser convertido em rito ordinário, pois uma das partes é a Administração Pública autárquica, o que impede aplicação do rito sumaríssimo. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. De fato, deverá haver a conversão do rito sumaríssimo em rito ordinário, pois o artigo 852-A, parágrafo único, da CLT veda a submissão da Administração Pública direta, autárquica e fundacional ao procedimento sumaríssimo. Vejamos:

*“Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.”*

A alternativa D está incorreta. O rito sumaríssimo deve ser convertido em rito ordinário, pois uma das partes é a Administração Pública autárquica, o que impede aplicação do rito sumaríssimo. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. O rito sumaríssimo não impede a produção de prova pericial. De acordo com o artigo 852-H, § 4º, da CLT:

*“Art. 852-H. (...) § 4º Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.”*

**QUESTÃO 69.** Um grupo de empregados públicos de uma Autarquia do Estado do Acre, lotados em unidades de saúde de difícil acesso, ajuizou reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho pleiteando a condenação do ente público ao pagamento imediato de adicional de periculosidade, com reflexos retroativos aos últimos cinco anos. Na peça exordial, os autores requereram a concessão de tutela de urgência antecipada, alegando o risco de dano irreparável à subsistência de suas famílias e a natureza alimentar da verba. O Juízo trabalhista, fundamentando-se na evidência do direito e no perigo da demora, deferiu a liminar para determinar que a Autarquia estadual incluísse, em folha de pagamento do mês subsequente, o referido adicional sob pena de multa diária. O Procurador do Estado do Acre, ao analisar a viabilidade de suspensão da decisão, deve considerar as vedações legais à concessão de tutelas satisfativas contra o Poder Público. À luz da Lei nº 9.494/97, da Lei nº 8.437/92 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

a) A decisão liminar é válida e deve ser cumprida imediatamente, uma vez que as vedações à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública não se aplicam à Justiça do Trabalho, prevalecendo os princípios da proteção ao trabalhador e da dignidade da pessoa humana.

b) O magistrado agiu corretamente, pois a vedação de concessão de liminar que esgote o objeto da ação aplica-se apenas a ações civis públicas, não alcançando as reclamações individuais propostas por servidores públicos para a percepção de vantagens pecuniárias.

c) A concessão da tutela antecipada é juridicamente inválida, pois o Art. 2º-B da Lei nº 9.494/97 veda a execução provisória de decisões que impliquem concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos, o que inclui a inclusão imediata de adicionais em folha de pagamento.

d) O Estado deve impetrar Mandado de Segurança diretamente no STF, com pedido de efeito suspensivo, para questionar as decisões interlocutórias trabalhistas que versem sobre tutela provisória.

e) A decisão liminar é nula por incompetência absoluta do juízo trabalhista para apreciar pedidos de antecipação de tutela contra Autarquia estadual, devendo o feito ser remetido à Justiça Comum para a análise dos requisitos do *fumus boni iuris*.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Mandado de Segurança em Processo do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. As restrições e vedações de concessão de medidas liminares e tutelas de urgência que impliquem aumento de despesas ou inclusão em folha de pagamento de servidores e empregados públicos aplicam-se à Justiça do Trabalho.

A alternativa B está incorreta. A vedação contida no artigo 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/1992, aplicável às tutelas provisórias por força do artigo 1º da Lei nº 9.494/1997, impede a concessão de liminares que esgotem, no todo ou em parte, o objeto da ação em face do Poder Público, aplicando-se tanto a ações coletivas quanto a demandas individuais. Vejamos os dispositivos para melhor compreensão:

*“Lei 8.437/92, Art. 1º. (...) § 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.”*

*“Lei 9.494/97, Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.”*

A alternativa C está correta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 2º-B da Lei nº 9.494/97. Observa-se que essa norma visa evitar impacto financeiro irreversível ao erário, tendo sido declarada constitucional pelo STF no julgamento da ADC 4, inclusive. Vejamos:

*“Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.”*

A alternativa D está incorreta. Não há que se falar em Mandado de Segurança diretamente no STF. De acordo com a Súmula 624 do STF:

*“Súmula 624: Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.”*

Nesse sentido, os Tribunais Regionais do Trabalho é que são competentes para analisar o Mandado de Segurança contra decisão de juiz do trabalho, na forma do art. 114, IV, da CF/88:

*“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;”*

A alternativa E está incorreta. Não há incompetência. São empregados públicos pleiteando parcela de natureza trabalhista. O pedido de tutela antecipada pode ser apreciado na justiça do trabalho. De acordo com o art. 114, I, da CF/88:

*“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;”*

**QUESTÃO 70. A Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE-AC), no exercício do controle de legalidade dos precatórios expedidos, detectou a ocorrência de erro material crasso na planilha de cálculos que fundamentou a sentença líquida proferida em desfavor do Estado em um processo coletivo. O equívoco resultou na inclusão indevida de juros compostos sobre verbas indenizatórias, elevando o montante da condenação em mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Verificou-se que a decisão transitou em julgado há exatos 18 (dezoito) meses. Diante da impossibilidade de correção via embargos à execução ou simples petição, o Procurador do Estado decidiu pelo ajuizamento de Ação Rescisória perante o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Ao protocolizar a inicial, a defesa deixou de recolher o depósito de 20% sobre o valor da causa. Com base nas disposições da CLT, do Código de Processo Civil (CPC) e da jurisprudência consolidada, assinale a opção que descreve corretamente os requisitos e prerrogativas aplicáveis ao caso.**

a) O relator deve determinar a imediata emenda à petição inicial para que o Estado comprove o recolhimento do depósito prévio de 20%, sob pena de indeferimento, uma vez que a isenção de custas da Fazenda Pública não alcança o depósito de natureza processual-punitiva previsto no Art. 836 da CLT.

b) A ação é juridicamente viável e a PGE-AC está dispensada de efetuar o depósito prévio de 20%, nos termos do Art. 836, caput, da CLT, que estende à Fazenda Pública as prerrogativas de isenção aplicáveis ao Ministério Público, independentemente do valor da causa.

c) O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória por parte da Fazenda Pública é de 5 (cinco) anos, em observância ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e à indisponibilidade do erário estadual.

d) A dispensa do depósito prévio é restrita à União Federal, devendo os Estados-membros e Municípios garantir o juízo para a admissibilidade da ação rescisória trabalhista, por força do princípio da isonomia processual mitigada.

e) A Ação Rescisória é incabível contra sentença líquida transitada em julgado na Justiça do Trabalho, devendo o Estado questionar o erro material exclusivamente perante o Supremo Tribunal Federal, via Reclamação Constitucional, por ofensa ao regime de precatórios.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação Rescisória em Processo do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. A Fazenda Pública é dispensada do depósito prévio de 20% na ação rescisória, nos termos do art. 968, inciso II e §1º, do CPC, a seguir:

*“Art. 968. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319, devendo o autor: (...) II - depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente. § 1º Não se aplica o disposto no inciso II à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos que tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça.”*

A título de esclarecimento, o art. 836 da CLT afirma expressamente que se aplica o disposto no CPC sobre ação rescisória, vejamos:

*“CLT, Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.”*

A alternativa B está correta. A rescisória é viável, pois baseada no art. 966, V, do CPC, segundo o qual a rescisória é cabível quando a decisão transitada em julgado viola manifestamente norma jurídica (vedação aos juros compostos). Além disso, a Fazenda Pública é dispensada do depósito prévio de 20% na ação rescisória, nos termos do art. 968, §1º, do CPC, já transcrito no comentário da alternativa A. Vejamos:

*“CPC, Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: V - violar manifestamente norma jurídica;”.*

A alternativa C está incorreta. O prazo decadencial para o ajuizamento de ação rescisória é de 2 anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, conforme artigo 975 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho. Vejamos:

*“CPC, Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.”*

A alternativa D está incorreta. O termo "Fazenda Pública" empregado no artigo 836, caput, da CLT (já transcrito no comentário da alternativa B) abrange todas as pessoas jurídicas de direito público interno de todas as esferas da federação, o que inclui a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como suas respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica.

A alternativa E está incorreta. A rescisória é viável, conforme já explicado no comentário da alternativa B.

**Questão 71 - A Organização Religiosa ABC resolveu doar, para entidade religiosa coirmã no continente africano, uma embarcação de sua propriedade, a fim de auxiliar na realização de deslocamento de ministros religiosos para cumprimento de atividades religiosas em país africano. Em razão disso, requereu junto à Secretaria Estadual de Fazenda do Estado Alfa, onde estava sediada, o reconhecimento de imunidade tributária sobre a doação a ser feita, entregando comprovação da regular constituição da entidade religiosa no exterior, da destinação que seria dada à embarcação e que, segundo a lei estrangeira, tal entidade também não paga impostos. O Fisco estadual negou tal pedido, indicando que o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) deveria ser recolhido. Diante desse cenário, o Fisco estadual está**

**a) correto, pois é obrigatório às organizações religiosas, como condição para fruição da imunidade tributária, aplicarem integralmente, no Brasil, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.**

**b) correto, pois tal operação é considerada distribuição indevida de parcela de seu patrimônio a um terceiro beneficiário, o que impede a fruição da imunidade tributária.**

**c) correto, pois somente a doação feita por organização religiosa, como pessoa jurídica imune, a uma pessoa física no exterior seria imune de tributação.**

**d) equivocado, pois o fato de a doação ser feita a uma organização religiosa estrangeira congênere, para fins igualmente religiosos, não afasta a imunidade tributária de impostos prevista na Constituição Federal.**

**e) equivocado, pois, embora não se trate de hipótese de aplicação de imunidade tributária constitucional, o Código Tributário Nacional expressamente prevê a existência de isenção tributária para este tipo de doação com finalidade religiosa.**

**Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão tratou da imunidade tributária de templos de qualquer culto em relação aos impostos, especificamente quanto à incidência do ITCMD sobre a transmissão de bens por doação, nos termos do art. 150, VI, “b”, e § 4º, da Constituição da República.

A alternativa A está incorreta, pois a exigência de aplicação integral dos recursos no país para a manutenção dos objetivos institucionais é condição restrita às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, conforme o art. 14, II, do CTN. Tal restrição não alcança a imunidade de templos de qualquer culto quando o bem está vinculado às suas finalidades essenciais, ainda que em cooperação internacional:

*“Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nêle referidas: (...) II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;”*

A alternativa B está incorreta, pois a destinação de embarcação para entidade coirmã no exterior, com o fito de viabilizar o deslocamento de ministros para atividades religiosas, não caracteriza distribuição indevida de patrimônio, mas sim o cumprimento das finalidades essenciais da entidade doadora.

A alternativa C está incorreta, pois a imunidade tributária protege o patrimônio das entidades religiosas vinculado às suas finalidades essenciais, não havendo diferenciação jurídica que privilegie a doação para pessoas físicas em detrimento de pessoas jurídicas congêneres sediadas no exterior.

A alternativa D está correta, pois a doação direcionada a organização religiosa estrangeira coirmã, visando viabilizar o múnus religioso, preserva o vínculo com as finalidades essenciais da entidade doadora, atraindo a imunidade de impostos prevista na Constituição da República:

*“CF, art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) VI - instituir impostos sobre: (...) b) templos de qualquer culto; (...) § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”*

A alternativa E está incorreta, pois o equívoco do Fisco reside no descumprimento de norma de imunidade tributária, de natureza constitucional, e não de mera isenção legal prevista no Código Tributário Nacional.

**Questão 72 - Em 10/01/2016, ocorreu fato gerador do ICMS no Estado Alfa referente ao contribuinte 123 Ltda. O contribuinte apurou o valor devido de R\$ 200.000,00, mas, por erro de seu setor contábil, entregou, em 31/01/2016, declaração de apenas R\$ 105.000,00, pagando integralmente o valor declarado de R\$ 105.000,00 no mesmo dia. O saldo de R\$ 95.000,00 não foi declarado nem pago. Em 01/03/2021, o Fisco efetuou o lançamento de ofício do saldo de R\$ 95.000,00, com os devidos acréscimos legais, notificando o contribuinte em 10/05/2021 para, dentro do prazo de 30 dias, pagar ou impugnar o lançamento. O contribuinte ficou-se inerte. Em 05/05/2026, o débito tributário foi inscrito em Dívida Ativa, tendo a ação de execução fiscal sido proposta em 15/06/2026. Diante desse cenário e considerando o previsto no Código Tributário Nacional tal como interpretado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.**

**a) A inscrição em dívida ativa interrompe o prazo prescricional, razão pela qual a dívida poderia ser judicialmente exigível até maio de 2031.**

**b) A possibilidade de constituição do crédito tributário referente ao saldo de R\$ 95.000,00 com acréscimos já havia sido alcançada pela decadência.**

**c) A execução fiscal foi proposta dentro do prazo prescricional, uma vez que a inscrição em dívida ativa teve o condão de suspender o curso da prescrição.**

**d) Embora não tenha ocorrido decadência quanto ao saldo de R\$ 95.000,00 com acréscimos, tal crédito tributário não era mais devido por ter sido alcançado pela prescrição, não devendo ser pago pelo contribuinte.**

**e) O crédito tributário devidamente lançado referente ao saldo de R\$ 95.000,00 com acréscimos, mesmo que alcançado pela prescrição, caso pago pelo devedor, não poderia ser objeto de repetição do indébito tributário.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata dos institutos da decadência e da prescrição no Direito Tributário, especificamente aplicados aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação em que houve pagamento parcial, nos termos dos arts. 173, I, e 174 do Código Tributário Nacional, bem como da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta. A inscrição em dívida ativa não interrompe o prazo prescricional da ação de cobrança do crédito tributário. De acordo com o art. 174, parágrafo único, do CTN, as causas de interrupção da prescrição são taxativas, destacando-se o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

*“CTN, Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.*

*Parágrafo único. A prescrição se interrompe:*

*I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;*

*II - pelo protesto judicial ou extrajudicial;*

*III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;*

*IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.”*

A alternativa B está incorreta. Não ocorreu a decadência quanto ao saldo de R\$ 95.000,00. Segundo o entendimento firmado pelo STJ, quando o contribuinte declara a menor o tributo sujeito a lançamento por homologação e omite dolosa ou culposamente parte da obrigação (não declarada e não paga), o prazo decadencial para o Fisco lançar de ofício a diferença rege-se pela regra geral do art. 173, I, do CTN (primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado). No caso, o prazo decadencial iniciou-se em 01/01/2017 e findaria em 31/12/2021, logo, o lançamento efetuado em 01/03/2021 foi tempestivo.

*“CTN, art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;”*

*“Súmula nº 555 do STJ: Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.”*

A alternativa c está incorreta. A inscrição em dívida ativa prevista na Lei de Execução Fiscal (suspensão por 180 dias) não se aplica às execuções de natureza tributária, cuja prescrição é matéria reservada à lei complementar. A contagem do prazo prescricional não foi suspensa e correu ininterruptamente a partir da constituição definitiva do crédito.

A alternativa D está correta. Embora o lançamento tenha sido realizado dentro do prazo decadencial, o crédito tributário foi extinto pela ocorrência da prescrição. A constituição definitiva do crédito tributário ocorreu após o transcurso do prazo de 30 dias da notificação sem impugnação (em junho de 2021). A partir desse momento, a Fazenda Pública dispunha de 5 anos para ajuizar a ação de execução fiscal, nos termos do art. 174 do CTN. Como a ação só foi proposta em 15/06/2026 (passados mais de 5 anos), operou-se a prescrição, restando inviável a cobrança do débito.

*“CTN, art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”*

*“Súmula nº 622 do STJ: A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.”*

A alternativa e está incorreta. Diferentemente do Direito Civil, no Direito Tributário a prescrição não encobre apenas a pretensão executória, mas extingue o próprio crédito tributário, conforme o art. 156, V, do CTN. Desse modo, o pagamento de um tributo prescrito configura pagamento indevido de obrigação já extinta, gerando para o contribuinte o direito à repetição do indébito tributário.

*“CTN, Art. 156. Extinguem o crédito tributário:*

*(...)*

*V - a prescrição e a decadência;”*

**Questão 73 - O Estado Alfa, por meio de sua Procuradoria Estadual, propôs execução fiscal para cobrança de débitos de certa taxa estadual inscritos em dívida ativa contra a sociedade empresária 100% Ltda. Contudo, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) presente na ação de execução fiscal veiculou, por erro material, um fundamento legal referente a ICMS, ainda que a CDA contivesse corretamente a origem e a natureza da dívida (taxa estadual) e contemplasse, de modo individualizado e seguro, os exercícios e valores de cada tributo e o quantum executado. Identificado o erro material, antes mesmo da sentença nos embargos**

à execução, requereu a Procuradoria que fosse substituída a CDA, por existência de mero erro material de equívoco na fundamentação legal. Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, tal CDA, por mero erro material de equívoco na fundamentação legal,

a) pode ser substituída até antes da prolação da sentença em embargos à execução.

b) pode ser substituída a qualquer tempo nas vias ordinárias, isto é, em Juízo de 1ª ou de 2ª instância.

c) não pode ser substituída, pois apresenta deficiência no ato de inscrição de dívida e/ou do lançamento que lhe deu origem.

d) não pode ser substituída, salvo se comprovada má-fé do agente público responsável pela inscrição em dívida ativa.

e) pode ser substituída até antes da prolação da sentença, desde que a nova CDA seja emitida com anuência do Procurador-Geral do Estado.

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra C. A questão tratou da possibilidade de substituição da Certidão de Dívida Ativa (CDA) no âmbito da execução fiscal, especificamente quanto à alteração do fundamento legal do crédito tributário. A matéria é regida pelo art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/1980 e possui entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema Repetitivo nº 1350 e na Súmula nº 392.

A alternativa A está incorreta, pois a substituição da CDA para corrigir o fundamento legal do débito não se confunde com a correção de erros meramente materiais ou formais. Ao alterar a base normativa (de ICMS para taxa estadual), o Fisco modifica a própria causa de pedir e a natureza do lançamento, o que é vedado pela jurisprudência pacífica, uma vez que compromete a defesa do executado.

A alternativa B está incorreta, pois a faculdade de emendar ou substituir a CDA encontra limite preclusivo na prolação da sentença de primeira instância, nos termos do art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/1980:

*“Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos”.*

A alternativa C está correta, pois o STJ, no julgamento do Tema nº 1350, assentou que não cabe a substituição do título executivo para alteração do fundamento legal. A Súmula nº 392 do STJ já previa a possibilidade de substituição apenas para erros materiais ou formais, vedando a modificação do sujeito passivo, entendimento que foi ampliado pelo Tema nº 1350 para abranger o fundamento jurídico:

*“Não é possível à Fazenda Pública, ainda que antes da prolação da sentença de embargos, substituir ou emendar a Certidão de Dívida Ativa (CDA) para incluir, complementar ou modificar o fundamento legal do crédito tributário”.*

A alternativa D está incorreta, pois a vedação à substituição da CDA para alteração do fundamento legal possui natureza objetiva, visando preservar a estabilidade do título e o contraditório. Assim, a intenção (boa-

fé ou má-fé) do agente público responsável pela inscrição é irrelevante para a configuração do vício insanável detectado.

A alternativa E está incorreta, pois o óbice à modificação do fundamento legal do crédito na CDA decorre de limitações processuais e materiais intransponíveis. Tal vedação não se submete à discricionariedade ou anuência da chefia da Procuradoria-Geral do Estado, tratando-se de imperativo do devido processo legal para assegurar a higidez da execução fiscal.

**Questão 74 - A Lei Complementar nº XXX, de 5 de junho de 2023, do Estado Alfa, trata do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), prevendo, em seu Art. 4º, que o ITCMD é devido ao Estado Alfa relativamente à transmissão gratuita de bens imóveis quando situados no exterior e o domicílio do de cujus ou do doador for o Estado Alfa. Luís, domiciliado no Estado Alfa, faleceu em maio de 2026 e deixou em herança para Bernardo, seu filho, domiciliado no Estado Beta, um único imóvel situado em Miami (EUA). Nos termos da Lei Complementar Estadual nº XXX, de 5 de junho de 2023, o Estado Alfa pretende tributar tal transmissão. A respeito da incidência do ITCMD sobre essa transmissão causa mortis, à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.**

**a) Não incide o ITCMD.**

**b) Incide o ITCMD, sendo devido ao Estado Alfa, local de domicílio de João.**

**c) Incide o ITCMD, mas este será devido ao Estado Beta, local de domicílio de Bernardo.**

**d) Incide o ITCMD, mas este será devido nos EUA, local de situação do bem, pelo princípio tributário da reciprocidade internacional.**

**e) Incide o ITCMD, mas o produto da arrecadação será dividido em partes iguais entre o Estado Alfa (local de domicílio de João) e o Estado Beta (local de domicílio de Bernardo).**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra A. A questão trata da competência dos Estados para a instituição do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) nas hipóteses em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior, ou se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior, dependendo a referida cobrança de regulamentação prévia por meio de Lei Complementar federal, nos termos do art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal, e conforme fixado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 825 da Repercussão Geral.

A alternativa A está correta. Não incide o ITCMD sobre a transmissão de bens imóveis situados no exterior enquanto não for editada a lei complementar federal exigida pela Constituição. Os Estados não possuem competência legislativa plena para suprir a ausência dessa lei complementar de caráter nacional, tornando inconstitucionais as leis estaduais que instituíram a cobrança antes da referida norma federal, conforme decidido no Tema 825/STF.

*“CF, art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;*

(...)

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

(...)

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;”

“STF, Tema 825: É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional.”

A alternativa B está incorreta. O ITCMD não incide na hipótese narrada. Embora a lei estadual do Estado Alfa preveja a incidência com base no domicílio do de cujus, tal disposição é inconstitucional por invadir a esfera de competência reservada à lei complementar de âmbito nacional, de modo que o Estado Alfa não pode realizar a cobrança.

A alternativa C está incorreta. A transmissão não é tributada pelo ITCMD no cenário atual devido à ausência da referida lei complementar federal. Ademais, mesmo que existisse tal norma, o critério apontado está equivocado, pois a Constituição Federal sinaliza competência territorial ligada ao domicílio do de cujus ou à situação dos bens, e não ao domicílio do herdeiro (Bernardo).

A alternativa D está incorreta. O ITCMD é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal brasileiro, não fazendo sentido jurídico cogitar a incidência deste imposto estadual "nos EUA" sob pretexto de reciprocidade internacional. Na ausência da lei complementar nacional exigida pelo texto constitucional, a transmissão não se submete ao imposto no Brasil.

A alternativa E está incorreta. O ITCMD não incide na operação, o que afasta de pronto qualquer divisão do produto da arrecadação. Além disso, a repartição de receitas tributárias exige expressa e rígida previsão constitucional, inexistindo no texto da Carta Magna qualquer regra de divisão igualitária do ITCMD entre Estados federados distintos com base nos domicílios do falecido e do herdeiro.

**Questão 75 - Mário é servidor público estadual aposentado, com renda mensal de seis salários mínimos e domiciliado na área rural do Município de Tarauacá (AC). Ele é proprietário de uma caminhonete importada, ano de fabricação 2006, que utiliza exclusivamente para serviços no interior de sua propriedade rural, transportando insumos e produtos agrícolas, sem trafegar em vias públicas. Ao receber a notificação de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2026, Mário se surpreendeu, pois julgava fazer jus a uma isenção. Diante desse cenário, com base na Lei Complementar Estadual nº 483/2024 e suas alterações, assinale a afirmativa correta.**

**a) Mário tem direito à isenção do IPVA, pois sua caminhonete, ano de fabricação 2006, já se enquadra na hipótese legal que beneficia a veículos com vinte ou mais anos de fabricação.**

**b) Mário não tem direito à isenção do IPVA, pois o veículo, fabricado em 2006, só fará jus à isenção no ano de 2027, já que a lei manda contar o prazo de vinte anos a partir do ano subsequente ao de fabricação.**

**c) Mário tem direito à isenção do IPVA, pois sua caminhonete é empregada em serviços agrícolas e transita apenas dentro dos limites de sua propriedade rural.**

**d) Mário não tem direito à isenção, pois sua renda mensal não permite que se enquadre nos requisitos subjetivos exigidos pela lei estadual para fruir a isenção.**

**e) Mário não pode beneficiar-se de nenhuma das hipóteses de isenção previstas na lei estadual, pois a caminhonete não se destina ao transporte de passageiros.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra A. A questão trata das hipóteses de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Estado do Acre, regulamentadas pela Lei Complementar Estadual nº 483/2024, especificamente no tocante ao critério temporal de fabricação do veículo.

A alternativa A está correta. O veículo fabricado no ano de 2006 atinge os requisitos legais para a concessão do benefício no exercício de 2026. A contagem do prazo de vinte anos para a caracterização da isenção inicia-se no ano subsequente ao da fabricação do bem, completando o interstício necessário exatamente no ano de 2026.

*“Lei Complementar Estadual nº 483/2024, Art. 13. São isentos do pagamento do IPVA, inclusive os adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil:*

*(...)*

*VIII - veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos com 20 (vinte) anos de fabricação, contados a partir do ano subsequente;”*

A alternativa B está incorreta. A afirmação posterga incorretamente o direito ao benefício para o ano de 2027. Como o ano de fabricação da caminhonete é 2006, o período computado a partir do ano subsequente (2007) perfaz o total de vinte anos exatamente no exercício de 2026, gerando o direito à isenção imediata.

A alternativa C está incorreta. O fato de o veículo automotor circular exclusivamente dentro dos limites da propriedade rural ou ser empregado na atividade agrícola não confere, de forma isolada, direito à isenção do IPVA na legislação tributária estadual aplicável.

A alternativa D está incorreta. O patamar de renda mensal auferido por Mário não atua como fator impeditivo para o gozo do benefício fiscal em comento. A hipótese de isenção deferida a veículos com vinte ou mais anos de fabricação possui natureza estritamente objetiva, independendo da condição financeira ou de critérios subjetivos do proprietário.

A alternativa E está incorreta. A legislação do IPVA não restringe a isenção decorrente do tempo de fabricação do bem apenas aos automóveis destinados ao transporte de passageiros, englobando de igual modo os veículos de carga ou de uso misto, como a caminhonete objeto do litígio.

**Questão 76 - A Lei Complementar estadual nº 413, de 25 de julho de 2022, dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário (PAT) no Estado do Acre, sendo extremamente relevante para o cotidiano da Administração Tributária estadual. Essa lei prevê também algumas atribuições conferidas à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-AC). Assinale a opção que apresenta corretamente uma dessas atribuições.**

**a) Emitir com exclusividade em seu sítio eletrônico as certidões de regularidade fiscal perante o Estado do Acre.**

**b) Fazer com exclusividade a representação para fins penais quando identificados fatos que configuram, em tese, crime contra a ordem tributária.**

**c) Realizar com exclusividade o credenciamento de sujeitos passivos tributários para atuação no processo administrativo tributário eletrônico.**

**d) Receber com exclusividade os requerimentos de repetição de indébito tributário por parte dos sujeitos passivos tributários interessados ou seus representantes legais.**

**e) Inscrever os débitos tributários, com exclusividade, em dívida ativa, após se tornar definitiva a decisão administrativa contrária aos interesses do sujeito passivo tributário, sem que haja o cumprimento espontâneo da obrigação tributária.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra E. A questão trata das competências funcionais atribuídas à Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE-AC) no âmbito do Processo Administrativo Tributário estadual, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 413/2022.

A alternativa A está incorreta. A emissão de certidões de regularidade fiscal não é uma atribuição exclusiva da Procuradoria-Geral do Estado, competindo concorrente aos órgãos da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ).

*“LC 413/2022, Art. 123. (...)*

*Parágrafo único. A certidão será expedida dentro do prazo de dez dias úteis, contados da data de protocolo do requerimento na repartição, ou será emitida por meio do sítio eletrônico da SEFAZ e/ou da PGE/AC”.*

A alternativa B está incorreta. A representação fiscal para fins penais nos crimes contra a ordem tributária é ato de feitura originária da autoridade fiscal (Auditor da Receita Estadual).

*“LC 413/2022, Art. 122. A representação para fins penais deverá ser feita por auditor da receita estadual sempre que, no exercício de suas atribuições, identificar fatos que configuram, em tese:”*

A alternativa C está incorreta. O credenciamento de sujeitos passivos para a utilização e atuação no âmbito do processo administrativo tributário eletrônico é matéria de gestão e competência tecnológica e funcional da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), e não da Procuradoria-Geral do Estado.

*“LC 413/2022, Art. 18-B. Os atos e peças processuais praticados por meio eletrônico, na SEFAZ, serão subscritos mediante assinatura eletrônica ou digital e, quando realizados pelo sujeito passivo ou seu representante legal, estarão condicionados a prévio credenciamento junto à SEFAZ.”*

A alternativa D está incorreta. Os pedidos e requerimentos de repetição de indébito tributário devem ser inaugurados e processados inicialmente perante a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), órgão que detém a atribuição de analisar a arrecadação e o pagamento indevido de tributos na esfera administrativa.

*“LC 413/2022, Art. 98. A restituição do tributo será feita mediante requerimento do interessado à SEFAZ, que será instruído de acordo com as exigências legais e regulamentares, juntando, em cada caso, as provas necessárias à sua concessão, contendo obrigatoriamente:”*

A alternativa E está correta. A inscrição de créditos tributários em dívida ativa, após o esgotamento da instância administrativa com decisão definitiva desfavorável ao contribuinte e o transcurso do prazo sem o pagamento voluntário, constitui controle de legalidade e atividade típica e privativa da Procuradoria-Geral do Estado.

*“LC 413/2022, Art. 81. Tornada definitiva a decisão e não havendo o cumprimento da exigência, será o débito inscrito em dívida ativa pela PGE na forma e prazos estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 316, de 10 de março de 2016.”*

**Questão 77 - A sociedade empresária Bebidas 123 Ltda. encontra-se em dificuldades financeiras e com vultosa dívida tributária de ICMS já inscrita na dívida ativa do Estado do Acre. A sociedade empresária está prestes a requerer, judicialmente, sua recuperação judicial e foi informada por seus advogados de que poderia também requerer o parcelamento de sua dívida tributária perante o Estado do Acre. Diante desse cenário, e tomando por base a Lei Estadual nº 3.739/2021 para responder à pergunta, assinale a afirmativa correta.**

**a) O limite máximo de parcelas que pode ser concedido pelo Estado do Acre a Bebidas 123 Ltda. é de 120 parcelas.**

**b) Bebidas 123 Ltda. somente poderá firmar tal parcelamento com a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ.**

**c) O parcelamento de tais débitos tributários somente poderá ser concedido a Bebidas 123 Ltda. após apresentação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.**

**d) Tal pedido de parcelamento por Bebidas 123 Ltda. implica confissão irretratável do débito, não implicando renúncia a impugnações ou recursos judiciais que tenham sido propostos.**

**e) Fica a critério da Administração Tributária estadual, após análise de tal requerimento de Bebidas 123 Ltda., determinar em até quantas parcelas o débito poderá ser dividido, observado o número máximo de parcelas fixado em lei.**

**Comentários:**

A alternativa correta é a letra C. A questão trata das regras e condições estabelecidas para a concessão do parcelamento especial de débitos tributários de empresas em recuperação judicial no âmbito do Estado do Acre, disciplinado pela Lei Estadual nº 3.739/2021.

A alternativa A está incorreta. O limite máximo de parcelas aplicável ao parcelamento de créditos tributários de empresas em processo de recuperação judicial, em conformidade com as regras gerais e as diretrizes fixadas pela legislação tributária estadual correlata, possui teto legal de 180 parcelas.

“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 1º Fica o Estado, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a conceder, para as empresas em processo de recuperação judicial, parcelamento de débitos, tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa no limite máximo de cento e oitenta parcelas”.

A alternativa B está incorreta. No caso de débitos tributários que já se encontram inscritos em dívida ativa, a competência e a condução para a celebração e formalização do termo de parcelamento envolvem obrigatoriamente a Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE-AC), e não exclusivamente a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 3º (...) § 1º A reunião dos débitos do sujeito passivo para parcelamento na forma desta lei será feita, separando-se os débitos não inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, dos débitos inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado - PGE.”

A alternativa C está correta. A concessão do parcelamento de créditos tributários sob a modalidade voltada a empresas em crise econômico-financeira pressupõe e exige que a pessoa jurídica requerente já tenha ingressado com o pedido em juízo e obtido o pronunciamento jurisdicional favorável ao processamento da recuperação, devendo o pleito administrativo ser obrigatoriamente instruído com a referida decisão judicial.

“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 2º O parcelamento, na forma estabelecida no art. 1º desta lei, somente poderá ser concedido ao sujeito passivo cujo processamento do pedido de recuperação judicial já tenha sido deferido.”

A alternativa D está incorreta. O pedido de parcelamento de créditos tributários de qualquer natureza produz efeitos vinculantes expressos na legislação, os quais compreendem não apenas a confissão irrevogável e irretratável da dívida, mas também a expressa e obrigatória renúncia a toda e qualquer impugnação, defesa ou recurso administrativo ou judicial que conteste a exação.

“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 12. O pedido de parcelamento de que trata esta lei, implica confissão irretratável do débito e expressa renúncia a qualquer impugnação ou recurso, administrativo ou judicial, bem como desistência do que tenha sido interposto.”

A alternativa E está incorreta. A fixação do número de parcelas para a amortização do passivo fiscal não se submete ao livre arbítrio ou à discricionariedade pura da autoridade fazendária. O desmembramento do montante obedece a critérios rigidamente vinculados previstos na norma legal, tais como o valor mínimo estabelecido para cada prestação e o prazo máximo expressamente autorizado em lei.

“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 5º O débito objeto de parcelamento, na forma disciplinada nesta lei, será consolidado na data de sua concessão e poderá ser pago, a critério do sujeito passivo, em até cento e oitenta parcelas, mensais e sucessivas, observado o valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por parcela, ressalvado o caso de ser a última.”

**Questão 78 - Em execução fiscal promovida pelo Estado Alfa para cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) contra a sociedade empresária Zeta Ltda., verificou-se a existência de crédito decorrente de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em processo distinto, já transitado em julgado, em favor do patrono da parte executada, contra a sociedade empresária Zeta. No curso do concurso de credores da sociedade Zeta, o Juízo determinou a preferência do crédito de honorários advocatícios sobre o crédito tributário estadual. O Estado foi instado a se manifestar sobre a decisão. Considerando esse cenário, a respeito da orientação jurídica mais adequada, assinale a afirmativa correta.**

**a) O crédito tributário deve prevalecer, pois apenas créditos trabalhistas típicos, decorrentes de vínculo empregatício, podem se sobrepor aos créditos fiscais.**

**b) Os honorários advocatícios sucumbenciais possuem natureza acessória e não podem superar o crédito tributário em concurso de credores, independentemente de sua natureza.**

**c) A preferência dos honorários advocatícios somente se aplica quando forem fixados judicialmente, não alcançando honorários contratuais, por ausência de previsão no CTN.**

**d) Os honorários advocatícios, inclusive contratuais, possuem natureza alimentar e equiparam-se aos créditos decorrentes da legislação do trabalho, devendo preferir ao crédito tributário.**

**e) A preferência dos honorários advocatícios sobre o crédito tributário depende de lei complementar específica que os inclua expressamente como créditos trabalhistas, sob pena de violação à reserva de lei complementar.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do privilégio do crédito de honorários advocatícios em face do crédito tributário em concurso de credores, matéria pacificante sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1220 da Repercussão Geral, à luz da equiparação de tais verbas aos créditos decorrentes da legislação do trabalho por força de sua natureza alimentar.

A alternativa A está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal possuem entendimento sumulado e fixado em precedentes obrigatórios no sentido de que os honorários advocatícios, por possuírem natureza alimentar, equiparam-se aos créditos trabalhistas para fins de habilitação e preferência em concursos de credores, superando o crédito tributário, independentemente da ausência de vínculo empregatício típico.

“Súmula Vinculante 47: Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.”

“Tema Repetitivo 637: I -os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal.

II - são créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, nos termos dos arts. 84 e 149 da Lei n. 11.101/2005.”

A alternativa B está incorreta. Os honorários advocatícios sucumbenciais possuem natureza autônoma e alimentar, constituindo direito do advogado, e não mero direito acessório da parte. Em virtude dessa natureza e de sua equiparação legal aos créditos trabalhistas, o crédito de honorários prefere ao crédito tributário no concurso de credores.

“Lei nº 8.906/1994, Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.”

A alternativa C está incorreta. A proteção constitucional e a decorrente ordem de preferência sobre o crédito fiscal alcançam tanto os honorários advocatícios sucumbenciais quanto os contratuais, uma vez que a natureza alimentar e a equivalência aos créditos laborais subsistem em ambas as modalidades, conforme tese fixada pelo Pretório Excelso.

A alternativa D está correta. De acordo com a tese firmada pelo STF no Tema 1220 de Repercussão Geral, os honorários advocatícios, englobando as vertentes contratuais e sucumbenciais, ostentam caráter alimentar e são equiparados aos créditos decorrentes da legislação do trabalho, razão pela qual preferem ao crédito tributário no concurso de credores.

“STF, Tema 1220: É formalmente constitucional o § 14 do art. 85 do Código de Processo Civil no que diz respeito à preferência dos honorários advocatícios, inclusive contratuais, em relação ao crédito tributário, considerando-se o teor do art. 186 do CTN.”

A alternativa E está incorreta. A equiparação e a conseqüente preferência dos honorários em relação ao crédito tributário decorrem da interpretação direta da natureza alimentar dada aos salários e verbas equivalentes pela Constituição Federal, prescindindo da edição de nova lei complementar específica para produzir efeitos no âmbito da execução fiscal. Demais disso, o próprio art. 186 do CTN, citado na fixação de tese no Tema-RG 1.220 supriria eventual necessidade de edição de Lei Complementar.

**Questão 79 - Uma sociedade empresária de locação de veículos possui sede no Estado Alfa, mas promove o licenciamento de sua frota no Estado Beta, onde a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é inferior. O Estado Alfa, ao identificar a prática, lavra autos de infração exigindo o IPVA relativo aos veículos, com fundamento em lei estadual do próprio Estado Alfa que prevê a incidência do imposto sobre veículos cujo proprietário esteja nele domiciliado, ainda que licenciados em outra unidade da federação. A Procuradoria-Geral do Estado Alfa foi instada a se manifestar sobre a constitucionalidade da cobrança, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta a orientação jurídica mais adequada.**

a) O IPVA é devido ao Estado em que o veículo estiver registrado ou licenciado, por força do princípio da territorialidade, sendo vedada a cobrança pelo Estado de domicílio do contribuinte.

b) A ausência de lei complementar nacional disciplinando o IPVA impede os Estados de estabelecerem critérios próprios de sujeição ativa, tornando inválida a cobrança pelo Estado Alfa.

c) O IPVA pode ser exigido tanto pelo Estado de domicílio do contribuinte quanto pelo Estado de licenciamento do veículo, desde que não haja dupla cobrança simultânea.

d) A cobrança do IPVA deve observar o local de circulação predominante do veículo, sendo inválida a exigência baseada exclusivamente no domicílio do contribuinte.

e) O IPVA é devido ao Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário, sendo válida a cobrança pelo Estado Alfa, ainda que os veículos estejam licenciados em outro ente federativo.

#### Comentários:

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do sujeito ativo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no caso de frotas de empresas de locação de veículos, fixando o critério para a determinação do ente federativo competente para a cobrança da exação, nos termos do art. 155, III, da Constituição Federal, e em consonância com a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal estabelecida no Tema 708 da Repercussão Geral.

A alternativa A está incorreta. O local do registro ou do licenciamento do veículo automotor perante os órgãos de trânsito não constitui critério absoluto e inafastável para a definição da sujeição ativa do IPVA, sendo admitido que o Estado do domicílio tributário do proprietário exija o imposto para coibir planejamentos tributários abusivos baseados puramente no patamar das alíquotas.

A alternativa B está incorreta. A ausência de lei complementar federal de normas gerais regulando o IPVA não impede os Estados e o Distrito Federal de exercerem a sua competência legislativa plena para fixar os elementos da hipótese de incidência, da base de cálculo e da sujeição ativa do tributo, conforme autoriza o art. 24, § 3º, da Carta Magna.

*“CF, art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

*(...)*

*§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.”*

A alternativa C está incorreta. A sujeição ativa no âmbito do IPVA é dotada de rigidez constitucional e orienta-se pela exclusividade de um único ente político. Não há previsão jurídica para uma competência alternativa ou concorrente que autorize a cobrança por qualquer um dos Estados de forma discricionária, mesmo sob a condição de não haver bitributação.

A alternativa D está incorreta. O critério do local de circulação predominante do veículo não é adotado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para a fixação do sujeito ativo do IPVA, haja vista a volatilidade e a patente dificuldade prática de fiscalização e comprovação do espaço geográfico de tráfego do bem.

A alternativa E está correta. Conforme a tese jurídica fixada pelo STF no Tema 708 de Repercussão Geral, o IPVA deve ser recolhido em favor do Estado no qual o contribuinte mantém o seu estabelecimento, sede ou domicílio tributário, local onde se presume a integração do bem à economia local, revelando-se legítima a cobrança pelo Estado Alfa independentemente do local de licenciamento da frota.

*“STF, Tema 708: A Constituição autoriza a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) somente pelo Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.”*

**Questão 80 - Durante a fase de implementação do novo regime de tributação sobre o consumo, a Secretaria da Fazenda do Estado Alfa encaminhou consulta à Procuradoria-Geral do Estado acerca da correta interpretação das características estruturais do modelo de IVA Dual, especialmente quanto à incidência, forma de arrecadação e sistemática de creditamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Considerando o regime constitucional instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e sua regulamentação infraconstitucional, assinale a opção que indica corretamente a orientação dada pela Procuradoria.**

**a) O regime de não cumulatividade do IVA dual restringe o creditamento aos insumos diretamente incorporados ao produto final.**

**b) O IBS e a CBS podem ser disciplinados amplamente pelos Entes da federação quanto ao fato gerador e à base de cálculo, cabendo aos Estados disciplinar integralmente o IBS.**

**c) O IBS incide sobre bens e serviços de forma ampla, admitindo a manutenção da competência municipal para tributação de serviços específicos, previstos na Lei Complementar nº 214/2025.**

**d) O mecanismo de recolhimento vinculado ao fluxo financeiro das operações foi concebido para reduzir o inadimplemento e a evasão, permitindo a segregação automática do tributo no momento da liquidação.**

**e) O novo modelo mantém a fragmentação da tributação sobre o consumo, preservando a distinção estrutural entre circulação de mercadorias e prestação de serviços para fins de incidência tributária.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata da estrutura do novo regime de tributação sobre o consumo (IVA Dual), instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentado pela Lei Complementar nº 214/2025, com foco na dinâmica de arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A alternativa A está incorreta. O modelo do IVA Dual não adota a sistemática restritiva de creditamento físico (limitada a insumos incorporados ao produto). O novo regime adota o princípio da não cumulatividade plena (crédito financeiro), permitindo o abatimento amplo do tributo cobrado nas etapas anteriores sobre quaisquer bens ou serviços adquiridos, exceto os considerados de uso pessoal.

*“CF, art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.*

(...)

*§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:*

(...)

*VIII - será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição;”*

A alternativa B está incorreta. O IBS e a CBS possuem uma matriz de uniformidade nacional rígida. Os entes federados não dispõem de competência ampla ou isolada para definir o fato gerador e a base de cálculo desses tributos; tais elementos estruturais são obrigatoriamente idênticos e fixados por lei complementar de âmbito nacional, cabendo aos Estados e Municípios apenas a fixação de suas respectivas alíquotas por meio de leis ordinárias locais.

*“CF, art. 156-A. (...)*

*§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:*

(...)

*IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;*

*V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;”*

A alternativa C está incorreta. O IBS substituiu integralmente a antiga sistemática de fragmentação tributária operada entre o ICMS estadual e o ISS municipal. Desse modo, o IBS incide de forma ampla e unificada sobre bens e serviços, de modo que não remanesce competência municipal autônoma para tributação de serviços específicos após o período de transição.

A alternativa D está correta. A implementação do modelo de IVA Dual introduziu ferramentas tecnológicas de ponta na arrecadação, destacando-se o mecanismo de recolhimento vinculado ao fluxo financeiro das transações operacionais comerciais. Esse instrumento de liquidação (denominado *split payment*) atua de forma automatizada no ato do pagamento, segregando e direcionando o tributo aos cofres públicos no momento exato da quitação da operação, mitigando sobremaneira o inadimplemento e os riscos de evasão fiscal.

*“Lei Complementar nº 214/2025, Art. 27. Os débitos do IBS e da CBS decorrentes da incidência sobre operações com bens ou com serviços serão extintos mediante as seguintes modalidades:*

(...)

*III - recolhimento na liquidação financeira da operação (split payment), nos termos dos arts. 31 a 35 desta Lei Complementar;”*

A alternativa E está incorreta. O escopo primordial da reforma tributária sobre o consumo reside justamente na eliminação da antiga fragmentação de incidências. O modelo do IVA Dual unificou os conceitos de materialidades, extinguindo a separação e os conflitos estruturais de competência entre a circulação de mercadorias físicas e a prestação de serviços.

**Questão 81 - O Estado Alfa ajuizou execução fiscal em face da sociedade empresária Beta Ltda. Após frustradas tentativas de citação da Executada no endereço constante do cadastro fiscal, o oficial de justiça certificou que a sociedade empresária não mais funcionava no local, sem comunicação aos órgãos competentes. No curso da execução, I. restaram infrutíferas as tentativas de constrição de ativos financeiros da Executada e de localização de bens por meio de consultas a registros públicos; II. João, ex-sócio que exercia poderes de gerência à época do fato gerador, comprovou sua retirada regular da sociedade antes da tentativa frustrada de citação; III. houve pedido de parcelamento administrativo do débito objeto da execução fiscal, posteriormente indeferido; IV. a Fazenda Pública requereu o redirecionamento da execução fiscal a João e a decretação de indisponibilidade dos bens da sociedade empresária Beta Ltda. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.**

**a) O redirecionamento da execução fiscal ao João é cabível, pois ele exercia poderes de gerência ao tempo do fato gerador do tributo.**

**b) O pedido de parcelamento fiscal indeferido não interfere na prescrição, por não produzir efeitos jurídicos válidos em razão do seu não acolhimento pela Administração.**

**c) A decretação de indisponibilidade de bens pode ser determinada independentemente da prévia tentativa de constrição de ativos financeiros, bastando a inexistência de pagamento voluntário do débito.**

**d) A ausência de localização de Beta Ltda. no domicílio fiscal autoriza a presunção de dissolução irregular, mas não autoriza o redirecionamento ao ex-sócio que se retirou regularmente antes da dissolução irregular.**

**e) O redirecionamento da execução fiscal pode alcançar qualquer sócio ou administrador que tenha integrado a sociedade em momento anterior, independentemente de vínculo com a dissolução irregular.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do redirecionamento da execução fiscal em razão da dissolução irregular da pessoa jurídica, especificamente no que tange à responsabilização pessoal de ex-sócio-gerente que se retirou da empresa antes da sua paralisação irregular, nos termos do art. 135, III, do Código Tributário Nacional e em conformidade com a Súmula nº 435 e o Tema Repetitivo nº 962 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa A está incorreta. O mero exercício da gerência ao tempo do fato gerador do tributo não é suficiente para fundamentar o redirecionamento da execução fiscal motivado por dissolução irregular. De acordo com a jurisprudência vinculante do STJ, o redirecionamento por esse motivo pressupõe que o sócio

estivesse no exercício da administração no momento em que a sociedade encerrou suas atividades de forma irregular.

*“STJ, Tema 962: O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, não pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio que, embora exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, sem incorrer em prática de atos com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos, dela regularmente se retirou e não deu causa à sua posterior dissolução irregular, conforme art. 135, III, do CTN.”*

A alternativa B está incorreta. O pedido de parcelamento de débito tributário, ainda que posteriormente indeferido ou rescindido, constitui ato inequívoco de reconhecimento da dívida pelo devedor. Portanto, opera como causa de interrupção do prazo prescricional, nos termos do art. 174, parágrafo único, IV, do CTN.

*“CTN, art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.*

*Parágrafo único. A prescrição se interrompe:*

[...]

*IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.”*

*“STJ, Súmula 653. O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.”*

A alternativa C está incorreta. A decretação de indisponibilidade de bens na execução fiscal é medida excepcional que exige o preenchimento cumulativo de requisitos legais específicos. Não basta a mera ausência de pagamento voluntário, sendo indispensável a citação regular do devedor e a frustração de prévias tentativas de localização de bens penhoráveis, inclusive via ativos financeiros (Bacenjud/SisbaJud), sob pena de violação do rito previsto em lei.

*“CTN, Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.”*

A alternativa D está correta. A constatação de que a sociedade empresária deixou de funcionar no seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes gera a presunção de sua dissolução irregular, conforme estabelece a Súmula nº 435 do STJ. Todavia, conforme fixado no Tema Repetitivo nº 962 do STJ, essa presunção não autoriza o redirecionamento da execução fiscal ao ex-sócio-gerente que se retirou de forma regular e anterior ao encerramento irregular das atividades da empresa, uma vez que ele não concorreu para o ato ilícito da dissolução.

*“Súmula nº 435 do STJ: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.”*

*“STJ, Tema 962: O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, não pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio que, embora exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, sem incorrer em prática de atos com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos, dela regularmente se retirou e não deu causa à sua posterior dissolução irregular, conforme art. 135, III, do CTN.”*

A alternativa E está incorreta. O redirecionamento da execução fiscal não pode alcançar indistintamente qualquer sócio ou administrador que tenha integrado a sociedade em período pretérito. A responsabilidade pessoal prevista no CTN exige a demonstração de ato praticado com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, de forma que o vínculo com o ato ilícito (inclusive o da dissolução irregular) é pressuposto obrigatório para a imputação da responsabilidade.

**Questão 82 - A sociedade empresária Alfa Ltda., em processo de recuperação judicial regularmente deferido, requereu parcelamento de seus débitos tributários perante o Estado do Acre, incluindo créditos ainda não inscritos em dívida ativa e créditos já inscritos e em fase de execução fiscal. No curso do procedimento administrativo de parcelamento, a sociedade empresária informou que pretende reunir todos os débitos em um único parcelamento e manter parcelamentos anteriormente firmados em vigor, alegando conveniência financeira. À luz da Lei nº 3.739/2021 do Estado do Acre, assinale a opção que apresenta a orientação juridicamente correta.**

**a) O parcelamento poderá abranger exclusivamente débitos inscritos em dívida ativa, sendo vedada a inclusão de créditos ainda não constituídos ou não inscritos.**

**b) O parcelamento poderá reunir todos os débitos do contribuinte em um único acordo, independentemente de estarem ou não inscritos em dívida ativa e do órgão competente para sua cobrança.**

**c) O parcelamento poderá abranger débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, devendo os débitos não inscritos ser formalizados junto à SEFAZ e os débitos inscritos em dívida ativa junto a PGE.**

**d) O parcelamento depende da desistência prévia de todos os parcelamentos anteriores, sendo vedada a manutenção simultânea de qualquer outro acordo de parcelamento.**

**e) O parcelamento poderá ser concedido independentemente do deferimento do processamento da recuperação judicial, desde que comprovada a dificuldade econômico-financeira da sociedade empresária.**

**Comentários:**

A alternativa correta é a letra C. A questão trata das regras de competência e do objeto do parcelamento especial de débitos tributários e não tributários para empresas em processo de recuperação judicial no âmbito do Estado do Acre, regulamentado pela Lei Estadual nº 3.739/2021.

A alternativa A está incorreta. O benefício fiscal do parcelamento especial para empresas em recuperação judicial não se restringe aos débitos inscritos em dívida ativa, sendo expressamente permitida pela legislação estadual a inclusão de créditos constituídos ou não, bem como de débitos não inscritos.

*“Lei nº 3.73/2021, Art. 1º Fica o Estado, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a conceder, para as empresas em processo de recuperação judicial, parcelamento de débitos, tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa no limite máximo de cento e oitenta parcelas.”*

A alternativa B está incorreta. Embora o parcelamento possa abranger tanto os débitos inscritos quanto os não inscritos em dívida ativa, a legislação veda a unificação em um único acordo indistinto. A tramitação e a formalização devem respeitar a divisão de atribuições entre os órgãos estaduais competentes.

*“Lei nº 3.73/2021, Art. 3º (...) § 1º A reunião dos débitos do sujeito passivo para parcelamento na forma desta lei será feita, separando-se os débitos não inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, dos débitos inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado - PGE.”*

A alternativa C está correta. Nos termos da legislação do Estado do Acre, o parcelamento direcionado às empresas em recuperação judicial possui ampla abrangência material, englobando débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa. Para tanto, a norma impõe uma divisão procedimental: os débitos ainda não inscritos devem ser formalizados perante a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), ao passo que os débitos já inscritos em dívida ativa devem ser formalizados junto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

*“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 3º O pedido de parcelamento, abrangerá todos os débitos, tributários e não tributários, existentes em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa.*

*§ 1º A reunião dos débitos do sujeito passivo para parcelamento na forma desta lei será feita, separando-se os débitos não inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, dos débitos inscritos na Dívida Ativa, que estejam no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado - PGE.”*

A alternativa D está incorreta. A legislação estadual que rege a matéria não impõe como condição obrigatória a desistência prévia de todo e qualquer parcelamento anterior que esteja em curso regular, não subsistindo a vedação de manutenção simultânea alegada na alternativa. Em verdade, a desistência de outros parcelamentos é faculdade do contribuinte.

*“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 3º (...)*

*§ 3º O sujeito passivo poderá desistir de outros parcelamentos em curso, independentemente da modalidade, para solicitar que os respectivos débitos sejam parcelados nos termos desta lei.”*

A alternativa E está incorreta. A mera demonstração de dificuldades econômico-financeiras não substitui o requisito essencial previsto em lei. Conforme a disciplina da Lei Estadual nº 3.739/2021, a concessão do parcelamento especial é estritamente vinculada à comprovação do deferimento judicial do processamento da recuperação judicial da sociedade empresária.

*“Lei Estadual nº 3.739/2021, Art. 2º O parcelamento, na forma estabelecida no art. 1º desta lei, somente poderá ser concedido ao sujeito passivo cujo processamento do pedido de recuperação judicial já tenha sido deferido.”*

**Questão 83 - No Estado do Acre, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) deliberou pela adoção de medidas integradas para a recuperação de créditos tributários e não tributários, incluindo atuação conjunta de órgãos estaduais e cooperação com entidades externas. Durante a execução dessas medidas, surgiram dúvidas quanto aos limites institucionais de atuação do CIRA, especialmente quanto à requisição de colaboração de outros órgãos, à criação de estruturas operacionais e à destinação de recursos vinculados às suas atividades. À luz da Lei nº 4.059/2022, assinale a alternativa correta:**

**a) Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual devem prestar colaboração ao CIRA, em caráter prioritário e regime de urgência, desde que a solicitação esteja dentro de sua competência administrativa.**

**b) O CIRA pode requisitar colaboração de órgãos públicos mediante convênio formal previamente celebrado, sendo vedada requisição direta no exercício de suas atribuições.**

**c) A atuação dos grupos operacionais vinculados ao CIRA implica subordinação funcional direta dos seus integrantes ao comitê, com suspensão das atribuições originárias de seus cargos.**

**d) Os recursos do Fundo CIRA podem ser utilizados para pagamento de pessoal e encargos sociais dos órgãos integrantes do comitê.**

**e) O CIRA não pode celebrar instrumentos de cooperação com entidades externas, por se tratar de órgão de natureza interna da administração estadual.**

Comentários:

A alternativa correta é a letra A. A questão trata das atribuições, prerrogativas e do dever de colaboração dos órgãos da Administração Pública perante o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) no âmbito do Estado do Acre, nos termos estabelecidos pela Lei Estadual nº 4.059/2022.

A alternativa A está correta. A legislação estadual impõe aos órgãos e entidades que integram a estrutura administrativa do Estado a obrigação de prestar apoio e colaboração ao CIRA de maneira preferencial, célere e urgente, condicionado apenas a que as requisições e solicitações de dados ou providências estejam em estrita conformidade com a esfera de competência de cada órgão demandado.

*“Lei Estadual nº 4.059/2022, Art. 10. Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, inclusive os delegatários de serviços públicos, prestarão toda a colaboração requerida pelo CIRA, em caráter prioritário e regime de urgência, desde que as solicitações formuladas possam ser atendidas no exercício de sua competência administrativa.”*

A alternativa B está incorreta. O CIRA possui a prerrogativa legal de atuar e solicitar informações e auxílio de forma direta aos órgãos e entidades públicos estaduais para a persecução de seus objetivos institucionais, prescindindo da exigência de celebração de convênio formal prévio para o exercício ordinário dessas requisições internas.

A alternativa C está incorreta. A designação e a participação de servidores ou membros nos grupos operacionais do CIRA não acarretam a suspensão de seus cargos de origem tampouco modificam o vínculo de subordinação funcional administrativa com as suas respectivas instituições de origem (como o Ministério Público, a Secretaria de Fazenda ou a Procuradoria-Geral).

*“Lei Estadual nº 4.059/2022, Art. 7º (...)*

*Parágrafo único. Os representantes dos grupos operacionais exercerão no CIRA as competências e atribuições próprias dos cargos e das funções de origem, observadas as disposições constitucionais e legais relativas a cada carreira.”*

A alternativa D está incorreta. Há vedação jurídica expressa e restrição quanto à destinação dos recursos financeiros vinculados aos fundos de modernização e recuperação de ativos, como o Fundo CIRA, sendo proibida a sua utilização para o custeio de despesas ordinárias com folha de pagamento de pessoal e encargos sociais dos servidores das estruturas que o compõem.

*“Lei Estadual nº 4.059/2022, Art. 14 (...)*

*§ 1º Os recursos do FUNDO CIRA poderão ser destinados para pagamento de despesas de custeio do CIRA, excetuadas as despesas referentes a pagamento de pessoal e encargos sociais.”*

A alternativa E está incorreta. O comitê está expressamente autorizado por lei a firmar termos de cooperação técnica, convênios e ajustes com órgãos e entidades externas, inclusive de outras esferas federativas ou com o Poder Judiciário, com o escopo de otimizar o intercâmbio de informações e a eficácia das ações de recuperação de ativos.

*“Lei Estadual nº 4.059/2022, Art. 11. Para a execução das medidas definidas pelo CIRA, além daquelas já existentes, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, e com outras instituições públicas, na forma da legislação pertinente.”*

**Questão 84 - A sociedade empresária Alfa S.A., com estabelecimentos em diferentes Estados, realizou, ao longo dos anos de 2021 a 2023, transferências interestaduais de mercadorias entre suas filiais, sem recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2025, após a consolidação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a edição de normas estaduais disciplinando a matéria, o Estado Beta lavrou auto de infração exigindo o ICMS relativo às referidas operações pretéritas, sob o argumento de que a modulação de efeitos da decisão do STF teria preservado sua competência arrecadatória. Diante desse cenário, a orientação juridicamente correta é no sentido de que**

**a) o ICMS incida sobre transferências interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular, pois há circulação física da mercadoria, suficiente para caracterizar o fato gerador do tributo.**

**b) a não incidência do ICMS nas transferências entre estabelecimentos do mesmo titular implica vedação ao aproveitamento de créditos relativos às operações anteriores, por ausência de operação tributada.**

**c) a modulação de efeitos fixada pelo STF autoriza a cobrança do ICMS em relação a fatos geradores ocorridos antes de 2024, ainda que não tenha havido pagamento do tributo à época.**

**d) a transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador do ICMS, sendo vedada a cobrança do tributo, inclusive em relação a fatos geradores ocorridos antes de 2024 não pagos.**

**e) a inexistência de lei complementar específica disciplinando a matéria impede o reconhecimento da não incidência do ICMS nas transferências entre estabelecimentos do mesmo titular.**

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, bem como do alcance da modulação de efeitos operada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 49, em simetria com o Tema nº 1.099 da Repercussão Geral e a Súmula nº 166 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa A está incorreta. O mero deslocamento físico de mercadorias entre filiais de uma mesma empresa não caracteriza o fato gerador do ICMS. Para a configuração do aspecto material da hipótese de incidência do imposto, exige-se a circulação jurídica, ou seja, a efetiva transferência de propriedade do bem a um terceiro.

*“Súmula nº 166 do STJ: Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.”*

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar os embargos de declaração na ADC 49, assentou de forma inequívoca que o reconhecimento da não incidência do ICMS na transferência interestadual de mercadorias entre filiais do mesmo titular não cassa ou anula o direito do contribuinte de manter e transferir os créditos do imposto acumulados e decorrentes das etapas de operações anteriores.

*“Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS- ICMS. TRANSFERÊNCIAS DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DO ICMS . MANUTENÇÃO DO DIREITO DE CREDITAMENTO. (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO PARA FINS DE COBRANÇA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA DECISÃO. OMISSÃO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Uma vez firmada a jurisprudência da Corte no sentido da inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica (Tema 1099, RG) inequívoca decisão do acórdão proferido. 2. O reconhecimento da inconstitucionalidade da pretensão arrecadatória dos estados nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica não corresponde a não-incidência prevista no art.155, §2º, II, ao que mantido o direito de creditamento do contribuinte. 3. Em presentes razões de segurança jurídica e interesse social (art.27, da Lei 9868/1999) justificável a modulação dos efeitos temporais da decisão para o exercício financeiro de 2024 ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito. Exaurido o prazo sem que os Estados disciplinem a transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos de mesmo titular, fica reconhecido o direito dos sujeitos passivos de transferirem tais créditos. 4. Embargos declaratórios conhecidos e parcialmente providos para a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 11, § 3º, II, da Lei Complementar nº87/1996, excluindo do seu âmbito de incidência apenas a hipótese de cobrança do ICMS sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular.*

*(ADC 49 ED, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 19-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-  
s/n DIVULG 14-08-2023 PUBLIC 15-08-2023)*”

A alternativa C está incorreta. A modulação de efeitos proferida na ADC 49 estipulou que a eficácia da decisão retroagiria ao exercício financeiro de 2024. Contudo, essa modulação teve por finalidade resguardar os Estados de devoluções de valores e convalidar os procedimentos daqueles contribuintes que recolheram voluntariamente o ICMS no passado, não conferindo ao Fisco autorização ou direito de lançar e cobrar retroativamente o imposto sobre operações pretéritas a 2024 que não haviam sido pagas à época.

A alternativa D está correta. A transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador do ICMS, ante a ausência de ato de alienação jurídica. Por conseguinte, a cobrança do imposto torna-se inviável e ilegítima, inclusive no tocante aos fatos geradores pretéritos ao ano de 2024 que não foram pagos, em razão de a modulação de efeitos do STF não agasalhar a constituição de novos créditos fiscais pela Fazenda Pública sobre estas operações.

*“Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ICMS. DESLOCAMENTO FÍSICO DE BENS DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO DE MESMA TITULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE FATO GERADOR. PRECEDENTES DA CORTE. NECESSIDADE DE OPERAÇÃO JURÍDICA COM TRAMITAÇÃO DE POSSE E PROPRIEDADE DE BENS. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Enquanto o diploma em análise dispõe que incide o ICMS na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, o Judiciário possui entendimento no sentido de não incidência, situação esta que exemplifica, de pronto, evidente insegurança jurídica na seara tributária. Estão cumpridas, portanto, as exigências previstas pela Lei n. 9.868/1999 para processamento e julgamento da presente ADC. 2. O deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual. Precedentes. 3. A hipótese de incidência do tributo é a operação jurídica praticada por comerciante que acarrete circulação de mercadoria e transmissão de sua titularidade ao consumidor final. 4. Ação declaratória julgada improcedente, declarando a inconstitucionalidade dos artigos 11, §3º, II, 12, I, no trecho “ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular”, e 13, §4º, da Lei Complementar Federal n. 87, de 13 de setembro de 1996.*

*(ADC 49, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 19-04-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-  
084 DIVULG 03-05-2021 PUBLIC 04-05-2021)*”

*“STF, Tema 1.367: A modulação dos efeitos estabelecida no julgamento da ADC nº 49/RN-ED não autoriza a cobrança do ICMS lá debatido quanto a fatos geradores ocorridos antes de 2024 em relação aos quais não tenha havido o pagamento do tributo.”*

A alternativa E está incorreta. O reconhecimento do direito à não incidência do ICMS nos deslocamentos entre filiais do mesmo titular decorre diretamente do texto constitucional e de consolidação jurisprudencial vinculante do STF, cuja eficácia jurídica imediata e cogente em face da Administração Tributária não fica condicionada ou impedida pela eventual ausência de nova lei complementar.

**Questão 85 - Uma sociedade empresária adquiriu mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária "para frente", tendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sido recolhido antecipadamente com base em valor presumido. Posteriormente, ao revender os produtos por preço inferior ao presumido, a sociedade empresária verificou que houve pagamento a maior do tributo e**

requereu administrativamente a restituição da diferença. A autoridade fiscal indeferiu o pedido. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido deve ser indeferido, pois a restituição de tributo indireto sempre depende da comprovação do não repasse do encargo financeiro ao consumidor.

b) O pedido deve ser deferido, pois não se configura repetição de indébito, mas ressarcimento, sendo desnecessária a comprovação de repasse do encargo financeiro.

c) A restituição é possível se houver autorização expressa do consumidor final, por se tratar de tributo indireto, nos termos do art. 166, do CTN.

d) A restituição é indevida, pois o valor recolhido antecipadamente em regime de substituição tributária é definitivo.

e) A sociedade empresária somente poderá pleitear restituição judicialmente, sendo vedada a via administrativa para esse tipo de pedido.

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do direito ao ressarcimento da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago antecipadamente sob o regime de substituição tributária "para frente" quando a base de cálculo real da operação for inferior à presumida, nos termos do art. 150, § 7º, da Constituição Federal, e em consonância com a jurisprudência vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 201 da Repercussão Geral e pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.191 dos Recursos Repetitivos.

A alternativa A está incorreta. A exigência de comprovação do não repasse do encargo financeiro ao consumidor final (exigida pelo art. 166 do CTN para a repetição de indébito de tributos indiretos) não se aplica ao pleito de ressarcimento do ICMS-ST. No regime de substituição tributária para frente, trata-se de um mecanismo de ajuste de base de cálculo estimada que foi frustrada, dispensando-se a referida prova nos termos da tese fixada pelo STJ.

*“STJ, Tema 1191: Na sistemática da substituição tributária para frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, é inaplicável a condição prevista no art. 166 do CTN.”*

A alternativa B está correta. O pedido formulado pela sociedade empresária deve ser deferido. O entendimento pacificado pelos Tribunais Superiores preconiza que a hipótese não configura repetição de indébito propriamente dita, mas sim ressarcimento decorrente da não concretização da base de cálculo presumida. Desse modo, o contribuinte substituído tem o direito de reaver a diferença sem a necessidade de cumprir os requisitos e comprovações de repercussão financeira previstos na regra geral do art. 166 do CTN.

*“STF, Tema 201: É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.”*

*“STJ, Tema 1.191: Na sistemática da substituição tributária para frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, é inaplicável a condição prevista no art. 166 do CTN.”*

A alternativa C está incorreta. A obtenção de autorização expressa do consumidor final é uma exigência voltada à repetição de indébito de tributos indiretos comuns. Como o direito ao ressarcimento da diferença do ICMS-ST possui sistemática constitucional própria e natureza jurídica de ajuste financeiro, ele prescinde de qualquer espécie de autorização ou anuência por parte do adquirente final.

A alternativa D está incorreta. O valor recolhido antecipadamente no regime de substituição tributária "para frente" não possui caráter definitivo absoluto. A presunção legal é provisória e posta em xeque no momento em que a operação mercantil definitiva se realiza por preço menor, disparando a garantia constitucional de devolução imediata da quantia cobrada excessivamente de forma antecipada.

A alternativa E está incorreta. O direito ao ressarcimento do ICMS-ST pode ser exercido e pleiteado regularmente pela via administrativa, por meio dos mecanismos de compensação ou escrituração fiscal previstos nas legislações de cada Estado federado, não havendo qualquer monopólio ou necessidade de acionamento obrigatório do Poder Judiciário.

**QUESTÃO 86.** Em janeiro de 2020, o Estado Alfa criou, por decreto, o Parque Estadual X, unidade de conservação de domínio público. No interior dos limites da citada unidade de conservação, está localizado um imóvel de propriedade de João. Tendo em vista que até o momento o Estado Alfa não realizou a desapropriação de seu imóvel, em maio de 2026, João ajuizou ação pretendendo o reconhecimento da caducidade do decreto no que tange à desapropriação de seu imóvel. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Procurador do Estado responsável pelo caso deve

**a) reconhecer que assiste razão a João, uma vez que já se passaram mais de cinco anos do decreto que criou o parque, que equivale ao ato declaratório do interesse ambiental estatal em desapropriar.**

**b) reconhecer que não há manifestação legítima de interesse ambiental estatal em desapropriar, haja vista que unidade de conservação só pode ser criada por lei específica.**

**c) rechaçar a pretensão autoral, haja vista que o interesse público ambiental na área objeto de unidade de conservação de domínio público perdura pelo prazo de dez anos, previsto em lei ambiental específica, ou até que a própria unidade de conservação seja extinta, por lei em sentido estrito.**

**d) rechaçar a pretensão autoral, haja vista que o interesse público ambiental na área objeto de unidade de conservação de domínio público dura enquanto a própria unidade de conservação não for extinta, por lei em sentido estrito, não estando sujeito à caducidade pela simples passagem de tempo.**

**e) rechaçar a pretensão autoral, haja vista que o interesse ambiental na área objeto de unidade de conservação de domínio público dura enquanto a própria unidade de conservação não for extinta, por lei em sentido estrito ou decreto, caso tenha sido criada por decreto, que é a hipótese, não estando sujeito à caducidade pela simples passagem de tempo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000).

A alternativa A está incorreta. O STJ decidiu que o decreto que declara o interesse estatal na desapropriação de imóveis destinados à Unidade de Conservação Ambiental, vide comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Unidade de Conservação pode ser criada por ato do poder público (não precisa ser lei em sentido estrito). De acordo com o art. 22 da Lei de SNUC:

*“Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.”*

A alternativa C está incorreta. O STJ decidiu que o decreto que declara o interesse estatal na desapropriação de imóveis destinados à Unidade de Conservação Ambiental, vide comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. O STJ, no bojo do REsp 2.172.289, decidiu que o decreto que declara o interesse estatal na desapropriação de imóveis destinados à Unidade de Conservação Ambiental não está sujeito à caducidade. Vejamos:

*“(...) 3. A caducidade dos decretos de interesse social e utilidade pública é inaplicável aos atos vinculados às unidades de conservação de domínio público, como é o caso da reserva extrativista, ante a incompatibilidade entre as normas administrativas gerais da desapropriação (Decreto-Lei n. 3.365/1941 e Lei n. 4.132/1962) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei n. 9.985/2000). (...) 9. Portanto: i) no âmbito das unidades de conservação de domínio público, o próprio ato de criação da unidade corresponde à fase declaratória da etapa administrativa da ação de desapropriação, que afirma o interesse estatal nas áreas privadas afetadas; ii) esse interesse é de caráter ambiental, distinto das declarações de utilidade pública ou de interesse social; iii) o interesse público ambiental na área objeto de unidade de conservação de domínio público dura enquanto a própria unidade de conservação não for extinta, por lei em sentido estrito, não estando sujeito à caducidade pela simples passagem de tempo. 10. O desatendimento do prazo para efetivação do procedimento administrativo expropriatório enseja eventual ação indenizatória do particular por desapropriação indireta ou limitação administrativa, observados os respectivos prazos prescricionais, mas jamais a reversão automática das restrições ambientais ou do domínio público resultantes diretamente, por força de lei, da criação da unidade de conservação. Os casos concretos deverão levar em conta, na indenização, a incidência ou não de juros compensatórios (ante a possível ausência de imissão estatal na posse), o passivo ambiental a ser descontado do preço pago ao expropriado, o termo inicial da prescrição e outros relevantes à solução da causa. 11. Declarado o interesse ambiental do Estado na área, pelo ato de criação da unidade de conservação, não é o decurso de tempo da omissão estatal no cumprimento de seus deveres associados a esse ato que lhe retira suas características especiais de tutela do meio ambiente ou mitiga sua existência. (...)”.*

A alternativa E está incorreta. Unidade de Conservação somente pode ser extinta por lei em sentido estrito. De acordo com o art. 22, § 7º, da Lei de SNUC:

*“Art. 22. (...) § 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.”*

**QUESTÃO 87.** O Estado Alfa é parte em três ações civis públicas ambientais. O Procurador do Estado Alfa que oficia nesses processos utilizou, nos fundamentos jurídicos de suas petições, as teses a seguir.

**I.** É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.

**II.** O sítio eletrônico não pode ser responsabilizado por infração ambiental relacionada à venda de animais silvestres quando atuar como provedor que intermedeia negócios.

**III.** No caso de danos ambientais individuais (micro bem ambiental), a pretensão de indenização está sujeita à prescrição, cujo termo inicial conta-se da ciência inequívoca dos efeitos do fato gerador.

Observada a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção que indica a(s) tese(s) correta(s).

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental.

O Item I está correto. O item traz a literalidade do Tema 1194 de Repercussão Geral do STF:

*“É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.”*

O Item II está incorreto. O sítio eletrônico pode, sim, ser responsável. Conforme decidiu o STJ no bojo do AREsp 2.151.722-SP:

*“O sítio eletrônico pode ser responsabilizado por infração ambiental relacionada à venda de animais silvestres quando atuar como provedor que intermedeia negócios, e não apenas na busca de informações.” (STJ. 2ª Turma. AREsp 2.151.722-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 4/2/2025).*

O Item III está correto. O item se coaduna com o decidido pelo STJ no AgInt no REsp n. 2.029.870/MA. Vejamos:

*“No caso de danos ambientais individuais (microbem ambiental), a pretensão de indenização está sujeita à prescrição, cujo termo inicial conta-se da ciência inequívoca dos efeitos do fato gerador.” (STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 2.029.870-MA, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 26/2/2024).*

A alternativa C está correta. Apenas os itens I e III estão corretos.

**QUESTÃO 88.** Tramita na Assembleia Legislativa do Estado Beta projeto de lei prevendo o pagamento de uma indenização por danos ao meio ambiente a ser cobrada do empreendedor que retirar produto mineral de uma área de mineração. O valor a ser pago será baseado no total arrecadado com a venda desse produto mineral, seguindo taxas definidas previamente. Nesse contexto, o Procurador do Estado que assessora o Governador lançando parecer sobre o veto ou sanção de leis ambientais, deve observar que o Supremo Tribunal Federal entende que

a) é competência privativa da União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.

b) é incompatível com a Constituição, dentro de suas competências legislativas e engrenagens cooperativas, a instituição de indenização monetária pelas atividades minerárias realizadas no Estado-membro.

c) é inconstitucional a norma estadual que, independentemente da obrigação de reparar o dano, condicione a exploração de recursos minerais ao pagamento de indenização monetária pelos danos causados ao meio ambiente.

d) é constitucional a norma estadual que, independentemente da obrigação de reparar o dano, condicione a exploração de recursos minerais ao pagamento de indenização monetária pelos danos causados ao meio ambiente; ademais, é o estabelecimento de fato gerador dessa indenização deve ser o mesmo da compensação financeira do Art. 20, §1º, da CF.

e) é constitucional a norma estadual que, independentemente da obrigação de reparar o dano, condicione a exploração de recursos minerais ao pagamento de indenização monetária pelos danos causados ao meio ambiente. Contudo, é inconstitucional o estabelecimento de fato gerador dessa indenização que se confunda com o da compensação financeira do Art. 20, §1º, da CF, ou de taxas relativas ao poder de polícia ou com o de qualquer outra espécie tributária.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Competência em Matéria Ambiental.

A alternativa E está correta. O STF entendeu, no bojo do julgamento da ADI 4031, que é constitucional lei estadual que exija pagamento de indenização na exploração de recursos minerais; no entanto, será inconstitucional se o critério para definir a indenização se confundir com a compensação financeira do art. 20, § 1º, da CF ou com taxas de poder de polícia. Vejamos:

*“(...) 5. As atividades de exploração de recursos minerais, dado o seu especial impacto no meio ambiente, estão sujeitas a regime jurídico complexo e robusto de controle das suas operações e das condicionantes impostas como salvaguardas ambientais, incidentes tanto o direito minerário como o direito ambiental e seus correspondentes instrumentos e competências. É o que traduzem o art. 225, § 2º, CRFB, ao prever necessária a reparação dos danos decorrentes da exploração dos recursos minerais, e, especialmente, as engrenagens do federalismo cooperativo ecológico, estruturado no dever fundamental de proteção ambiental (art. 225, caput, CRFB) e nas competências concorrentes para legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle*

da poluição e a responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VI e VIII, CRFB). (...) 9. Afirmar o cabimento da instituição, pelo Estado do Pará, da indenização monetária aqui prevista implica reconhecer a licitude da atividade minerária e seu potencial danoso, sem confundir tal indenização com a compensação financeira de que trata o art. 20, §1º, da CRFB, que é objeto de dispositivo constitucional diverso. 10. Inconstitucionalidade dos § 1º e § 2º do art. 38 da Lei nº 5.887/1995, na redação dada pela Lei nº 6.986/2007 do Estado do Pará, por confundir o fato gerador com o da compensação financeira (art. 20, § 1º, CRFB) e o das taxas relativas a poder de polícia de que tratam as ADIs 4.785/MG, 4.786/PA e 4.787/AP. Indispensabilidade, para a cobrança da indenização de que trata o art. 225, § 2º, da CRFB, de apuração em regular processo administrativo, com direito a contraditório e ampla defesa, justificando-se, à luz do planejamento estatal situado no âmbito do federalismo cooperativo, os valores cobrados mensalmente e destinados a fundo próprio. Inconstitucionalidade por arrastamento dos §§ 3º e 4º do mesmo dispositivo legal.” (STF. Plenário. ADI 4.031/PA, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 29/9/2023).

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 89. O Estado do Acre vem, há décadas, se apresentando como um ator pioneiro na formulação e execução de políticas públicas ambientais. Os profundos laços da cultura acreana com a floresta desde o início do século passado estabeleceram uma estrutura social apta a internalizar propostas inovadoras que permitam o desenvolvimento econômico em equilíbrio com a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 2.308/2010 do Acre, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre. De acordo com a citada lei, as opções a seguir apresentam princípios do SISA, à exceção de uma. Assinale-a.**

- a) Precaução para evitar ou minimizar as causas das mudanças do clima e mitigar seus efeitos negativos.**
- b) Vedação da repartição dos benefícios econômicos e sociais oriundos dos produtos e serviços vinculados aos programas associados a citada lei.**
- c) Uso dos recursos naturais com responsabilidade e conhecimento técnico, para proteção e integridade do sistema climático em benefício da presente e das futuras gerações.**
- d) Responsabilidades comuns, mas diferenciadas, entre os diferentes entes públicos e privados, na medida de suas respectivas capacidades, quanto às atividades de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.**
- e) Respeito aos conhecimentos e aos direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas, bem como aos Direitos Humanos reconhecidos e assumidos pelo Estado brasileiro perante a Organização das Nações Unidas e demais compromissos internacionais.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei nº 2.308/2010 do Acre.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 2º, III, da Lei Estadual nº 2.308/2010 do Acre:

*“Art. 2º O SISA deverá respeitar os princípios nacionais e internacionais sobre o tema, em especial os que se seguem: III - precaução para evitar ou minimizar as causas das mudanças do clima e mitigar seus efeitos negativos;”*

A alternativa B está correta. Esta é a única alternativa que não traz um princípio do SISA, devendo ser assinalada. De acordo com o art. 2º, IX, da Lei Estadual nº 2.308/2010 do Acre:

*“Art. 2º O SISA deverá respeitar os princípios nacionais e internacionais sobre o tema, em especial os que se seguem: IX - justiça e equidade na repartição dos benefícios econômicos e sociais oriundos dos produtos e serviços vinculados aos programas associados a esta lei;”*

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 2º, I, da Lei Estadual nº 2.308/2010 do Acre:

*“Art. 2º O SISA deverá respeitar os princípios nacionais e internacionais sobre o tema, em especial os que se seguem: I - uso dos recursos naturais com responsabilidade e conhecimento técnico, para proteção e integridade do sistema climático em benefício das presentes e futuras gerações;”*

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 2º, II, da Lei Estadual nº 2.308/2010 do Acre:

*“Art. 2º O SISA deverá respeitar os princípios nacionais e internacionais sobre o tema, em especial os que se seguem: II - responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre os diferentes entes públicos e privados, na medida de suas respectivas capacidades, quanto a atividades de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera;”*

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 2º, IV, da Lei Estadual nº 2.308/2010 do Acre:

*“Art. 2º O SISA deverá respeitar os princípios nacionais e internacionais sobre o tema, em especial os que se seguem: IV - respeito aos conhecimentos e direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas bem como aos direitos humanos reconhecidos e assumidos pelo Estado brasileiro perante a Organização das Nações Unidas e demais compromissos internacionais;”*

**QUESTÃO 90. Sobre o uso de fogo na vegetação e controle dos incêndios, segundo o Código Florestal, analise os casos a seguir.**

**I. Nos locais ou nas regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.**

**II. Em Unidades de Conservação é permitido o emprego da queima controlada, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo.**

**III. Em atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovada pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do SISNAMA, é permitido o uso de fogo na vegetação.**

Segundo o Código Florestal, é permitido o uso de fogo em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Código Florestal, mais precisamente sobre o Uso do Fogo.

O Item I está correto. É permitido o uso do fogo nessa situação. De acordo com o art. 38, I, do Código Florestal:

*“Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle;”.*

O Item II está correto. É permitido o uso do fogo nessa situação. De acordo com o art. 38, II, do Código Florestal:

*“Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;”.*

O Item III está correto. É permitido o uso do fogo nessa situação. De acordo com o art. 38, III, do Código Florestal:

*“Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: III - atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do Sisnama.”.*

A alternativa E está correta. O uso do fogo é permitido nas situações propostas pelos itens I, II e III.

**Questão 91. O Estado Alfa solicitou ao Banco do Estado Alfa (BANCALFA), instituição financeira estatal controlada pelo próprio Estado Alfa, um empréstimo de R\$ 100 milhões para pagamento excepcional de gratificação a servidores públicos ativos, com previsão de amortização em 24 meses.**

Simultaneamente, o BANCALFA adquiriu, no mercado, R\$ 20 milhões em títulos da dívida pública do Estado Alfa, com o objetivo de atender investimento de seus clientes.

Diante desse cenário e à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), assinale a afirmativa correta.

a) O empréstimo solicitado ao BANCALFA pelo Estado Alfa é permitido, pois a vedação legal atinge apenas operações entre entes federativos distintos, não se aplicando à relação entre o Estado-membro e seu banco controlado.

b) Tanto o empréstimo de R\$ 100 milhões quanto a aquisição dos títulos da dívida pública do Estado Alfa pelo BANCALFA são proibidos, pois caracterizam operações de crédito proscritas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) O empréstimo de R\$ 100 milhões é proibido, mas a aquisição de R\$ 20 milhões em títulos da dívida pública do Estado Alfa pelo BANCALFA é expressamente autorizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) A aquisição de títulos da dívida pública para atender a investimento de clientes do BANCALFA somente é permitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal quando se tratar de títulos da dívida de emissão da União.

e) O empréstimo de R\$ 100 milhões é permitido porque se destina a despesas correntes excepcionais, e a aquisição dos títulos é proibida por configurar refinanciamento indireto da dívida estadual.

## Comentários

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000).

A alternativa A está incorreta. A vedação legal não se restringe a operações entre entes federativos distintos. A LRF proíbe expressamente operações de crédito entre um ente da Federação e instituição financeira estatal por ele controlada, conforme dispõe o art. 36, parágrafo único da LC nº 101/2000, vejamos:

*"É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo."*

A alternativa B está incorreta. A aquisição pelo BANCALFA de R\$ 20 milhões em títulos da dívida pública do Estado Alfa no mercado, com o objetivo de atender investimento de seus clientes, não é proibida pela LRF. É autorizado conforme dispõe o parágrafo único do art. 36 da LRF, vejamos:

*"O disposto no caput não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios."*

A alternativa C está correta. Pois o parágrafo único do art. 36 da LC nº 101/2000 (já citado na alternativa B), autoriza a aquisição de R\$ 20 milhões em títulos da dívida pública do Estado Alfa pelo BANCALFA para atender investimento de seus clientes.

A alternativa D está incorreta. A LRF não restringe a aquisição de títulos da dívida pública para atender investimento de clientes apenas aos títulos emitidos pela União. A restrição quanto aos títulos da União aplica-se à hipótese de aplicação de recursos próprios da instituição financeira, e não à hipótese de atendimento a investimento de clientes, conforme o parágrafo único do art. 36 da LC nº 101/2000, já transcrito.

A alternativa E está incorreta. O empréstimo de R\$ 100 milhões não é permitido, ainda que se destine a despesas correntes excepcionais, pois configura operação de crédito entre o Estado Alfa e o BANCALFA, instituição financeira por ele controlada, na qualidade de beneficiário. Ademais, a finalidade do empréstimo — pagamento de gratificação a servidores ativos — não afasta a proibição legal, conforme determinado pelo art. 36 *Caput* da LRF.

**Questão 92. Um deputado federal eleito pelo Estado Alfa apresentou emenda individual impositiva ao projeto de lei orçamentária anual, destinando R\$ 5 milhões ao Estado Alfa na modalidade “transferência especial”.**

**Os recursos foram repassados diretamente ao Estado, sem convênio. O governo estadual planeja aplicar os valores da seguinte forma: R\$ 1 milhão no pagamento de servidores públicos inativos (previdência estadual); R\$ 500 mil na amortização da dívida fundada do Estado; e R\$ 3,5 milhões em pavimentação asfáltica de uma nova rodovia estadual.**

**Diante da disciplina constitucional sobre o tema, assinale a afirmativa correta.**

**a) O planejamento de aplicação de R\$ 3,5 milhões em pavimentação é regular, mas a destinação de R\$ 1 milhão para inativos e de R\$ 500 mil para amortização da dívida viola expressamente as vedações constitucionais.**

**b) O Estado Alfa pode livremente aplicar os recursos em qualquer despesa, pois a transferência especial torna os recursos integrantes da receita estadual sem qualquer vinculação finalística.**

**c) O pagamento de servidores inativos é permitido porque a vedação constitucional atinge apenas despesas com pessoal ativo, não alcançando inativos e pensionistas.**

**d) A amortização da dívida fundada é vedada, mas o pagamento de inativos é permitido desde que dentro do limite de 30% da transferência destinada a despesas correntes.**

**e) A programação estadual é irregular, uma vez que a transferência especial deve vincular a despesa à programação estabelecida na emenda parlamentar, e não ao planejamento feito pelo governo estadual.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das vedações constitucionais aplicáveis às transferências especiais decorrentes de emendas individuais impositivas ao orçamento, conforme o art. 166-A da Constituição Federal.

A alternativa A está correta. A destinação de R\$ 3,5 milhões em pavimentação asfáltica é regular, pois se trata de despesa de capital (investimento). Contudo, a aplicação de R\$ 1 milhão no pagamento de servidores

inativos e de R\$ 500 mil na amortização da dívida fundada viola expressamente as vedações constitucionais previstas no art. 166-A, §5º, da CF.

*"Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:*

(...)

*§ 1º É vedada a aplicação dos recursos a que se refere o caput no pagamento de:*

*(...) III - despesas com pessoal e encargos sociais relativos a ativos e inativos, e com pensionistas; e encargos referentes ao serviço da dívida.*

*§ 2º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital*

(...)

*§ 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo”.*

A alternativa B está incorreta. Embora os recursos da transferência especial integrem a receita do ente federado beneficiário e possam ser aplicados em programações de livre escolha, essa liberdade não é absoluta. O art. 166-A, §2º, da CF impõe vedações expressas a determinadas categorias de despesa, afastando a ideia de total liberdade na aplicação dos recursos, nos termos do dispositivo já transcrito.

A alternativa C está incorreta. A vedação constitucional alcança expressamente o pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas, sem distinção entre as categorias. A alternativa tenta criar uma restrição que a Constituição não estabelece, pois o texto constitucional é claro ao incluir inativos e pensionistas na proibição, conforme o art. 166 – A §§ 1º e 2º da CF/88, já mencionado na alternativa A..

A alternativa D está incorreta. Tanto a amortização da dívida quanto o pagamento de inativos são vedados pela Constituição, sem qualquer exceção percentual. Não existe na CF previsão de limite de 30% para despesas correntes no âmbito das transferências especiais, o que torna a alternativa duplamente equivocada, conforme o art. 166 - A § 1º da CF/88, já transcrito.

A alternativa E está incorreta. Na transferência especial, ao contrário das transferências com finalidade determinada (como convênios), os recursos são repassados diretamente ao ente federado sem vinculação à programação estabelecida na emenda parlamentar, sendo o ente livre para aplicá-los em programações de sua escolha, desde que respeitadas as vedações constitucionais, nos termos do art. 166-A, e § 2º como já mencionamos. Além da previsão do § 3º, vejamos:

*“O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos”.*

**Questão 93. A Lei nº 4.320/1964 estabeleceu que os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, devem ser inscritos como Dívida Ativa.**

**A distinção entre os dois tipos de créditos e de Dívidas Ativas é relevante, pois a eles podem se aplicar diferentes regimes, inclusive para sua cobrança, de acordo com sua natureza.**

**1. A esse respeito, analise os créditos elencados:**

**2. taxa de ocupação de imóvel de titularidade de Estado-membro da Federação;**

**empréstimo compulsório;**

**3. anuidade de Conselho Profissional de Profissão Regulamentada.**

**Tais créditos e correlatas inscrições em Dívida Ativa são, respectivamente, de natureza**

**a) tributária; tributária; tributária.**

**b) tributária; tributária; não tributária.**

**c) tributária; não tributária; não tributária.**

**d) não tributária; tributária; tributária.**

**e) não tributária; tributária; não tributária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da natureza jurídica dos créditos da Fazenda Pública inscritos em Dívida Ativa.

Antes de partir para as alternativas, é essencial definir a natureza jurídica de cada crédito elencado na questão.

1. Taxa de ocupação de imóvel de titularidade de Estado-membro da Federação - é a contraprestação devida pelo particular que utiliza bem imóvel pertencente ao patrimônio público. Sua natureza é dominial ou patrimonial, ou seja, decorre da exploração econômica de um bem do Estado, apesar do nome, não é de natureza tributária. Trata-se, portanto, de crédito de natureza não tributária, inscritevel em Dívida Ativa não tributária, nos termos do art. 39, §2º, da Lei nº 4.320/1964:

*“Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da*

*Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais”*

2. Empréstimo compulsório - é espécie tributária de competência exclusiva da União, prevista no art. 148 da CF/88:

*“A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:*

*I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;*

*II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, b”*

3. Anuidade de Conselho Profissional de Profissão Regulamentada – são verdadeiras contribuições para-fiscais, ou seja, uma espécie de contribuição especial:

*“Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo” (CF/88, art. 149).*

Com essas definições estabelecidas, a classificação correta dos três créditos, respectivamente, é: **não tributário, tributário e tributário**, o que aponta para a alternativa D está correta.

**Questão 94 - O Estado Alfa editou lei prevendo que, após a realização de consultas públicas regionais, o Poder Executivo ficaria obrigado a incluir, no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), todas as prioridades de investimento indicadas diretamente pela população, vedada qualquer alteração posterior pelo Chefe do Executivo. Durante a tramitação do projeto de lei da proposta orçamentária na Assembleia Legislativa, a Procuradoria-Geral do Estado foi instada a se manifestar sobre a constitucionalidade da norma, diante da necessidade de orientar a atuação do Governador e a defesa judicial do ente federado. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a orientação juridicamente mais adequada é no sentido de que a lei estadual é**

**a) inconstitucional, por violar a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo em matéria orçamentária e restringir indevidamente o poder de emenda do Legislativo no processo orçamentário.**

**b) constitucional, desde que interpretada como mecanismo de participação popular indireta, cuja obrigatoriedade recai apenas sobre a fase de elaboração técnica da proposta orçamentária.**

**c) constitucional, pois concretiza o princípio democrático participativo, podendo vincular a elaboração da proposta orçamentária pelo Executivo, desde que preservada a deliberação final do Legislativo.**

**d) inconstitucional, por violar o princípio da unidade orçamentária, pois a obrigatoriedade de inclusão das demandas populares fragmenta o conteúdo da LOA, comprometendo a integração entre receitas e despesas.**

**e) parcialmente constitucional, admitindo-se a obrigatoriedade de inclusão das demandas populares apenas quando houver previsão prévia no plano plurianual e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das Leis Orçamentárias – Competência.

A alternativa A está correta. A lei estadual é inconstitucional por violar a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo em matéria orçamentária. O STF, no julgamento da ADI 2.037, firmou o entendimento de que normas que imponham ao Executivo a obrigação de incluir determinadas despesas na proposta orçamentária violam o art. 165 da CF, que confere ao Executivo a competência privativa para elaborar o projeto de LOA:

(...)1. É inconstitucional norma estadual que torna impositiva a deliberação popular sobre proposta de lei orçamentária, por limitar os poderes de iniciativa do Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, “b”, c/c art. 165, III) e de emenda do Legislativo (CF, art. 166). 2. As consultas populares não vinculam o Chefe do Poder Executivo e podem ocorrer independentemente de previsão legal. Logo, não há proveito em manter no ordenamento jurídico a lei que as institui, adotando-se para tanto a técnica da interpretação conforme (...)

(ADI 2037, Relator(a): Nunes Marques, Tribunal Pleno, julgado em 02/10/2023, PJE DJe-s/n Pub em: 21/11/2023)

A alternativa B está incorreta. A interpretação conforme proposta não afasta a inconstitucionalidade. Mesmo restrita à fase de elaboração técnica, a vinculação compulsória do Executivo ao resultado das consultas populares viola a reserva de iniciativa nos termos do entendimento consolidado na ADI 2.037, já referida. O art. 165 da CF, determina que:

*“Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais”.*

A alternativa C está incorreta. O princípio democrático participativo do art. 1º, parágrafo único, da CF/88 determina que

*“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”*

No entanto, objetivo desse princípio, não pode suprimir a competência privativa do chefe do Poder Executivo para elaborar a proposta orçamentária por força do art. 165 da CF/88 (já mencionado na alternativa anterior).

A alternativa D está incorreta. O princípio da unidade orçamentária não é o fundamento principal da inconstitucionalidade. O vício central identificado pelo STF na ADI 2.037 é a usurpação da competência privativa do Executivo para elaborar a proposta orçamentária, prevista no art. 165 da CF, e não a fragmentação formal do orçamento decorrente da inclusão de demandas populares.

A alternativa E está incorreta. A compatibilidade com o PPA e a LDO é requisito aplicável a qualquer despesa da LOA, nos termos do art. 166, §3º, II, da CF, mas não valida constitucionalmente uma norma que viola a reserva de iniciativa do Executivo. A inconstitucionalidade da norma é estrutural e afeta sua totalidade, independentemente de qualquer compatibilidade com os instrumentos de planejamento, conforme a orientação da ADI 2.037.

*"As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."* (art. 166, §3º, II, da CF)

**Questão 95 - Diante de restrições fiscais, o Estado Beta pretende estruturar operação de cessão onerosa de créditos inscritos em dívida ativa a terceiros, com o objetivo de antecipar receitas e financiar investimentos. A Procuradoria-Geral do Estado foi consultada acerca da conformidade jurídica da operação, à luz da Lei Complementar nº 208/2024, especialmente quanto à natureza e condições legais para sua realização. Considerando o regime jurídico estabelecido na legislação de regência, a orientação juridicamente mais adequada é a de que a operação**

**a) configura operação de crédito, submetendo-se aos limites e às condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive quanto à necessidade de autorização do Senado Federal.**

**b) pode abranger créditos futuros ainda não constituídos, desde que haja estimativa de arrecadação e previsão na lei orçamentária anual.**

**c) transfere integralmente ao cessionário a titularidade do crédito, incluindo a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial.**

**d) deve preservar a natureza do crédito cedido, manter inalterados seus critérios de atualização, sendo realizada por meio de operação definitiva que isenta o cedente de responsabilidade.**

**e) permite ao ente federado permanecer responsável subsidiariamente pelo pagamento ao cessionário, caso o devedor não quite a obrigação originalmente assumida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre Crédito Orçamentário - Cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação

A alternativa A está **incorreta**. A cessão onerosa de créditos inscritos em dívida ativa não configura operação de crédito para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se submetendo aos seus limites nem à necessidade de autorização do Senado Federal, conforme o art. 39-A, §3º, da Lei nº 4.320/1964, vejamos:

*"A cessão de créditos inscritos em dívida ativa não caracteriza operação de crédito para os fins da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."*

A alternativa B está **incorreta**. A cessão onerosa não pode abranger créditos futuros ainda não constituídos. O art. 39-A da Lei nº 4.320/1964 restringe o objeto da cessão aos créditos já inscritos em dívida ativa, exigindo sua prévia constituição e inscrição como condição de validade da operação.

*"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ceder, de forma onerosa, os créditos inscritos em dívida ativa a pessoas jurídicas de direito privado." (art. 39-A, caput, da Lei nº 4.320/1964)*

A alternativa C está **incorreta**. A cessão não transfere ao cessionário as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, especialmente a competência para ajuizar e conduzir a execução fiscal pelo rito da Lei nº 6.830/1980, que permanece sob titularidade exclusiva do ente cedente. Portanto, A cessão de créditos inscritos em dívida ativa não implica transferência das prerrogativas processuais e procedimentais da Fazenda Pública. Dessa forma dispõe o art. 39 – A, § 1º, III:

*"Para fins do disposto no caput, a cessão dos direitos creditórios deverá:*

*(...)*

*III - assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos".*

A alternativa D está **correta**. A cessão deve preservar a natureza jurídica do crédito cedido, manter inalterados os critérios de atualização monetária, juros e multas previstos na legislação de regência, e ser realizada por meio de operação definitiva, que isenta o cedente de responsabilidade pelo inadimplemento do devedor.

O art. 39 - A da lei nº 4.320/64 determina que:

*"União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)*

*§ 1º Para fins do disposto no caput, a cessão dos direitos creditórios deverá: (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

*I - preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

*II - manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos*

*e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

(...)

*IV - realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)”*

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade subsidiária do ente cedente é incompatível com o caráter definitivo da operação previsto no art. 39-A, §2º, da Lei nº 4.320/1964. Se houvesse responsabilidade remanescente do cedente, a operação teria natureza econômica de operação de crédito, contrariando o §3º do mesmo dispositivo, já transcrito.

*§ 1º Para fins do disposto no caput, a cessão dos direitos creditórios deverá: (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

*I - preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

*II - manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)*

(...)

*IV - realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)”*

A alternativa E está incorreta. Por que a operação de cessão onerosa é definitiva, e o ente cedente não permanece responsável subsidiariamente pelo pagamento ao cessionário em caso de inadimplemento do devedor. Trata-se de transferência definitiva dos direitos patrimoniais sobre o crédito, afastando a responsabilidade do cedente, nos termos do art. 39-A, §2º, da Lei nº 4.320/1964, já transcrito.

**Questão 96 - Luciano, bacharel em Direito com 32 anos de idade, deseja ingressar na carreira de Oficial da Polícia Militar do Estado do Acre (PM-AC).**

**O edital do certame, fundamentado expressamente na Lei Complementar Estadual nº 164/2006 (Estatuto dos Militares do Estado do Acre), estabelece que o limite máximo para a inscrição no concurso é de 30 (trinta) anos de idade, completados até a data da inscrição.**

Luciano sente-se prejudicado e busca orientação jurídica, alegando ofensa ao princípio da isonomia e à liberdade de acesso aos cargos públicos, uma vez que possui plena capacidade física e técnica para o exercício da função.

Sobre a referida limitação etária, à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e das normas de regência, assinale a afirmativa correta.

a) É inconstitucional em qualquer hipótese, pois a Constituição Federal de 1988 veda expressamente a discriminação etária para acesso a cargos públicos, sendo a idade um critério subjetivo que não pode obstar ao direito ao concurso público.

b) É inválida no caso concreto, pois, embora a restrição conste no edital e na lei estadual, a jurisprudência dos Tribunais Superiores exige que o limite de idade seja aferido obrigatoriamente na data da posse, e não no momento da inscrição.

c) É legítima, desde que o estabelecimento de limite de idade para a inscrição em concurso público esteja previsto em lei e possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) É ineficaz, salvo se a Administração Pública demonstrar, por meio de processo administrativo individualizado antes da publicação do edital, que candidatos acima de 30 anos não possuem aptidão para a carreira militar.

e) É válida apenas se houver previsão em decreto regulamentar do Governador do Estado, sendo dispensável o amparo em lei em sentido estrito para as carreiras de segurança pública e defesa do Estado.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da constitucionalidade da fixação de limite etário para ingresso em cargos públicos, especialmente em carreiras militares, à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal não proíbe absolutamente restrições etárias para acesso a cargos públicos. O STF admite a limitação quando houver previsão legal e justificativa relacionada às atribuições do cargo.

*“CF, art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; “*

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência não exige que o limite etário seja aferido necessariamente na data da posse. A definição do marco temporal pode ser estabelecida pela legislação e pelo edital, desde que respeitados os parâmetros constitucionais.

A alternativa C está correta. O limite etário é legítimo quando previsto em lei e justificado pela natureza das funções desempenhadas, especialmente em carreiras militares e de segurança pública.

*“CF, art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; “*

*“STF, Súmula 683: O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido (Tese definida no ARE 678.112 RG, rel. min. Luiz Fux, P, j. 25-4-2013, DJE 93 de 17-5-2016, Tema 646.)”*

A alternativa D está incorreta. O STF não exige processo administrativo individualizado para demonstração da aptidão física de candidatos acima da idade prevista em lei.

A alternativa E está incorreta. A exigência de limite etário depende de previsão em lei formal. Decreto regulamentar isolado não possui aptidão para criar restrição autônoma ao acesso a cargos públicos. O próprio art. 37, inciso I, da Constituição condiciona os requisitos de acesso aos cargos públicos à previsão legal.

**Questão 97 - A Dra. Daniela exerce, concomitantemente e com absoluta compatibilidade de horários, o cargo efetivo de Procuradora do Estado do Acre e o cargo de Professora de Direito em uma fundação pública de ensino superior do Estado, após aprovação em dois concursos públicos distintos de provas e títulos.**

**Ao analisar a folha de pagamento, a Secretaria de Estado de Administração constatou que o somatório das remunerações de ambos os vínculos ultrapassava o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto constitucional).**

**Diante disso, a Administração aplicou o redutor do "abate-teto" sobre a soma das parcelas. Com base no regime de acumulação de cargos e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) aplicável ao caso, assinale a afirmativa correta.**

**a) O teto remuneratório constitucional previsto no Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal deve incidir sobre o somatório das remunerações percebidas, sendo irrelevante que a acumulação seja lícita.**

**b) A acumulação de cargo de Procurador de Estado com o de Professor é vedada pela Constituição Federal, devendo a servidora optar por um dos vínculos e devolver os valores recebidos em duplicidade.**

**c) Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do teto remuneratório pressupõe a consideração de cada um dos vínculos isoladamente.**

**d) O limite remuneratório isolado apenas se aplica se os cargos forem exercidos em entes federativos distintos, devendo haver a soma quando ambos pertencerem ao mesmo Estado-membro.**

**e) A aplicação do teto sobre o somatório é obrigatória, mas a servidora pode compensar o redutor mediante a exclusão de todas as vantagens de caráter pessoal da base de cálculo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da incidência do teto remuneratório constitucional nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. O STF afastou expressamente a incidência do teto remuneratório sobre o somatório das remunerações nas hipóteses de acumulação lícita de cargos públicos.

*“STF, Tema 377: Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido. (RE 612975, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27-04-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017)”*

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal autoriza a acumulação de um cargo técnico ou científico com um cargo de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

*“CF, art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

*(...)*

*b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;”*

A alternativa C está correta. Nos casos constitucionalmente autorizados de acumulação de cargos, o teto remuneratório deve ser aferido separadamente em relação a cada vínculo funcional.

*“STF, Tema 377: Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido. (RE 612975, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27-04-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017)”*

*“STF, TEMA 384: Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido. (RE 602043, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27-04-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017)”*

A alternativa D está incorreta. O STF não condiciona a incidência isolada do teto à circunstância de os cargos pertencerem a entes federativos distintos. O entendimento aplica-se igualmente quando os vínculos pertencem ao mesmo ente federativo.

A alternativa E está incorreta. Não existe previsão constitucional ou jurisprudencial autorizando compensação do “abate-teto” mediante exclusão genérica de vantagens pessoais da base de cálculo. A incidência do teto constitucional obedece critérios específicos fixados pelo próprio texto constitucional e pela jurisprudência do STF.

**Questão 98 - Jorge, servidor público titular de cargo efetivo do quadro da Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE-AC) há 15 anos, faleceu em serviço em março de 2025.**

**Jorge vivia em união estável pública e duradoura com Rebeca por mais de uma década, embora não tivessem formalizado o vínculo em cartório. Rebeca, que possui emprego próprio na iniciativa privada com remuneração de dois salários mínimos, requereu junto ao ACREPREVIDÊNCIA a concessão de pensão por morte, amparada na Lei Complementar Estadual nº 154/2005.**

**A autarquia previdenciária estadual, no entanto, indeferiu o pedido sob o fundamento de que Rebeca não comprovou a dependência econômica em relação ao falecido, alegando que sua renda própria afasta a presunção legal.**

**Sobre a decisão do ente previdenciário estadual, diante da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, assinale a afirmativa correta.**

**a) Está correta, pois a pensão por morte no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) exige, obrigatoriamente, a demonstração da necessidade financeira do beneficiário para a manutenção de sua subsistência, independentemente do vínculo familiar.**

**b) Está incorreta, uma vez que a existência de união estável faz presumir a dependência econômica do companheiro ou companheira em relação ao segurado falecido, legitimando-o à percepção da pensão por morte.**

**c) Está correta em parte, pois a união estável não formalizada gera apenas expectativa de direito, exigindo-se sentença judicial declaratória de união estável transitada em julgado antes de qualquer requerimento administrativo de benefício.**

**d) Está incorreta, pois a dependência econômica no RPPS do Acre é absoluta e inafastável para todos os parentes até o segundo grau, sendo vedado à Administração exigir qualquer tipo de prova ou comprovação documental.**

**e) Está correta, pois a Emenda Constitucional nº 103/2019 extinguiu a presunção de dependência econômica para companheiros que possuam renda própria superior ao valor do salário mínimo vigente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da pensão por morte no regime próprio de previdência social e da presunção de dependência econômica do companheiro ou companheira em união estável.

A alternativa A está incorreta. A pensão por morte não exige demonstração de hipossuficiência econômica do companheiro sobrevivente. Para os dependentes da primeira classe previdenciária, cônjuge, companheiro e filhos menores ou inválidos, a dependência econômica é presumida por lei.

*“Lei Complementar Estadual nº 154/2005, art. 10. São beneficiários do RPPS, na condição de dependentes do segurado:*

*I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei Complementar nº 364, de 03/12/2019)*

*II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente; (Redação dada pela Lei Complementar nº 364, de 03/12/2019)*

*(...)*

*§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas nos incisos I e II é presumida e das demais deve ser comprovada.”*

A alternativa B está correta. União estável, quando devidamente comprovada, gera presunção de dependência econômica do companheiro ou companheira em relação ao segurado falecido, legitimando a concessão da pensão por morte, ainda que o beneficiário possua renda própria.

*“Lei Complementar Estadual nº 154/2005, art. 10. São beneficiários do RPPS, na condição de dependentes do segurado:*

*I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei Complementar nº 364, de 03/12/2019)*

*(...)*

*§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas nos incisos I e II é presumida e das demais deve ser comprovada.”*

A alternativa C está incorreta. A união estável pode ser comprovada administrativamente por diversos meios de prova, não sendo exigida sentença judicial transitada em julgado para reconhecimento previdenciário.

*“Lei Complementar Estadual nº 154/2005, art. 10, § 6º Considera-se união estável a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família.”*

A alternativa D está incorreta. A presunção de dependência econômica não alcança indistintamente todos os parentes até segundo grau. A presunção legal restringe-se aos dependentes dos incisos I e II do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 154/2005.

A alternativa E está incorreta. A Emenda Constitucional nº 103/2019 não extinguiu a presunção de dependência econômica do companheiro ou companheira que possua renda própria. Não há previsão constitucional condicionando o benefício ao recebimento inferior ao salário mínimo.

**Questão 99 - Lourdes, servidora pública do Estado do Acre desde 2005, preencheu todos os requisitos para a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade em dezembro de 2024, já sob a égide das novas regras estabelecidas pela Lei Complementar Estadual nº 364/2019 (que adequou o RPPS acreano à EC nº 103/2019).**

**No entanto, Lourdes optou por permanecer em atividade por mais dois anos. Ao requerer o abono de permanência, foi informada de que o valor do benefício seria equivalente a apenas 50% do valor de sua contribuição previdenciária, conforme nova diretriz administrativa baseada na discricionariedade permitida pela Reforma da Previdência. Lourdes questionou a redução, alegando direito adquirido ao valor integral (100%).**

**Sobre a conduta do Estado do Acre, à luz do Art. 40, §19, da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.**

**a) É inconstitucional, pois o abono de permanência possui natureza de reembolso e deve corresponder, obrigatoriamente, ao valor exato da contribuição previdenciária descontada do servidor, vedada qualquer redução.**

**b) É constitucional, pois após a EC 103/2019, o abono de permanência passou a ser concedido "no máximo" até o valor da contribuição previdenciária, conferindo ao ente federativo margem para fixar critérios e valores em lei própria.**

**c) É inválida, pois o abono de permanência foi extinto pela Reforma da Previdência de 2019, sendo permitida apenas a manutenção do pagamento para aqueles que já o recebiam antes da promulgação da Emenda.**

**d) É inconstitucional, uma vez que a fixação do valor do abono de permanência é matéria de competência privativa da União, não podendo o Estado do Acre legislar sobre o percentual da vantagem.**

**e) É válida, mas apenas se o Estado do Acre comprovar déficit atuarial crítico no período, caso contrário o pagamento deve ser integral para evitar o enriquecimento sem causa da Administração.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do regime jurídico do abono de permanência após a Reforma da Previdência promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

A alternativa A está incorreta, pois parte de premissa compatível apenas com a redação anterior do art. 40, §19, da Constituição. Após a EC nº 103/2019, deixou de existir garantia constitucional de reembolso integral obrigatório da contribuição previdenciária. O texto constitucional atual não assegura equivalência automática entre contribuição descontada e valor do abono.

*“CF, art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.”*

A alternativa B está correta porque reconhece precisamente a ampliação da autonomia normativa dos entes federativos após a EC nº 103/2019. O Estado do Acre, ao adequar seu regime próprio por meio da Lei Complementar Estadual nº 364/2019, passou a possuir competência para disciplinar os critérios e limites do abono de permanência, inclusive quanto ao percentual da vantagem, desde que não ultrapassado o teto correspondente ao valor da contribuição previdenciária do servidor.

A alternativa C está incorreta, porquanto o abono de permanência não foi extinto pela Reforma da Previdência. O instituto permanece expressamente previsto no art. 40, §19, da Constituição Federal, embora submetido a nova conformação jurídica e a maior discricionariedade legislativa dos entes federativos.

A alternativa D está incorreta. A própria Constituição Federal atribuiu ao respectivo ente federativo competência para estabelecer os critérios legais do benefício, conforme expressamente dispõe o art. 40, §19. Assim, não há falar em competência privativa da União para disciplinar o percentual do abono de permanência nos regimes próprios estaduais.

*“CF, art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.”*

A alternativa E está incorreta porque a Constituição Federal não condiciona a redução do valor do abono à demonstração de déficit atuarial específico. A possibilidade de fixação de percentual inferior decorre diretamente da nova redação constitucional introduzida pela EC nº 103/2019, independentemente de comprovação concreta de desequilíbrio financeiro do regime previdenciário.

**Questão 100 - O Estado do Acre, diante de um cenário de crescente déficit atuarial em seu regime próprio, editou a Lei Complementar Estadual nº 494/2025.**

**A referida norma estabeleceu um plano de custeio para o equacionamento do passivo financeiro, prevendo a segregação da massa de segurados em dois fundos distintos: o Fundo em Repartição (integrado pelos servidores que ingressaram até determinada data e financiado pelo sistema de repartição simples) e o Fundo em Capitalização (destinado aos novos servidores, cujas contribuições são acumuladas para financiar seus próprios benefícios futuros).**

**Um grupo de servidores ativos questionou a validade da medida perante o Poder Judiciário, alegando que a utilização de ativos de um fundo para suprir insuficiências do outro violaria o equilíbrio financeiro e atuarial exigido pelo Art. 40 da CF/88.**

**Sobre o caso hipotético apresentado, à luz das normas gerais de previdência e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.**

a) A segregação de massa é medida vedada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, que impôs a unificação obrigatória de todos os fundos previdenciários estaduais para garantir a solidariedade do sistema.

b) A instituição de modelos de segregação de massa e fundos de capitalização insere-se na autonomia administrativa e financeira do Estado para buscar o equilíbrio atuarial, desde que observadas as normas gerais editadas pela União e os parâmetros de sustentabilidade de longo prazo.

c) O equilíbrio financeiro e atuarial é um princípio meramente programático, não possuindo força normativa para invalidar leis estaduais que utilizem recursos previdenciários para outras finalidades da Administração.

d) A segregação de massa só é legítima se o Estado do Acre comprovar que o Fundo em Repartição possui superávit financeiro acumulado nos últimos dez exercícios, sob pena de confisco das contribuições dos novos servidores.

e) A competência para legislar sobre modelos de financiamento e equacionamento de déficit previdenciário é privativa da União, sendo nula a Lei Complementar Estadual nº 494/2025 por vício de iniciativa.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social e da possibilidade de segregação de massas previdenciárias como mecanismo de equacionamento de déficit atuarial.

A alternativa A está incorreta porque a EC nº 103/2019 não vedou a segregação de massas nem impôs unificação obrigatória dos fundos previdenciários estaduais. Ao contrário, a Reforma da Previdência reforçou a necessidade de adoção de medidas estruturais voltadas ao equilíbrio atuarial dos RPPS.

A alternativa B está correta. A segregação de massa e a instituição de fundos de capitalização constituem mecanismos legítimos de gestão previdenciária voltados à preservação do equilíbrio atuarial, desde que observadas as normas gerais federais e os parâmetros constitucionais de sustentabilidade. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reforça essa compreensão. No julgamento da ADI 6568, o STF confirmou a constitucionalidade de normas do Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul que permitiam a utilização de recursos do Fundo Previdenciário (Fundoprev) para cobertura de insuficiências do Fundo Financeiro de Repartição Simples, reconhecendo que a modelagem adotada buscava justamente preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário estadual.

*“CF, art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.”*

A alternativa C está incorreta, pois o equilíbrio financeiro e atuarial não possui caráter meramente programático. Trata-se de verdadeiro princípio constitucional estruturante do regime previdenciário dos

servidores públicos, dotado de eficácia vinculante e apto a fundamentar o controle de constitucionalidade de leis e atos administrativos que comprometam a sustentabilidade do sistema.

A alternativa D está incorreta, uma vez que inexistente previsão constitucional ou jurisprudencial exigindo superávit financeiro acumulado por dez exercícios como condição de validade da segregação de massas. Trata-se de requisito criado artificialmente pela assertiva, sem qualquer amparo normativo.

A alternativa E está incorreta porque os Estados possuem competência para organizar e administrar seus regimes próprios de previdência social, observadas as normas gerais estabelecidas pela União, nos termos do modelo federativo adotado pela Constituição. Não há vício de iniciativa ou usurpação de competência legislativa federal na edição de lei estadual destinada ao equacionamento atuarial do RPPS local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [vinicius.militao@estrategia.com](mailto:vinicius.militao@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)